

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
SUPERINTENDÊNCIA FEDERAL DE AGRICULTURA NO ESTADO DO RIO DE
JANEIRO

RELATÓRIO DE GESTÃO DO
EXERCÍCIO 2012

Rio de Janeiro
Ano: 2012

**MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
SUPERINTENDÊNCIA FEDERAL DE AGRICULTURA NO ESTADO DO RIO DE
JANEIRO**

RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO 2012

Relatório de Gestão apresentado à Controladoria Geral da União e ao Tribunal de Contas da União como prestação de contas anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da Instrução Normativa TCU nº 63/2010, a Decisão Normativa TCU nº 119, de 18 de janeiro de 2012, Decisão Normativa TCU nº 121, de 13 de junho de 2012, a Portaria TCU nº 150, de 03 de julho de 2012 e a Portaria CGU nº 133, de 18 de janeiro de 2013.

Rio de Janeiro, 30 de Março de 2013.

MARÇO/2012

LISTA DE ABREVIACÕES E SIGLAS

Acampar - Seminário Regional de Apicultura da Acampar
AGE - Assessoria de Gestão Estratégica
AIE – Anemia Infecciosa Equina
APL - Arranjo da Produção Local
BCSAV – Banco Comunitário de Sementes e Adubos Verdes
C F O - Certificado Fitossanitário de Origem
CAPTA – Coordenação de Acompanhamento e Promoção da ter agropecuária
CECAIE-RJ - Comissão Estadual de Prevenção e Controle da Anemia Infecciosa Equina no Rio de Janeiro
CECPRH - EET/RJ - Comitê Estadual de Controle do Programa de Raiva dos Herbívoros e Encefalopatias Espongiformes Transmissíveis no Rio de Janeiro
CEDRUS – Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável
CEF – Caixa Econômica Federal
CEFA/RJ - Comitê Estadual de Erradicação da Febre Aftosa
CEPLAC - Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira
CESS/RJ - Comitê Estadual de Sanidade Suídea no Rio de Janeiro
CIC - Coordenação de Indicação Geográfica
COECEBT/RJ - Comitê Estadual de Controle e Erradicação da Brucelose e Tuberculose no Rio de Janeiro
COESA - Comitê Estadual de Sanidade Avícola
COESAA – Comitê de Sanidade dos Animais Aquáticos
CONJUR - Consultoria Jurídica
CTCAF – Câmara de Serviço da Agricultura Familiar
CZI - Certificado Zoossanitário Internacional
DBR – Declaração de bens e renda
DDA – Divisão de Defesa Agorpecuária
DEFTA - Departamento de Propriedade Intelectual e Tecnologia Agropecuária
DSN – Departamento de Sanidade Vegetal
EAC: Escritório de Atendimento à Comunidade (da SEAPEC)
EEB – Encefalopatia Espongiforme Bovina
EET – Encefalopatias Espongiformes Transmissíveis
ENDESA – Encontro Nacional de Defesa Sanitária Animal
ERRADMOSCA Erradicação da mosca da carambola
FEBREAFTOS – Febre aftosa
FFA – Fiscal Federal Agropecuário
FISAGROTOX – Fiscalização de Agrotóxicos e afins
FISCALSEM – Fiscalização de sementes e mudas
FISCANIMAL – Fiscalização do trânsito internacional de animais e seus produtos
FISCGENE – Fiscalização de material genético animal
FISCINAN – Fiscalização de insumos destinados à alimentação animal
FISFECOI - Fiscalização de fertilizantes corretivos e inoculantes
FISPLANTA - Fiscalização do trânsito internacional de vegetais e seus produtos
FISPROVET – Fiscalização de produtos veterinários
GM - Gabinete do Ministro
GTA – Guia de Trânsito Animal
IG – Indicação Geográfica
IN – Instrução Normativa
INMET - Instituto Nacional de Meteorologia
IPVEGETAL – Inspeção e fiscalização de produtos de origem vegetal
MAPA - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

NDA – Núcleo de Defesa Agropecuária
OIE – Oficina Internacional de Etisootias
PADCLASSIF – Padronização, classificação, fiscalização e inspeção de produtos vegetais
PCEANIMAL – Prevenção controle e erradicação das doenças nos animais
PCEVEGETAL – Prevenção, controle e erradicação das pragas nos vegetais
PEQV – Plano Estadual da Qualidade Vegetal
PI – Plano interno
PNCEBP – Programa Nacional de Controle e Erradicação de Brucelose e Tuberculose
PNCEBT/SISA - Programa Nacional de Controle e Erradicação da Brucelose e Tuberculose do SISA/SFA-RJ
PNCERH-EET - Programa Nacional de Controle e Erradicação da Raiva dos Herbívoros e Encefalopatias Espongiformes Transmissíveis
PNCRH – Programa Nacional de Raiva dos Herbívoros
PNEFA – Programa Nacional de Erradicação da Febre Aftosa
PNESCO – Programa Nacional de Sanidade dos Ovinos e Caprinos
PNSA – Programa Nacional de Sanidade Avícola
PNSAA – Programa Nacional de Sanidade dos Animais Aquáticos
PNSAp/SISA - Programa Nacional de Sanidade Apícola do Serviço de Inspeção e Saúde Animal
PNSCO/SISA - Programa Nacional de Sanidade dos Caprinos e Ovinos do Serviço de Inspeção e Saúde Animal
PNSE – Programa Nacional de Sanidade dos Equídeos
PNSS – Programa Nacional de Sanidade de Suídeos
PNSS/SISA - Programa Nacional de Sanidade Suídea do Serviço de Inspeção e Saúde Animal
POA - Produtos de Origem Animal
PPA – Plano Plurianual
PPD Bovina - tuberculina PPD (Derivado Protéico Purificado), utilizado para teste de tuberculinização
PTU – Permissões de Trânsitos de Vegetais
RDA – Regional de Defesa Agropecuária
RDA: Regional de Defesa Agropecuária (da SEAPEC)
SBMT – Sociedade Brasileira de Meteorologia
SDA – Secretaria de Defesa Agropecuária
SDC - Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo
SE – Secretaria Executiva
SEAPEC: Secretaria de Agricultura e Pecuária do Estado do Rio de Janeiro
SEAPPA – Secretaria Estadual de Agricultura, Pecuária e Abastecimento
SEFAG – Serviço de Fiscalização Agropecuária
SFA - Superintendência Federal de Agricultura
SIAFI - Sistema Integrado de Administração Financeira
SICONV – Sistema de Acompanhamento de Convênios
SIGVIG – Sistemas de informações gerenciais do trânsito internacional de produtos e insumos agropecuários
SIOR – Sistema de Informações Orçamentárias e Financeiras
SIPLAN – Sistema Integrado de Planejamento
SISA - Serviço de Inspeção e Saúde Animal
SISBOV – Sistema Brasileiro de Rastreabilidade da Cadeira Produtiva de Bovinos e Bubalinos
SISCOMEX – Sistema Integrado de Comércio Exterior
SISV – Serviço de Inspeção e Sanidade Vegetal
SPA - Secretaria de Política Agrícola
SPAÉ - Secretaria de Produção e Agroenergia
SRI - Secretaria de Relações Internacionais do Agronegócio
SVA – Serviço de Vigilância Agropecuária

SVA/GIG Serviço de Vigilância Agropecuária Aeroporto

TCU – Tribunal de Contas da União

TI – Tecnologia da informação

UG – Unidade gestora

UJ – Unidade jurisdicionada

UR – Unidade Regional

UVLs -Uvagos

VIGIAGRO – Serviço de Gestão da Vigilância Agropecuária

VIGIFITO – Vigilância do Trânsito interestadual de vegetais e seus produtos

VIGIZOO – Vigilância e fiscalização de animais e seus produtos

LISTA DE TABELAS, RELAÇÕES, GRÁFICOS, DECLARAÇÕES ETC.

Quadro A.1.1 Identificação da UJ	12
Quadro A.3.1 Avaliação do Sistema de Controle Interno da UJ.....	40
Quadro A.4.1 Programa de Governo Constante no PPA - Temático	43
Quadro A.4.2 Objetivos de Programa Temático de responsabilidade da UJ	43
Quadro A.4.3 Iniciativas de Programas Temáticos de Responsabilidade da UJ.....	45
Quadro A.4.4 Ações vinculadas a programa temático de responsabilidade da UJ	48
Quadro A.4.5 Programa de governo constante no PPA de Gestão e Manutenção.....	65
Quadro A.6.6 Ações vinculadas a Programas de Gestão , Manutenção e Serviços de Estado de Responsabilidade da UJ	66
Quadro A.4.7 Identificação das Unidades Orçamentárias da UJ.....	67
Quadro A.4.11 Movimentação Orçamentária por grupo de despesa	68
Quadro A.4.14 Despesas por Modalidade de Contratação – Créditos de Movimentação	69
Quadro A.4.15 Despesas por Grupo Elemento de despesa – Créditos de Movimentação.....	69
Quadro A.5.2 Situação dos Restos a Pagar de Exercícios Anteriores.....	70
Quadro A.5.3 Caracterização dos Instrumentos de Transferências vigentes no exercício de referência.....	72
Quadro A.5.4 Resumo dos Instrumentos de Transferência Celebrados pela UJ nos três primeiros exercícios.....	74
Quadro A.5.5 Resumo dos instrumentos de transferência que vierão em 2013 exercícios seguintes	744
Quadro A.5.6 Resumo da Prestação de contas sobre transferências concedidas pela UJ na Modalidade de Convênio, Termo de Cooperação e de Contrato de Repasse	744
Quadro A.5.7 Visão Geral da análise das prestações de contas de convênios e contratos de repasse.....	74
Quadro A.5.10 Despesa com cartão de crédito corporativo por UJ e por portador	74
Quadro A.5.11 Despesas realizadas por meio da conta tipo “B” e or meio do Cartão de Crédito corporativo (série histórica)	746
Quadro A.5.12 Prestação de Contas de suprimento de fundos conta tipo “B”	76
Quadro A.6.1 Força de Trabalho da UJ	76
Quadro A.6.3 Detalhamento da Estrutura de Cargos em Comissão e Funções Gratificadas da UJ	768
Quadro A.6.4 Quantidade de Servidores da UJ por faixa etária	768
Quadro A.6.5 Quantidade de Servidores da UJ por nível de escolaridade	769
Quadro A.6.6 Quadro de custos de pessoal no exercício de referência e nos dois anos anteriores	80
Quadro A.6.7 Composição do Quadro de Servidores Inativos	81
Quadro A.6.8 Instituidores de Pensão	81
Quadro A.6.9 Atos sujeitos ao Registro do TCU	81
Quadro A.6.11 Regularidade do Cadastro dos Atos no SISAC	85
Quadro A.6.17 Contratos de Prestação de Serviços de Limpeza e Higiene e Vigilância Ostensiva.....	85
Quadro A.6.18 Contratos de Prestação de Serviços com Locação de Mão de Obra	85
Quadro A.6.19 Composição do Quadro de Estagiários	85
Quadro A.7.1 Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de uso Especial de Propriedade da União.....	85
Quadro A.9.1 Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis.....	87
Quadro A.10.3 Relatório de Cumprimento das Recomendações do OCI.....	891
Quadro A.10.5 Demonstrativo do Cumprimento, por autoridades e servidores da UJ da obrigação de entregar a DBR.....	94
Quadro A.10.6 Declaração de inserção e atualização de dados no Sistema SICONV	95
Quadro A.11.2 Declaração de que a demonstrações contábeis do exercício não refletem corretamente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da Unidade Jurisdicionada.....	1000

SUMÁRIO

1. INFORMAÇÕES E ATRIBUTOS DA UNIDADE JURISDICIONADA	12
1.1. Identificação da unidade jurisdicionada	12
1.2. Informações sobre a finalidade e competências institucionais da unidade jurisdicionada definidas na Constituição Federal, em leis infraconstitucionais e em normas regimentais, identificando cada instância normativa.	12
1.3. Organograma funcional	13
1.4. Macroprocessos Finalísticos	15
1.5. Macroprocessos de Apoio	15
1.5.1. Macroprocessos de Governança	16
Gestão Institucional	16
1.5.2. Macroprocessos de Administração Interna Os macroprocessos identificados no MAPA são os seguintes:	16
1.6. Principais parceiros	16
2. PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO, PLANO DE METAS E DE AÇÕES	18
2.1. Informações sobre o planejamento estratégico da unidade, contemplando:	18
2.2. Informações sobre as estratégias adotadas pela unidade para atingir os objetivos estratégicos do exercício de referência do relatório de gestão, especialmente, sobre:	20
2.3. Demonstração da execução do plano de metas ou de ações para o exercício, informando, por exemplo:	20
2.4. Informações sobre indicadores utilizados pela unidade jurisdicionada para monitorar e avaliar a gestão, acompanhar o alcance das metas, identificar os avanços e as melhorias na qualidade dos serviços prestados, identificar necessidade de correções e de mudanças de rumos....	30
3. – ESTRUTURAS DE GOVERNANÇA E DE AUTOCONTROLE DA GESTÃO	40
3.1. Informações sobre a estrutura orgânica de controle no âmbito da unidade jurisdicionada ou do órgão a que se vincula, tais como unidade de auditoria ou de controle interno, conselhos fiscais, comitês de avaliações, etc. descrevendo de maneira sucinta a base normativa, as atribuições e a forma de atuação de cada instância de controle	40
3.2. Informações sobre o funcionamento do sistema de controle interno da UJ, contemplando os seguintes elementos:	40
3.3. Informações sobre a remuneração paga aos administradores, membros da diretoria estatutária, do conselho de administração e do conselho fiscal	42
3.4. Informações sobre a estrutura e as atividades do sistema de correição da unidade ou do órgão de vinculação da unidade, identificando, inclusive, a base normativa que rege a atividade no âmbito da unidade ou do órgão	42
3.5. Informações quanto ao cumprimento, pela instância de correição da unidade das disposições dos arts. 4º e 5º da Portaria nº 1.043, de 24 de julho de 2007, da Controladoria-Geral da União – CGU, no que tange aos fatos originados em unidade jurisdicionada cuja gestão esteja contemplada no relatório de gestão	42
4. PROGRAMAÇÃO E EXECUÇÃO DA DESPESA ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA...42	
4.1. Relação dos programas do Plano Plurianual vigente que estiveram integral ou parcialmente na responsabilidade da unidade jurisdicionada ou de unidade consolidada no relatório de gestão especificando:	43
4.1.1. Informações sobre programas temáticos de responsabilidade da UJ.	43
4.1.2. Informações sobre objetivos vinculados a Programas Temáticos de Responsabilidade....	43
4.1.3. Informações sobre iniciativas vinculadas a Programas Temáticos de Responsabilidade da UJ	45
4.1.4. Informações sobre Ações de Programas Temáticos de Responsabilidade da UJ	48
4.1.5. Informações sobre Ações de Programas Temáticos de Responsabilidade da UJ	65

4.2. Relação das Ações da Lei Orçamentária Anual do exercício que estiveram integral ou parcialmente na responsabilidade da unidade jurisdicionada ou de unidade consolidada no relatório de gestão, especificando:.....	66
4.3. Demonstração e análise do desempenho da unidade na execução orçamentária e financeira, contemplando, no mínimo:.....	67
5. 5 TOPICOS ESPECIAIS DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA.....	70
5.1. Informações sobre o reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos	70
5.2. Informações sobre a movimentação e os saldos de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores.	70
5.3. Informação sobre as transferência mediante convênio, contrato de repasse, termo de parceria, termo de cooperação, termo de compromisso ou outros acordos, ajustes ou instrumentos congêneres, vigentes no exercício de referência.	72
5.4. Informações sobre a utilização de suprimento de fundos, contas bancárias tipo b e cartões de pagamento do governo federal	74
5.5. Informações sobre Renúncia Tributária, contendo declaração do gestor de que os beneficiários diretos da renúncia, bem como da contrapartida, comprovaram, no exercício, que estavam em situação regular em relação aos pagamentos dos tributos juntos à Secretaria da Receita Federal do Brasil – SRFB ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS e à Seguridade Social.....	76
6. 6 GESTÃO DE PESSOAS, TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA E CUSTOS.....	76
6.1. Informações sobre a estrutura de pessoal da unidade, contemplando as seguintes perspectivas:.....	76
6.2. Informações sobre a terceirização de mão de obra e sobre o quadro de estagiários.	82
7. GESTÃO DO PATRIMÔNIO MOBILIÁRIO E IMOBILIÁRIO	85
7.1. Informações sobre a gestão da frota de veículos próprios e locados de terceiros, inclusive sobre as normas que regulamentam o uso da frota e os custos envolvidos.....	85
7.2. Informações sobre a gestão do patrimônio imobiliário próprio, da União que esteja sob a responsabilidade da unidade e dos imóveis locados de terceiros.....	85
8. GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E GESTÃO DO CONHECIMENTO... ..	86
8.1. Informações sobre a gestão de tecnologia da informação (TI) da UJ, contemplando os seguintes aspectos	86
9. GESTÃO DO USO DOS RECURSOS RENOVÁVEIS E SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL	87
9.1. Informações quanto à adoção de critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, materiais de tecnologia da informação (TI) e na contratação de serviços ou obras, tendo como referência a Instrução Normativa nº 1/2010, ambas da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão e informações relacionadas à separação de resíduos recicláveis descartados em conformidade com o Decreto nº 5.940/2006.	87
10. CONFORMIDADES E TRATAMENTO DE DISPOSIÇÕES LEGAIS E NORMATIVAS ..	89
10.1. Informações sobre as providências adotadas para atender às deliberações exaradas em acórdãos do TCU ou em relatórios de auditoria do órgão de controle interno q que a unidade jurisdicionada se vincula ou as justificativas para o não cumprimento.	89
10.2. Informações sobre o cumprimento das obrigações estabelecidas na Lei nº 8.730, de 10 de novembro de 1993, relacionadas à entrega e ao tratamento das declarações de bens e rendas.	94
10.3. Declaração da área responsável atestando que as informações referentes a contratos e convênios ou outros instrumentos congêneres estão disponíveis e atualizadas, respectivamente, no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG e no Sistema de Gestão de Convênios, Contratos de Repasse e Termos de Parceria – SICONV, conforme estabelece o art. 19 da Lei nº 12.465 de 12 de agosto de 2011.....	95
11. INFORMAÇÕES CONTÁBEIS.....	95
11.1. Informações sobre a adoção de critérios e procedimentos estabelecidos pelas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicada ao Setor Público NBC T 16.9 E NBC T 16.10, publicadas	

pelas Resoluções CFC nº 1.136/2008 e 1.1,7/2008, respectivamente para o tratamento contábil da depreciação, depreciação, da amortização e da exaustão de itens do patrimônio e avaliação e mensuração de ativos e passivos da unidade.....	95
11.2. Declaração do contador responsável por unidade jurisdicionada que tenha executado sua contabilidade no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – SIAFI que as Demonstrações Contábeis (Balanço Patrimonial Orçamentário, Balanço Financeiro, Demonstração da Variações Patrimoniais, Demonstração dos Fluxo de Caixa e Demonstração do Resultado Econômico) previstas pela nº 4.320, de 17 de março de 1964, e pela Norma Brasileira de Contabilidade Aplicada ao Setor Público NBC T 16.6 aprovada pela Resolução CFC nº1.133/2088, assim como o demonstrativo levantado por unidade gestora responsável – UGR (válido apenas para as unidades gestoras não executoras) reitem a adequada situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta relatório de gestão	97
12. OUTRAS INFORMAÇÕES SOBRE A GESTÃO.....	100
12.1. Outras informações consideradas relevantes pela unidade para demonstrar a conformidade e o desempenho da gestão no exercício.	100
13. ANEXO I.....	100

INTRODUÇÃO

Apresenta-se aqui o Relatório de Gestão da Superintendência Federal de Agricultura no Rio de Janeiro – SFA-RJ, referente ao exercício de 2012, como prestação de contas a ser submetida à Controladoria Geral da União, de acordo com a legislação vigente. Assim, este Relatório de Gestão está estruturado conforme a Instrução Normativa TCU nº 63, de 1º de setembro de 2010, a Decisão Normativa TCU nº 119, de 18 de janeiro de 2012, Decisão Normativa TCU nº 121, de 13 de junho de 2012, a Portaria TCU nº 150, de 03 de julho de 2012 e a Portaria CGU nº 133, de 18 de janeiro de 2013. O documento está dividido em duas partes, sendo a Parte A, com o Conteúdo Geral e a Parte B, com Conteúdo Específico por Unidade Jurisdicionada ou Grupo de Unidades Afins, que “Não se Aplica”, pois será feito pela Sede, em Brasília/DF. Abaixo estão relacionados os itens que Não se Aplicam.

Nos quadros A.3.2 – “Remuneração dos conselhos de administração e fiscal”, A.3.3 - “Síntese da remuneração dos administradores” e A.3.4 – “Detalhamento de itens da Remuneração variável dos administradores”, as informações não se aplicam, tendo em vista a ausência destas situações na Unidade Gestora.

No quadro A.4.1 – “Programa de governo constante do PPA – Temático”, nos títulos “Fontes de Recursos”, “Execução Orçamentária e Financeira do Programa” e “Objetivos Relacionados ao Programa” as informações não se aplicam, pois os programas são executados pelas Coordenações Centrais em Brasília/DF.

No quadro A.4.2 – “Objetivos de Programa Temático de Responsabilidade da UJ” nos títulos “Execução Orçamentária e Financeira do Objetivo” e “Metas do Exercício” não as informações se aplicam, em decorrência dos objetivos serem executados pelas Coordenações em Brasília.

No quadro A.4.3 – “Iniciativas de Programa Temático de Responsabilidade da UJ” nos títulos “Execução Orçamentária e Financeira da Iniciativa” e “Metas do exercício para a iniciativa”, as informações não se aplicam, pois as iniciativas são executadas no Órgão Central, em Brasília.

No quadro A.4.5 – “Programa de Governo constante do PPA – Gestão e manutenção” no título “Execução orçamentária e financeira do programa”, a informação não se aplica, em decorrência da execução deste programa ser realizada pelo Órgão Central, em Brasília.

Nos quadros A.4.8 – “Programação das despesas correntes”, A.4.9 – “Programação de despesas de capital” e A.4.10 – “Resumo da programação de despesas e da reserva de contingência”, as informações não se aplicam, tendo em vista ausência destas situações na Unidade Gestora.

No quadro A.4.11 – “Movimentação Orçamentária por grupo de despesa” nos itens “Movimentação interna – concedidos” e “Movimentação externa”, não se Aplicam, tendo em vista a ausência destas situações na Unidade Jurisdicionada.

Nos quadros A.4.12 – “Despesas por modalidade de contratação – créditos originários” e A.4.13 – “Despesas por grupo e elemento de despesa – créditos originários” as informações não se aplicam, pois esta UJ não origina créditos orçamentários.

No quadro A.4.15 – “Despesas por grupo e elemento de despesa – créditos de movimentação”, no título “Despesas correntes” no item “Juros e encargos da dívida” e no título “Despesas de capital”, no item “Inversões financeiras” e “Amortização da dívida”, as informações “Não se aplicam”, tendo em vista a ausência destas situações na Unidade Jurisdicionada.

No quadro A.5.1 – “Reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos”, a informação “Não se aplica”, tendo em vista a ausência destas situações na Unidade Jurisdicionada.

No quadro A.5.8 – “Despesas realizadas por meio de suprimento de fundos”, no item “conta Tipo “B””, a informação “Não se aplica”, tendo em vista a ausência desta situação na Unidade Jurisdicionada.

No quadro A.5.9 – “Despesas realizadas por meio de suprimento de fundos por UG e por suprido (conta tipo “B””, a informação “Não se aplica”, tendo em vista a ausência desta situação na Unidade Jurisdicionada.

No quadro A.5.10 – “Despesa com cartão de crédito corporativo por UG e por portador”, no item “código da UG 2”, as informações “Não se aplicam”, tendo em vista a ausência desta situação na Unidade Jurisdicionada.

No quadro A.5.11 – Despesas realizadas por meio da conta tipo “B” e por meio do cartão de crédito corporativo (série histórica), nos títulos “conta tipo”B”” e “saque”, as informações “Não se aplicam”, tendo em vista a ausência desta situação na Unidade Jurisdicionada.

No quadro A.5.12 – “Prestações de contas de suprimento de fundos (conta tipo “B””, A.5.13 – “Renúncias tributárias sob gestão da UJ”, A.5.14 – “Valores renunciados e respectiva contrapartida”, A.5.15 – “Contribuintes e beneficiados pela renúncia – pessoas físicas”, A.5.16 – “Contribuintes beneficiados pela renúncia – pessoas jurídicas”, A.5.17 – “Beneficiários da contrapartida da renúncia - pessoas físicas”, A.5.18 - “Beneficiários da contrapartida da renúncia - pessoas jurídicas” e A.5.19 – “Aplicação de recursos da renúncia de receita pela própria UJ”, as informações “Não se aplicam”, tendo em vista a ausência destas situações na Unidade Jurisdicionada.

No quadro A.5.20 – “Prestações de contas de renúncia de receitas”, A.5.21 – “Comunicações à RFB” e A.5.22 – “Indicadores de gestão da renúncia de receitas”, as informações “Não se aplicam”, tendo em vista a ausência destas situações na Unidade Jurisdicionada.

No quadro A.5.24 – “Requisições e Precatórios – Administração Direta” a informação “Não se aplica”, tendo em vista ausência destas situações na Unidade Jurisdicionada.

No quadro A.6.10 – “Atos sujeitos à comunicação ao TCU”, não houve ocorrência desta situação no período deste relatório.

No quadro A.6.12 – “Atos sujeitos à remessa física ao TCU (Art. 14 da IN TCU 55/2007)”, as informações “Não se aplicam” em decorrência da ausência destas situações na SFA-RJ.

No quadro A.6.13 – “Atuação do OCI sobre o ato submetidos a registro”, não houve ocorrência desta situação no período deste relatório.

No quadro A.6.14 – “Cargos e atividades inerentes a categorias funcionais do plano de cargos da unidade jurisdicionada”, a informação “Não se aplica”, tendo em vista ausência destas situações na Unidade Jurisdicionada.

No quadro A.6.15 – “Relação dos empregados terceirizados substituídos em decorrência da realização de concurso público ou de provimento adicional autorizados”, não houve ocorrência desta situação no período deste relatório.

No quadro A.6.16 – “Autorizações para realização de concursos públicos ou provimento adicional para substituição de terceirizados”, não houve ocorrência desta situação no período deste relatório.

No quadro A.7.1 – “Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial de Propriedade da União”, no item “exterior”, a informação “Não se aplica”, tendo em vista a ausência destas situações na Unidade Jurisdicionada.

No quadro A.8.1 – “Gestão da Tecnologia da Informação da Unidade Jurisdicionada”, as informações “Não se aplicam”, em decorrência das objetivos serem executados pelas Coordenações em Brasília.

No quadro A.10.1 – “Cumprimento das deliberações do TCU atendidas no exercício”, não houve ocorrência desta situação no período deste relatório.

No quadro A.10.2 – “Situação das deliberações do TCU que permanecem pendentes de atendimento no exercício”, não houve ocorrência desta situação no período deste relatório.

1. INFORMAÇÕES E ATRIBUTOS DA UNIDADE JURISDICIONADA

1.1. Identificação da unidade jurisdicionada

◊Quadro A.1.1 - Identificação da UJ – Relatório de Gestão Individual			
Poder e Órgão de Vinculação			
Poder: Executivo			
Órgão de Vinculação: Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento			Código SIORG: 2780
Identificação da Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa: Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado do Rio de Janeiro			
Denominação abreviada: SFA-RJ			
Código SIORG: 2780		Código LOA: 22000	
Código SIAFI: 130063			
Situação: ativa			
Natureza Jurídica: Órgão da administração direta do poder executivo – unidade descentralizada			
Principal Atividade: Agricultura, Pecuária e Serviços Relacionados			Código CNAE: 0161-0
Telefones/Fax de contato:		(021) 2291-4141	(021) 2233-9122 (021) 2253-8182
Endereço eletrônico: gab-rj@agricultura.gov.br			
Página da Internet: http://www.agricultura.gov.br			
Endereço Postal: Av. Rodrigues Alves, 129, CEP 20.081-250, Rio de Janeiro - RJ			
Normas Relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Normas de criação e alteração da Unidade Jurisdicionada			
Lei Delegada nº 09, de 11/10/1962; Decreto nº 7.127, de 04/03/2010			
Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura da Unidade Jurisdicionada			
Regimento Interno – Portaria nº 428 de 09/06/2010 publicada no DOU de 14/06/2010			
Manuais e publicações relacionadas às atividades da Unidade Jurisdicionada			
Regimento Interno – Portaria nº 428 de 09/06/2010 publicada no DOU de 14/06/2010			
Unidades Gestoras e Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Unidades Gestoras Relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Código SIAFI	Nome		
130165	FUNCAFE		
Gestões Relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Código SIAFI	Nome		
580029	Superintendência Federal de Aquicultura e Pesca do Rio de Janeiro		
Relacionamento entre Unidades Gestoras e Gestões			
Código SIAFI da Unidade Gestora		Código SIAFI da Gestão	
580029		00001	

1.2. Informações sobre a finalidade e competências institucionais da unidade jurisdicionada definidas na Constituição Federal, em leis infraconstitucionais e em normas regimentais, identificando cada instância normativa.

A finalidade do Ministério da Agricultura atribuída em Constituição Federal é exercida para promover o desenvolvimento sustentável e a competitividade do agronegócio em benefício da sociedade brasileira. Esta é a missão do Ministério, cujos programas são destinados ao pequeno, médio e grande produtor rural.

Com base nisso, a Superintendência Federal de Agricultura no Estado do Rio de Janeiro/SFA-RJ desenvolve sua competência institucional pela execução das políticas públicas, programas e ações que são desenvolvidas através dos macroprocessos que são Registros de Estabelecimentos e Produtos, Inspeção e, Fiscalização Higiênico-Sanitária-Industrial de Produtos de Origem Animal e Vegetal, Fomento à Produção Sustentável e Liberação de Produtos.

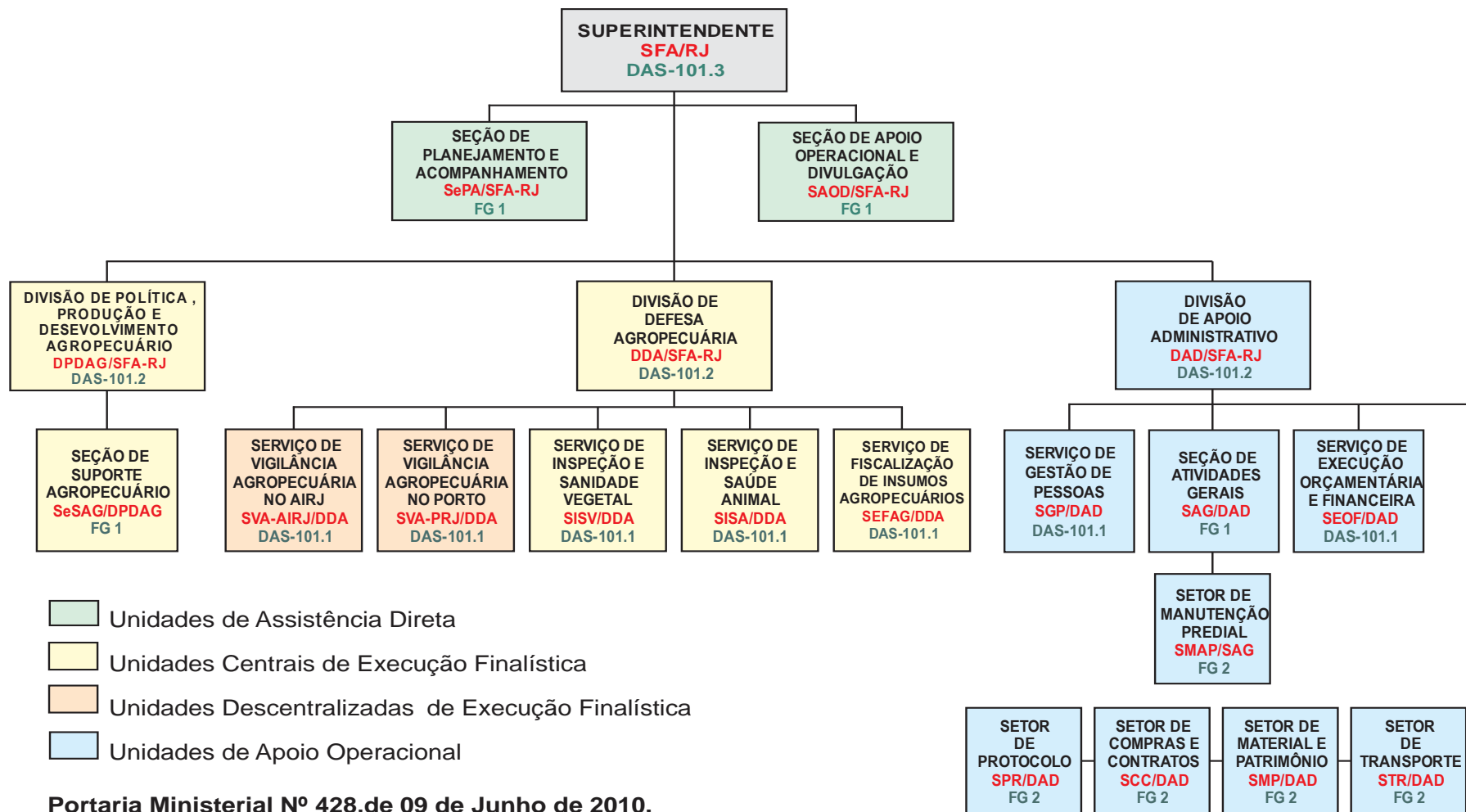
A competência institucional da SFA-RJ está estabelecida no Decreto nº 7.127, de 4 de março de 2010, que aprova a Estrutura Regimental do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e na Portaria nº 428, de 9 de junho de 2010 que aprova o Regimento Interno das Superintendências Federais de Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

Os objetivos estratégicos e as ações executados pela SFA-RJ são definidos pelo Órgão Central em Brasília, tendo como referência Plano Plurianual 2012 – 2015, no Plano Estratégico e Planejamento Estratégico do MAPA e o Mapa Estratégico. Desta forma, a SFA-RJ realiza suas atividades para alcançar sua missão e visão de futuro.

A estratégia de atuação do MAPA foi estabelecida pelas suas lideranças, a partir da sua missão, e de forma conjunta e participativa visando atender as suas competências legais como órgão gestor responsável pelas políticas agrícolas. Desta forma, foi elaborado um documento denominado Mapa Estratégico (ver Anexo I) que é a representação gráfica dos 18 objetivos estratégicos distribuídos em perspectivas de análises de pessoas, aprendizado e crescimento, processos internos e agronegócio, parceiros e sociedade.

1.3. Organograma funcional

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA PECUÁRIA E ABASTECIMENTO SUPERINTENDÊNCIA FEDERAL DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO



1.4. Macroprocessos Finalísticos

Os Macroprocessos Finalísticos do Ministério da Agricultura estão em fase de elaboração na Coordenação Geral de Planejamento e Gestão CGPLAN/SPOA/SE, que ainda não detalhou a Cadeia de Valor da Administração Direta do MAPA e das Superintendências até o nível de processos. Cabe informar, que as primeiras oficinas foram feitas na Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário - SDC detalhando os macroprocessos DESENVOLVIMENTO AGROPECUÁRIO E O DE COOPERATIVISMO E ASSOCIATIVISMO RURAL. Este trabalho necessita ser revisto para ajuste quanto à identificação de todos os processos de forma que retrate bem a realidade da geração de valor para a sociedade.

Desta forma, apresentamos os macroprocessos finalísticos definidos no MAPA:

Cooperativismo e Associativismo Rural

Defesa Agropecuária

Desenvolvimento Agropecuário

Execução do Plano da Lavoura Cacaueira

Meteorologia e Climatologia

Política Agrícola

Política de Agroenergia

Política Cafeeira

Relações Internacionais para o Agronegócio

A Cadeia de Valor da Administração Direta do MAPA foi elaborada levando em consideração as competências do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, estabelecidas no artigo 27, da Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, que organiza a Presidência da República e os Ministérios e o aspecto de que a cadeia de valor deve funcionar de forma matricial com a estrutura organizacional do MAPA. Esta estrutura foi definida em conformidade com o que preconiza o Sistema de Organização do Governo Federal - SIORG, instituído pelo Decreto nº 6.944, de 21 de agosto de 2009. Assim, a condução dos macroprocessos pelo cumprimento das competências institucionais, está demonstrada nos resultados consubstanciados no Relatório de Gestão.

1.5. Macroprocessos de Apoio

Os macroprocessos de apoio estão registrados na Cadeia de Valor da Administração Direta do MAPA, classificados como MACROPROCESSOS DE GOVERNANÇA E ADMINISTRAÇÃO INTERNA. Sua condução segue a mesma característica informada quanto aos finalísticos, com exceção de suas definições, que levou em consideração o que, no Ministério, está sendo realizado para sua gestão e para prestar o devido suporte aos

macroprocessos finalísticos, fato, inclusive, que inspirou a representação da Cadeia de Valor, conforme descrito no item 1.4 deste relatório.

1.5.1. Macroprocessos de Governança

Gestão Institucional

1.5.2. Macroprocessos de Administração Interna

Os macroprocessos identificados no MAPA são os seguintes:

Administração de Pessoal
Assessoramento Jurídico
Articulação Institucional
Articulação Política
Comunicação Institucional
Contabilidade Pública
Documentação e Informação Agropecuária
Desenvolvimento Organizacional e Inovação
Desenvolvimento de Pessoas
Interação com a Sociedade e Servidores
Logística e Serviços Gerais
Procedimentos Disciplinares
Tecnologia da Informação

1.6. Principais parceiros

A SFA executa uma série de atividades na Sede e nas Unidades descentralizadas com vistas a assegurar a produção, o comércio e a distribuição de insumos, serviços e produtos agropecuários aos diversos segmentos do agronegócio. As atividades desenvolvidas pelo PI-MANUTSFAS dão suporte operacional, administrativo e logístico as Unidades Descentralizadas e Sede e é a provedora dos meios e facilidades para que as mesmas ocorram conforme definição pelos normativos vigentes.

Instituições/Órgãos/Fóruns	Natureza	Quantidade
Alta administração (Gabinete do Superintendente)	Coordenação Geral	1
Divisão de Política e Produção e Desenvolvimento Agropecuário	Fomento e Política Agropecuária	1
Divisão de Defesa Agropecuária	Gerenciamento	1
Divisão de Apoio Administrativo	Apoio Administrativo	1
Unidade de Vigilância - VIGIAGRO	Coordenação	1
Serviço de Vigilância Agropecuária - PORTO	Fiscalização	2
Serviço de Vigilância Agropecuária - AEROPORTO	Fiscalização	2
Unidade de Vigilância - UVAGRO	Fiscalização	3
Assistente da SFA	Assessoria SFA/RJ	1
Seção de Planejamento e Acompanhamento	Apoio Administrativo/Gestão	1
Serviço de Execução Orçamentária e Financeira	Apoio Adm/Orçamentário/Financeiro	1
Serviço de Gestão de Pessoas	Apoio Administrativo/Gestão de Pessoas	1
Seção de Atividades Gerais	Apoio administrativo/Logístico	1
Setor de Manutenção Predial	Apoio administrativo/Logístico	1
Setor de Material e Patrimônio	Apoio administrativo/Logístico	1
Setor de Transportes	Apoio administrativo/Logístico	1
Unidades Descentralizadas (Criadas por Portaria)	Apoio Técnico/Adm Ativid.Interior do Estado	13
Prest. Serv. Terc. - Elevadores	Empresa	1
Prest. Serv. Terc. - Rx Aeroporto	Empresa	1
Prest. Serv. Terc. - Xerox	Empresa	1
Prest. Serv. Terc. - Vigilante	Empresa	1
Prest. Serv. Terc. - Manutenção de elevadores	Empresa	1
Prest. Serv. Terc. - Coleta de lixo	Empresa	2
Prest. Serviços terceirizados - limpeza/copeiro/eletricista/Bombeiro hidráulico	Empresa	1
Prest. Serviços terceirizados - Tec em telefonia e telefonistas	Empresa	1
Prest. Serviços terceirizados - digitadores	Empresa	1
Núcleo de Assistência Jurídica - NAJ	Assessoria Jurídica	1
Serviço de Inspeção e Sanidade Vegetal	Defesa e Inspeção Vegetal	1
Serviço de Inspeção e Saúde Animal	Defesa e Inspeção Animal	1
Serviço de Fiscalização de Insumos Agropecuários	Fomento Animal e Vegetal	1
Setor de Protocolo	Apoio administrativo/Logístico	1
Setor de Compras e Contratos	Apoio administrativo/Logístico	1

2. PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO, PLANO DE METAS E DE AÇÕES

2.1. Informações sobre o planejamento estratégico da unidade, contemplando:

- a) Período de abrangência do plano estratégico.

O plano estratégico do Mapa apresenta-se no período entre 2006 a 2015.

- b) Demonstração da vinculação do plano estratégico da unidade com suas competências constitucionais, legais ou normativas.

O plano estratégico do Mapa está regulamentado na Portaria nº 428, de 9 de junho de 2010 e no PPA 2012 – 2015.

- c) Demonstração da vinculação do plano estratégico da unidade com o Plano Plurianual (PPA) do Governo Federal, identificando os Programas Temáticos, os Objetivos, as Iniciativas e os Programas de Gestão, e Manutenção e Serviços ao Estado do Plano Plurianual vigente que estejam inseridas ações de responsabilidade da unidade.

Identificação do Programa de Governo	
Código Programa	2014
Título	Agropecuária Sustentável, Abastecimento e Comercialização
Órgão Responsável	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

QUADRO A.4.2 – OBJETIVOS DE PROGRAMA TEMÁTICO DE RESPONSABILIDADE DA UJ

Identificação do Objetivo	
Código	0976
Descrição	Modernizar a gestão institucional do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, visando alcançar agilidade e qualidade na formulação e execução de políticas públicas e no provimento de serviços no setor agropecuário, em benefício da sociedade brasileira
Programa	Agropecuária Sustentável, Abastecimento e Comercialização
Órgão Responsável	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

QUADRO A.4.3 – INICIATIVAS DE PROGRAMA TEMÁTICO DE RESPONSABILIDADE DA UJ

Identificação da Iniciativa	
Código	045X
Descrição	Desenvolvimento e fortalecimento da gestão institucional do MAPA, aperfeiçoando os mecanismos de comunicação social integrada, interna e externa, consolidando a Gestão Estratégica, implementando o Modelo de Gestão Institucional, a gestão de pessoas por competência, a avaliação de desempenho e o Programa de Valorização e Excelência dos Recursos Humanos
Objetivo	0976 - Modernizar a gestão institucional do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, visando alcançar agilidade e qualidade na formulação e execução de políticas públicas e no provimento de serviços no setor agropecuário, em benefício da sociedade brasileira
Órgão ou Unidade Responsável	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

QUADRO A.4.4 – AÇÕES VINCULADAS A PROGRAMA TEMÁTICO DE RESPONSABILIDADE DA UJ

Identificação da Ação	
Código	1K40
Descrição	Implantação e Atualização do Processo de Gestão Estratégica do Ministério da Agricultura,

	Pecuária e Abastecimento					
Iniciativa	045X - Desenvolvimento e fortalecimento da gestão institucional do MAPA, aperfeiçoando os mecanismos de comunicação social integrada, interna e externa, consolidando a Gestão Estratégica, implementando o Modelo de Gestão Institucional, a gestão de pessoas por competência, a avaliação de desempenho e o Programa de Valorização e Excelência dos Recursos Humanos					
Unidade Responsável	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento					
Unidade Orçamentária	22101 – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
6.690,92	6.690,92	6.403,48	6.403,48	-	-	-
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
-	-	-	-	-	12.694,65	6.403,48

- d) Se a unidade jurisdicionada estiver inserida no contexto de planejamento estratégico maior (de um órgão ou ministério, por exemplo), demonstração dos objetivos estratégicos, dos processos e dos produtos desse planejamento estratégico aos quais se vincula.

A SFA-RJ está vinculada aos seguintes objetivos estratégicos que são ligados ao MAPA:

Fortalecer o Processo de Gestão Estratégica do MAPA

Sistema de inspeção animal revisado e implantado

Gestão por Competência Implantada

Conformidade dos insumos pecuários assegurada

Sistema Zoossanitário Implantado e Operacional em Todo o Território Nacional

Redução da produção e comercialização dos produtos de origem animal sem inspeção oficial.

- e) Principais objetivos estratégicos traçados para a unidade para o exercício de referência do relatório de gestão.

Os objetivos estratégicos da unidade descritos na letra c deste item foram definidos pela Órgão Geral em Brasília.

- f) Principais ações planejadas para que a unidade pudesse atingir, o exercício de referência, os objetivos estratégicos estabelecidos

2.2. Informações sobre as estratégias adotadas pela unidade para atingir os objetivos estratégicos do exercício de referência do relatório de gestão, especialmente, sobre:

- a) Avaliação dos riscos que poderiam impedir ou prejudicar o cumprimento dos objetivos estratégicos do exercício de referência das contas.
- b) Revisão de macroprocessos internos da unidade, caso tenha sido necessária.
- c) Adequação nas estruturas de pessoal, tecnológica, imobiliária, etc., caso tenham sido necessárias ao desenvolvimento dos objetivos estratégicos.
- d) Estratégias de divulgação interna dos objetivos traçados e dos resultados alcançados.
- e) Outras estratégias consideradas relevantes pelos gestores da unidade para o atingimento dos objetivos estratégicos.

2.3. Demonstração da execução do plano de metas ou de ações para o exercício, informando, por exemplo:

- a) Resultado das ações planejadas, explicitando em que medida as ações foram executadas

SERVIÇO	<i>Serviço de Fiscalização de Insumos Agropecuários - SEFAG/DDA-RJ</i>			
	ESPECIFICAÇÃO	Ocorrências previstas p/ 2012	REALIZADO	%
PROGRAMA: DEFESA AGROPECUÁRIA				
Ação	Fiscaliz.de Insumos Destinados à Alimentação Animal - FISCINAN			
<i>Fiscalização Realizada</i>		100	126	126,00
Estabelecimentos Produtores de Alimentos para Animais				
	Estabelecimentos Fiscalizados	110	64	58,18
Estabelecimentos Importadores e Exportadores de Alimentos para Animais				
	Estabelecimentos Fiscalizados	3	3	100
Estabelecimentos Fracionadores de Alimentos para Animais				
	Estabelecimentos Fiscalizados	2	3	150,00
Estabelecimentos que Comercializam Alimentos para Animais				
	Estabelecimentos Fiscalizados	50	51	102,00
Outras atividades de Fiscalização de Alimentos para Animal				
	Amostra Coletada	91	94	103,00
	Laudos Técnicos de Inspeção	10	0	IND
	Autos de Infração	*	35	IND

	Autos de Apreensão	*	12	IND
	Auto de multa	*	32	IND
	Rótulo e Produto Aprovado/Registro Produto	*	50	IND
	Produto Fiscalizado	460	468	98,29
Ação	Fiscalização de Material Genético Animal - FISCGENE			
<i>Fiscalização Realizada</i>		14	17	121,42
	Estabelecimento Fiscalizado	17	17	100,00
Ação	Fiscalização de Produtos de Uso Veterinário - FISPROVET1			
<i>Fiscalização Realizada</i>		123	159	129,26
Análises de Registro de estabelecimentos que fabriquem, manipulem, armazenem, importem, exportem, fracionem e controlem a qualidade produtos de uso veterinário				
	Licenças Iniciais emitidas	4	1	25,00
	Licenças renovadas	24	5	20,83
Análises de Registro de estabelecimentos que distribuem e comercializem produtos de uso veterinário				
	Licenças Iniciais emitidas	124	33	26,61
	Licenças renovadas	322	224	69,56
Demandas relacionadas a produtos de uso veterinário				
	Licenças renovadas	24	18	75,00

(*) Não passível de previsão

SERVIÇO	<i>Serviço de Fiscalização de Insumos Agropecuários - SEFAG/DDA-RJ</i>			
	ESPECIFICAÇÃO	Ocorrências previstas para 2012	REALIZADO	%
PROGRAMA: DEFESA AGROPECUÁRIA				
Ação	Fiscalização Sementes e Mudanças - FISCALSEMI			
<i>Fiscalização Realizada</i>		36	34	94,44
Inscrição Credenciamento no RENASEM				
	Produtor de Mudanças	8	20	250,00
	Comerciante de Sementes e / ou Mudanças	30	39	130,00
Fiscalização				
	comerciante de sementes	12	8	66,67
Coleta de Amostra de sementes				
	Coleta de Sementes	13	1	7,69
Resultado das Análises de Sementes				
	Total de amostras fiscais dentro do padrão	4	1	25,00
Outras Atividades				
	Autorização de Exportação de Sementes	21	6	28,57
	Autorização de Exportação de Mudanças	3	1	33,33
	Autorização de Importação de Sementes e Mudanças	6	7	116,67
	Anuência para Liberação Aduaneira	1	2	200,00

Ação	Fiscalização de Agrotóxicos e Afins - FISAGROTOX			
<i>Fiscalização Realizada</i>		80	88	110,00
Fiscalização Realizada em estabelecimentos				
	Fiscalização de Empresas produtoras de agrotóxicos	20	24	120,00
Fiscalização Realizada em produtos				
	Produtos Fiscalizados	60	64	106,67
Outras Atividades				
	Autorização de importação de agrotóxicos	2.500	2.630	105,20
Ação	Fiscalização de Fertilizantes, Corretivos e Inoculantes - FISFECOI			
<i>Fiscalização Realizada</i>		195	38	19,48
Fiscalização Realizada				
	Em estabelecimentos	90	42	46,67
Fiscalização Realizada				
	Em produtos	174	53	30,46

(*) Não passível de previsão

SERVIÇO	<i>Serviço de Sanidade Agropecuária-SISA/DT-RJ</i>			
	ESPECIFICAÇÃO	Ocorrências previstas para 2012	REALIZADO	%
PROGRAMA: DEFESA AGROPECUÁRIA				
Ação	Prevenção, Controle e Erradicação das Doenças dos Animais - PCEANIMAL			
Sanidade Avícola				
	<i>Propriedade Atendida</i>	30	12	40,00
Supervisões e Auditorias				
	Supervisão / auditoria a NDAs, RDA , EACs - órgão executor	10	12	120,00
Reuniões e Eventos				
	Participação em eventos (simpósios, palestras, congressos, cursos, etc)	2	1	50,00
	Participação em reuniões (nº de reuniões com participação da Coordenação PNSA/SISA)	6	3	50,00
	Reuniões Coordenação do PNSA/SISA com o COESA	2	1	50,00
Estabelecimentos avícolas de Reprodução				
Registro				
	Numero de estabelecimentos avícolas de reprodução certificados(100% das solicitações)	*	1	IND
Estabelecimentos Avícolas Comerciais				
Supervisao				

	Número de estabelecimentos avícolas comerciais supervisionados	10	1	10,00
Controle e Erradicação da Brucelose e Tuberculose				
Propriedade Atendida		3.550	7.483	210,79
Habilitação de méd. veterinários no âmbito do PNCEBT				
	Nº de méd. veterinários habilitados (exames de tuberculose e brucelose)	*	10	IND
	Nº de méd. veterinários desabilitados (exames de tuberculose e brucelose)	*	3	IND
Reuniões e Eventos				
	Participação em reuniões (nº de reuniões com participação da Coord. PNCEBT/SISA)	1	1	100,00
Controle e Erradicação				
	Nº de prop. examinadas (brucelose)	*	387	IND
	Nº atendimentos a focos (brucelose)	*	11	IND
	Nº de animais testados (brucelose)	*	9.082	IND
	Nº de animais reagentes positivos (brucelose)	*	22	IND
	Nº de animais sacrificados (brucelose)	*	16	IND
	Nº de animais destruídos (brucelose)	*	6	IND
	Nº de prop. examinadas (tuberculose)	*	400	IND
	Nº de atendimentos a focos (tuberculose)	*	1	IND
	Nº de animais testados (tuberculose)	*	11.167	IND
	Nº de animais reagentes positivos (tuberculose)	*	1	IND
	Nº de animais sacrificados (tuberculose)	*	1	IND
	Nº de animais destruídos (tuberculose)	*	0	IND
	Nº de propriedades certificadas livres	1	2	200,00
	Nº de fêmeas vacinadas (bovinos e bubalinos)	53.473	91.933	171,92
	Nº de propriedades com registro de vacinação (bovinos e bubalinos)	4.095	6.285	153,48
	Antígeno acidificado tamponado distribuído (doses)	*	97.600	IND
	PPD bovina distribuída (doses)	*	78.350	IND
	PPD aviária distribuída (doses)	*	20.550	IND
	Antígeno de prova lenta - brucelose distribuído (doses)	*	100	IND
	Antígeno da Prova do Anel em Leite distribuído (doses)	*	0	IND
Controle de Raiva dos Herbívoros e EET				
Propriedade Atendida		1.600	0	0,00
Sanidade de Suídeo				
Propriedade Atendida		40	0	0,00
Sanidade de Abelhas				
Propriedade Atendida		20	1	5,00
Supervisões e Auditorias				
	Supervisão / auditoria a NDAs, RDA , EACs - órgão executor	10	9	90,00
Reuniões e Eventos				
	Reunião do Grupo Gestor de Apicultura/RJ	6	6	100,00
	Reuniões da Câmara Setorial de Apicultura/RJ	6	6	100,00
Criatórios de Abelhas				

	Supervisão dos criatórios cadastrados	10	1	10,00
	Exames realizados(100% dos exames solicitados)	*	1	IND
	Colméias positivos(100% dos diagnósticos positivos)	*	0	IND
	Colméias destruídas na propriedade(100% dos animais positivos)	*	0	IND
Sanidade dos Equídeos				
Propriedade Atendida		9.550	10.505	110,00
Supervisões e Auditorias				
	Supervisão / auditoria a Coordenadoria do PNSE - órgão executor	1	2	200,00
	Supervisão / auditoria a NDAs, RDA , EACs - órgão executor	5	0	0,00
Reuniões e Eventos				
	Participação em reuniões (nº de reuniões com participação da Coordenação do PNSE/SISA)	4	7	175,00
	Reunião da CECAIE-RJ	2	2	100,00
Propriedade Controlada				
	Propriedades a fiscalizar	30	34	113,33
Diagnostico de Anemia Infecciosa Equína				
	Exames realizados(100% dos exames solicitados)	*	48.524	IND
	Animais positivos	*	280	IND
	Animais sacrificados + animais destruídos na propriedade(100% dos animais positivos)	*	166	IND
Ação	Erradicação da Febre Aftosa - FEBREAFTOS			
Área Livre - Território do Rio de Janeiro		43.696	43.696	100,00
	Supervisão / auditoria a NDAs - órgão executor - critério (27 NDAs x 2)	54	101	187,04
Reuniões e Eventos				
	Participação em reuniões / eventos Nacionais	2	9	450,00
Campanha Realizada				
	Vacinação sistemática de bovinos e bubalinos	4.200.000	2.734.330	65,10
	Vacinação assistida e ou fiscalizada de bovinos e bulalinos	*	102.182	IND
	Produtores com comprovação de vacinação	*	52.539	IND
	Propriedades com comprovação de vacinação	*	46.272	IND

(*) Não passível de previsão

SERVIÇO	SERVIÇO DE INSPEÇÃO E SANIDADE VEGETAL SISV/DDA-RJ			
	ESPECIFICAÇÃO	Ocorrências previstas para 2012	REALIZADO	%
PROGRAMA: DEFESA AGROPECUÁRIA AGROPECUÁRIA				
Ação	Vigilância e Fiscalização de Trânsito Interestadual de Vegetais e seus Produtos - VIGIFITO1			

<i>Fiscalização Realizada</i>		8.000	6.622	82,77
	Fiscalização Realizada (DADOS SEAPEC)	8.000	6.622	82,78
	Barreiras Móveis Executadas (DADOS SEAPEC)	450	464	103,11
	Partidas com retorno à origem/ destruição por não conformidade (N° Partidas inspecionada)(DADOS SEAPEC)	*	101	IND
	Fiscalização da emissão de Permissão de Trânsito de Vegetais -N° PTV (DADOS SEAPEC)	*	65	IND
	Supervisão técnica operacional na SEAPPA (n° de supervisões)	30	30	100,00
	Fiscalização em Propriedades com emissão de CFO (n° de Fiscalizações) (DADOS SEAPEC)	20	26	130,00
	Supervisão da Fiscalização Fitossanitária de Origem (n° de supervisões)	3	3	100,00
	Participação em Reuniões Técnicas (n° de Reuniões)	1	2	200,00
Ação	Prevenção, Controle e Erradicação de Pragas dos Vegetais - PCEVEGETAL			
<i>Área Controlada / Prevenida (ha)</i>		100	58	58,00
HORTICULTURA				
	Levantamentos fitossanitários	50	36	72,00
	Fiscalização de propriedades	50	36	72,00
	Cadastro de propriedades (Tomate)	50	36	72,00
FRUTICULTURA				
	Levantamentos fitossanitários	15	10	66,67
	Fiscalização de propriedades	15	10	66,67
	Cadastro de propriedades (Goiaba)	15	10	66,67
CITROS				
	Levantamentos fitossanitários	100	99	99,00
	Coleta e envio de amostras	55	51	92,73
	Fiscalização de propriedades	60	46	76,67
	Cadastro de propriedades	100	99	99,00
BANANA				
	Levantamentos fitossanitários	250	255	102,00
	Coleta e envio de amostras	40	34	85,00
	Fiscalização de propriedades	230	185	80,43
	Cadastro de propriedades	250	256	102,40
	Monitoramento de Unidades de Observação	135	141	104,44
CAFE				
	Levantamentos fitossanitários	60	55	91,67
	Fiscalização de propriedades	60	55	91,67
	Cadastro de propriedades	110	107	97,27
	Cadastro de viveiros de mudas	20	18	90,00

	Inspeção de viveiros de mudas	20	15	75,00
Ação	Eradicação da Mosca da Carambola - Erradmosca1			
Área Controlada		4.369.605	4.369.605	100,00
	Inspeção de armadilhas	220	200	90,91
Ação	Educação Sanitária em Defesa Vegetal			
Atividade Realizada		0	0	0
	Capacitação de técnicos	1	1	100,00
	Capacitação de produtores	2	0	0,00
	Confecção de material (folders, camisetas, etc)	0	0	0,00

(*) Não passível de previsão

SERVIÇO	SERVIÇO DE INSPEÇÃO E SANIDADE VEGETAL SISV/DDA-RJ			
	ESPECIFICAÇÃO	Ocorrências previstas em 2012	REALIZADO	%
PROGRAMA: DEFESA AGROPECUÁRIA				
AÇÃO	Inspeção e Fiscalização de Produtos de Origem Vegetal - IPVEGETAL2			
	Estabelecimento Inspeccionado	130	113	86,92
Promoção e Representação Institucional				
Participação em Seminários, Congressos, Econtros e Cursos				
	Participantes do SIV/DFA/RJ	*	6	IND
Registro de Estabelecimento				
	Registros concedidos	*	38	IND
	Vistorias realizadas	18	27	150,00
Registro de vinhos, bebidas e vinagres				
	Registros concedidos	*	471	IND
Fiscalização/Inspeção de Estabelecimentos				
	Termo de Inspeção sem Lista Verificação	*	66	IND
	Termo de Inspeção com lista Verificação	130	116	89,23
	Termo de Inspeção comércio	30	22	73,33
	TOTAL	140	201	143,57
Fiscalização/Inspeção de Produtos				
	Amostra coletada (TOTAL)	247	187	75,71
	Produto em conformidade	*	124	IND
	Produto não conforme	*	51	IND
Penalidades Impostas				
	Inutilização	*	7	IND
	Interdição	*	2	IND
	Multas aplicadas (nº)	*	56	IND
Controle do Trânsito Internacional de Bebidas				
	Autorização de Importação	*	329	IND
	Autorização de Exportação	*	4	IND
Processo Administrativo				
	Valores (real) das multas aplicadas	*	402.992	IND
	Valores (real) das multas arrecadadas	*	39.916	IND
	Autos de Infração lavrados	*	58	IND

	Fechamento	*	5	IND
	Apreensão	*	19	IND
	Intimação	*	69	IND
	Registro concedido (produto+estabelecimentos)	*	512	IND
PROGRAMA: DEFESA AGROPECUÁRIA				
AÇÃO	Padronização, Classificação, Fiscalização e Inspeção de Produtos Vegetais - PADCLASSIF			
Fiscalização Realizada		100	58	58,00
Produto Fiscalizado - Importação + Merc. Interno (ton)		1.000.000	970.754	97,08
Classificação de produtos de origem vegetal importados				
	Produto classificado (ton)	600.000	796.648,29	132,77
	Emissão de Certificado	10.000	10.085	100,85
	Taxa arrecadada(R\$) 100%	800.000,00	600.340,30	75,04
	Taxa recolhida (R\$) 62,68%	501.440,00	398.731,16	79,52
Fiscalização de estabelecimentos envolvidos na classificação e comercialização de produtos de origem vegetal				
	Termo de Fiscalização	100	56	56,00
	Termo de Fiscalização de Entidade Credenciada	12	27	225,00
	Auto de Coleta de Amostra	200	2.541	1.270,50
	Produto Fiscalizado - Mercado Interno (ton)	30.000	68.444	228,15
	Análise Pericial	10	4	40,00
	Termo de Intimação	50	47	94,00
	Auto de Infração	50	54	108,00
	Multa Aplicada (R\$)	400.000,00	245.267,86	61,32
	Multa Arrecadada (R\$)	120.000,00	108.599,70	90,50
	Advertência Escrita	15	23	153,33
	Denúncias apuradas	10	29	290,00
	Termo de Notificação	70	82	117,14

(*) Não passível de previsão

SERVIÇO	VIGIAGRO/RJ- SVA/PORTO/RJ, SVA/AIRJ, UVAGRO's PORTO DE ITAGUAÍ, RESENDE, NOVA IGUAÇU e AEROP.INTERNACIONAL DE CABO FRIO			
PROGRAMA : DEFESA AGROPECUÁRIA				
	ESPECIFICAÇÃO	Ocorrências Previstas para 2012	REALIZADO	%
Ação	Vigilância e Fiscalização do Trânsito Internacional de Vegetais e seus Produtos e insumos- FISCPLANTA2			
Fiscalização Realizada		105.334	215.455	204,54
Importação Vegetal				
	Inspeção de Embalagem e Suporte Madeira	80.000	88.881	222,20
	Termo de Destruição	*	507	IND
	Termo de Ocorrência Fitossanitária	3.000	4.536	151,20
Fiscalização do Trânsito Internacional de Vegetais e Produtos				
Trânsito Internacional de Cargas - Porto				
	Produtos apreendidos- Área Vegetal (Kg) unidade	*	4.076	IND
	Servidor Capacitado	*	8	IND
Vigilância e Fiscalização do Trânsito Internacional de Animais e seus Produtos e insumos- FISCANIMAL2				

Fiscalização Realizada		7.281	122.455	1.681,84
Importação Animal				
	Termo de Ocorrência Sanitária - Importação	20	112	560,00
Fiscalização do Trânsito Internacional de Animais e Produtos				
Trânsito Internacional de Cargas - Porto				
	Produtos Apreendidos- Área animal (Kg) unidade	*	7.918	IND
	Servidor Capacitado	*	8	IND
Trânsito Internacional de Cargas - Aeroporto				
	Vôos fiscalizados	*	2.246	IND
	Bagagens inspecionadas	*	114.514	IND

(*) Não passível de previsão

SERVIÇO DE INSPEÇÃO E SAÚDE ANIMAL-SISA/DDA-RJ				
SERVIÇO	ESPECIFICAÇÃO	Ocorrências previstas em 2012	REALIZADO	%
PROGRAMA: DEFESA AGROPECUÁRIA				
Ação	Inspeção e fiscalização de Produtos de Origem Animal - INANIMAL3			
Estabelecimento Inspeccionado		97	97	100,00
Estabelecimentos inspecionado, fiscalizados, cadastrados, exportadores				
	Nº de Estabelecimentos Inspeccionados (Registrados)	104	98	94,10
	Nº de Estabelecimentos Fiscalizados (Relacionados)	105	114	108,57
	Nº de Estabelecimentos Cadastrados (Escritório de Importação)	71	93	130,99
	Estabelecimentos Exportadores	20	20	100,00
Inspeção ,Supervisão, Fiscalização, Vistoria,Auditoria				
	Inspeção realizada em estabelecimentos (nº de estabelecimento)	104	98	94,23
	Nº de Supervisões Realizadas (SISA/INSPEÇÃO)	105	97	92,38
	Nº de Fiscalizações Realizadas (UR)	1.111	21.376	1924,03
	Auditorias no SISA (DIPOA)	12	6	50,00
Abates, Doenças, Produtos Inspeccionado, Importados, Exportados e Rejeitados				
	Partida Inspeccionada (Tonelada)	400.000	306.354,00	76,59
	Exportação de produtos de Origem Animal (tonelada) (estabelecimento com SIF no RJ)	5.000	2.993	59,86
	Importação de Produtos de Origem Animal - em toneladas (estabelecimento com SIF do RJ)	70.000	72.000	102,86
	Rejeição de produtos(condenação nos estabelecimentos inspecionados) em toneladas	5.000	20.148	402,96
	Anuência prévia de importação - Transito internacional de produtos de origem animal	4.000	4.259	106,48
Controle laboratorial (Análises de Rotina,Programa de Fraude e de Resíduos Biológicos)				
	Análises Laboratoriais Realizadas (nº de amostras)	1.055	1.684	159,62
	Análises Laboratoriais Fora do Padrão (nº de amostras)	168	211	125,60
Penalidades- Advertencias e Multas				
	Autuações (Auto de Infração)	68	80	117,65

	Auto de Infração Anulado	9	10	111,11
	Advertências	28	7	25,00
	Multas	127	63	49,61
	Penalidades aplicadas (multas e advertências)	156	70	44,87
	Multas Aplicadas (Em Real)	500.000,00	428.409,70	85,68
Solicitação ao SISA-Reserva, Instalação, Cancelamento, Alteração, interdição de SIF				
	Reserva de SIF	3	3	100,00
	Cancelamento de SIF	6	4	66,67
	Alteração de Razão Social	5	5	100,00
	Eventos Técnicos /Treinamento			
	Eventos Técnicos	15	22	146,00
	Treinamento	25	7	28,00

(*) Não passível de previsão

b) Justificativas para a não execução de ações ou não atingimento de metas, se for o caso.

Na Ação PADCLASSIF, justifica-se o baixo o número de fiscalizações de janeiro a junho, tendo em vista que até a abertura do SIPLAN de 2012 para o lançamento dos dados, tinha-se como parâmetro a mesma meta de 2011, PRODUTO FISCALIZADO em ton. A fiscalização no RJ estava sendo realizada basicamente em função das metas do PEQV, conforme PO orientado pela CGQV.

Nas Ações FISCPLANTA e FISCANIMAL, devido às restrições de acesso ao SIGVIG, algumas unidades do sistema Vigiagro no Rio de Janeiro não estão emitindo relatório da movimentação de produtos agropecuários, mas somente das inspeções dos suportes e embalagens de madeira. Atualmente o sistema não permite demonstrar dados estatísticos referente às partidas inspecionadas dos processos agropecuários, ficando, o relatório de atividades incompleto para seu lançamento no SIPLAN e demais relatórios. A estatística do SVA GIG refere-se aos TFBE, Requerimentos para emissão de CZI, Aeronaves fiscalizadas, bagagens fiscalizadas e embalagens e suportes de madeiras. A DDA-RJ aguarda o posicionamento dos responsáveis pelo sistema a fim de resolver esta pendência.

Na Ação ERRADMOSCA, as metas (armadilhas monitoradas) foram cumpridas na sua integridade até o mês de outubro. Justifica-se o não cumprimento nos meses de novembro e dezembro pelo motivo que a partir de então, não havia material suficiente para realizar o total de monitoramento programado. Os materiais necessários para o monitoramento são enviados pelo Departamento de Sanidade Vegetal; porém, em 2012, não recebemos nada, apesar das constantes solicitações encaminhadas ao mesmo. Em nenhuma armadilha foi encontrada a mosca da carambola, de modo que a mesma continua com o status de praga ausente no Estado do Rio de Janeiro.

Na ação PADCLASSIF, a Classificação Vegetal no Estado do Rio de Janeiro atendeu:
- a fiscalização no mercado interno,

- a programação do Plano Estadual da Qualidade Vegetal (PEQV), determinada pela Coordenação (CGQV/DIPOV),

- a importação de produtos e subprodutos e resíduos de valor econômico, através de portos e aeroportos de nosso Estado, por ser gerente da empresa credenciada NIKKEY até o mês de agosto, quando encerrou o contrato com a prestadora de serviço. Enquanto não foi assinado o contrato emergencial, a fiscalização da classificação da importação passou a ser realizada pelos classificadores do SISV/RJ. Esse processo foi extremamente demorado, devido as limitações do Serviço de Inspeção e Sanidade Vegetal, a saber: não ter quadro de classificadores; não possuir equipamento de informática adequado (computador, programa para gerar os certificados; impressora, tinta, papel). Todo o serviço de fiscalização da classificação do mercado interno foi delegado a segundo plano, não havendo pessoal suficiente para executar os trabalhos.

Desta forma, as metas não foram atingidas em decorrência da mudança da mesma no mês de julho, quando já havia transcorrido metade do ano, e também pelos problemas enfrentados, como acima descrito.

Permanece no ano de 2012 a indecisão do processo de transferência do Centro de Treinamento e do Laboratório de Classificação e Degustação de Café, situado no bairro do Maracanã, Rua Mata Machado esquina com Av. Maracanã, que devido aos Jogos Olímpicos de 2016 e à Copa do Mundo de Futebol de 2014, deverão ser desocupadas.

Assim, nesse processo de transferência, apenas a fiscalização da classificação será contemplada, recebendo instalações para seu funcionamento. Os demais móveis e equipamentos deverão ser doados tendo em vista a impossibilidade de espaço físico na Sede.

Na ação FISFECOI, a fiscalização esteve focada na coleta de amostras em produtores, comércio e resultados de análises laboratoriais. O financeiro alocado foi suficiente apenas para as atividades convocadas, não permitindo a realização das metas que ficaram bastante abaixo do previsto.

Na ação FISCPLANTA2, O SIGVIG, sistema de gerenciamento de documentos e informações continua (a exemplo do ano passado) não oferecendo condições de se emitir relatórios gerenciais. Por não ter sido ainda implantado o módulo estatístico, torna-se impossível extrair relatórios referentes a partidas inspecionadas ou qualquer outro registro de dados de processos agropecuários. Atualmente são relatadas a fiscalização de embalagens e suportes de madeira, inspeção de vôos internacionais/bagagens/encomendas e números gerais das unidades que ainda não operam com este sistema.

É necessária a melhoria e adequação do sistema a fim de registrar e controlar com excelência, utilizando-se de recursos suficientes para extrair dados estatísticos de acordo com o exigido na prestação de contas e relatórios em geral.

As instalações do sistema Vigiagro/RJ nos portos/aeroportos e aduanas são de modo geral satisfatórias, carecendo de melhorias no Porto do Rio de Janeiro, as quais ainda no 1º semestre de 2013 estarão sendo ampliadas.

Quanto aos equipamentos de informática, mobília, veículos etc., a situação também é razoavelmente satisfatória.

É sugerida a construção de um prédio institucional próprio para o Porto do Rio, seguindo os moldes dos demais recintos alfandegados.

c) Impactos dos resultados das ações nos objetivos estratégicos da unidade.

Não houve impactos dos resultados da ações nos objetivos estratégicos da unidade.

2.4. Informações sobre indicadores utilizados pela unidade jurisdicionada para monitorar e avaliar a gestão, acompanhar o alcance das metas, identificar os avanços e as

melhorias na qualidade dos serviços prestados, identificar necessidade de correções e de mudanças de rumos

Responsável pelo cálculo/medição dos Indicadores

Os responsáveis pelos cálculos e medições dos indicadores, bem como pelo desenvolvimento das ações sob responsabilidade da SFA-RJ são os chefes de serviço e os respectivos responsáveis técnicos pelas ações do PPA na Superintendência. Sua atribuição inclui a programação das atividades, a negociação de recursos com as unidades específicas do órgão central em Brasília, a execução das atividades para a obtenção dos produtos programados e o acompanhamento e relato das mesmas para os gestores da SFA-RJ e do MAPA.

Conforme a estrutura e regimento das superintendências, esses responsáveis pelas ações estão subordinados ao Superintendente da SFA-RJ, porém têm ligação direta com os coordenadores de ação nacionais e com os respectivos departamentos em Brasília.

A listagem dos nomes encontra-se no quadro abaixo:

PI	NOME	CPF
	COORDENADOR DE AÇÃO ESTADUAL	
	(CHEFE DE SERVIÇO)	
APOIOAGRIC	CELSO MEROLA JUNGER	496.249.467-87
APOIOPEC	CELSO MEROLA JUNGER	496.249.467-87
CERTORGAN	CELSO MEROLA JUNGER	496.249.467-87
DESENGORG	CELSO MEROLA JUNGER	496.249.467-87
FEBREAFTOS	EDUARDO BATISTA BORGES	267.182.437-87
FISAGROTOX	LUIZ PAULO DA SILVA FALCÃO	409.111.367-20
FISCALSEM1	LUIZ PAULO DA SILVA FALCÃO	409.111.367-20
FISCANIMAL2	ANTONIO CARLOS MARQUES MEDEIROS	549.177.607-63
FISCGENE	LUIZ PAULO DA SILVA FALCÃO	409.111.367-20
FISCINAN	LUIZ PAULO DA SILVA FALCÃO	409.111.367-20
FISCORGEN	EDUARDO BATISTA BORGES	267.182.437-87
FISCPANTA2	ANTONIO CARLOS MARQUES MEDEIROS	549.177.607-63
FISFECOI	LUIZ PAULO DA SILVA FALCÃO	409.111.367-20
FISPROVET1	LUIZ PAULO DA SILVA FALCÃO	409.111.367-20
INDGRAF	CELSO MEROLA JUNGER	496.249.467-87
INOVAGRO	CELSO MEROLA JUNGER	496.249.467-87
INSPANIMAL3	EDUARDO BATISTA BORGES	267.182.437-87
IPVEGETAL2	ELIZABETH DE JESUS MORGADO	669.425.787-20
PADCLASSIF	ELIZABETH DE JESUS MORGADO	669.425.787-20
PCEANIMAL	EDUARDO BATISTA BORGES	267.182.437-87
PCEVEGETAL	ELIZABETH DE JESUS MORGADO	669.425.787-20

RASTREAB1	EDUARDO BATISTA BORGES	267.182.437-87
VIGIFITO1	ELIZABETH DE JESUS MORGADO	669.425.787-20

Apresentam-se alguns indicadores de desempenho para as ações/Planos Internos (PI) da SFA-RJ, de programas que integram o PPA 2002-2015 do MAPA, conforme proposta apresentada pela Coordenação Geral de Planejamento e Modernização da Gestão– CGPLAN/SPOA/SE/MAPA, numa tentativa de dar continuidade ao processo de padronização de indicadores para as Superintendências Federais de Agricultura, baseado em orientações documentadas pelo TCU.

Decisão Normativa TCU estabelece normas para os processos de prestação de contas, tanto na construção, quanto na análise de indicadores de desempenho. São considerados quatro tipos básicos de indicadores de desempenho para monitorar um determinado programa ou ação:

- **Economicidade:** mede o grau de minimização dos custos incorridos na consecução de uma ação, sem comprometimento dos padrões de qualidade. Refere-se à capacidade de uma instituição de gerir adequadamente os recursos financeiros colocados à sua disposição.
- **Eficiência:** mede a relação entre o produto (bem ou serviço) gerado por uma ação e os custos dos insumos empregados para executá-la em um determinado período de tempo. Se a quantidade for determinada, procura-se minimizar o custo total; se o gasto total for previamente fixado, procura-se otimizar a combinação dos insumos para maximizar o produto. Em ambos os casos a qualidade deve ser mantida.
- **Eficácia:** mede o grau de alcance das metas programadas, em um determinado período de tempo, independentemente dos custos implicados.
- **Efetividade:** mede as relações entre os resultados alcançados e os objetivos que motivaram a atuação institucional, entre o impacto previsto e o impacto real de um programa ou ação.

Descrição (o que pretende medir) e tipo de indicador (de economicidade, eficiência, eficácia ou de efetividade)

Os indicadores propostos para análise são todos voltados para as atividades fins da Superintendência e foram desenvolvidos para determinar a capacidade da SFA-RJ na gestão dos recursos colocados à sua disposição em 2012, em comparação ao ano anterior; o custo médio ou unitário de execução de uma determinada ação, comparado com o custo unitário estimado na programação; a realização efetiva do que foi executado, comparativamente ao que foi definido como meta e, por último, o alcance da execução das atividades em relação ao universo específico de trabalho da SFA-RJ.

Apresentam-se abaixo os seguintes indicadores considerando: as sugestões encaminhadas por Brasília, a importância de determinadas ações para a Superintendência e a disponibilidade de dados para sua elaboração:

- Gestão nas fiscalizações realizadas em agrotóxicos;
- Gestão no controle da febre aftosa no rebanho bovino do Rio de Janeiro;
- Gestão na prevenção, controle e erradicação das doenças nos animais;
- Gestão na prevenção e controle e erradicação das pragas nos vegetais;
- Gestão da conformidade dos fertilizantes, corretivos e inoculantes.

Fórmula de cálculo e método de medição dos Indicadores de Desempenho

PROGRAMA 2028 – DEFESA AGROPECUÁRIA				
Ação – Erradicação da febre aftosa – FEBREAFTOS				
Atributo	Indicador			
	2.5. Economicidade	Eficiência	Eficácia	Efetividade
Descrição:	Custo de erradicação da febre aftosa em relação ao ano anterior	Custo de erradicação da aftosa em uma propriedade em relação à estimativa inicial	Nº de propriedades erradicadas como percentual da meta física programada	Taxa de erradicação da febre aftosa em bovídeos
Unidade de med.:	Porcentagem	R\$/propriedade	Porcentagem	Porcentagem
Fonte:	SFA, SIAFI, SIOR	SFA	SFA	SFA
Fórmula de cálculo:	<p><i>Varição absoluta do custo realizado de 2011 para 2012:</i></p> <p>$(CR_{2012} - CR_{2011})$</p> <p>$730.703,19 - 41.631,39 = 689.071,80$</p> <p>Varição % do custo realizado de 2011 para 2012:</p> <p>$[(CR_{2012} : CR_{2011}) - 1] \cdot 100$</p> <p>Indicador em 2012 = 1.655,00%</p> <p>Indicador em 2011 = 79,45%</p> <p>Indicador em 2010 = (-) 84%</p>	<p><i>Custo unitário realizado (CUR) e programado (CUP) em 2012:</i></p> <p>$CUR = (CR_{2012} : PA_{2012})$</p> <p>$(730.703,19 : 23.136) = 31,58$</p> <p>$CUP = (CP_{2012} : PP_{2012})$</p> <p>$(732.399,59 : 30.449) = 24,05$</p> <p><i>Varição % entre custo unitário realizado e programado em 2012</i></p> <p>$[(CUR_{2012} : CUP_{2012}) - 1] \cdot 100 =$</p> <p>Indicador em 2012 = 31%</p> <p>Indicador 2011 = 96,7%</p> <p>Indicador em 2010 = (-) 16%</p>	<p>Relação percentual entre o nº de propriedades atendidas e o nº de propriedades programadas em 2012</p> <p>$(PA_{2012} : PP_{2012}) \cdot 100$</p> <p>$(23.136 : 30.449) \cdot 100$</p> <p>Indicador em 2012 = 76%</p> <p>Indicador em 2011 = 59,3%</p>	<p>Relação percentual entre o nº de animais semestralmente vacinados contra febre aftosa e o total do rebanho (média das 2 vacinações):</p> <p>$(AV_{2012} : TR_{2012}) \cdot 100$</p> <p>$(1.365.867 : 1.516.734) \cdot 100$</p> <p>Indicador em 2012 = 90,05%</p> <p>Indicador em 2011 = 92,25 %</p> <p>Indicador em 2010 = 91,23 %</p>
<p>CR = custo realizado; CP = custo programado; PC = propriedades controladas; PP = propriedades programadas; TR = total do rebanho bovino; nº de propriedades controladas programado é o nº de propriedades com rebanhos existentes, e o nº de propriedades controladas realizado é o nº de propriedades com rebanhos vacinados; AV = Nº médio de animais vacinados</p>				
<p>Comentários As ações do SISA sofreram adequações ao estabelecido em virtude de atraso na descentralização dos recursos e da greve dos Fiscais Federais Agropecuários, mas foram realizadas conforme o Plano Operativo/2012. O cadastro de propriedades e proprietários da SEAPEC/RJ (Secretaria Estadual de Abastecimento e Pecuária) passou a funcionar com nova versão, que possibilitou atualizações e acertos e demonstrou significativas mudanças. Houve ainda a mudança do status sanitário do Estado, que foi reconhecido para a realização de vacinação anual dos bovídeos acima de 24 meses de idade e de duas vacinações anuais para os bovídeos abaixo de 24 meses. As etapas foram mantidas para os mesmos meses, sendo que a de maio para todos os bovídeos e novembro somente para os bovídeos até 24 meses. O índice vacinal no Estado do Rio de Janeiro tem permanecido em torno de 90%. Os recursos em referência são os programados para o Plano Operativo/2012 e o Convênio realizado entre o MAPA e a SEAPEC/RJ.</p>				

PROGRAMA 2028 – DEFESA AGROPECUÁRIA				
Ação – Prevenção, Controle e Erradicação de Doenças nos Animais – PCEANIMAL				
Atributo	Indicador			
	2.6. Economicidade	Eficiência	Eficácia	Efetividade
Descrição:	Custo do Controle e Erradicação das doenças nos animais em relação ao ano anterior	Custo do Controle e Erradicação das doenças nos Animais em uma propriedade em relação à estimativa inicial	Nº de propriedades Atendidas como percentual da meta física programada	
Unidade de med.:	R\$	R\$/propriedade	Porcentagem	Porcentagem
Fonte:	SFA, SIAFI, SIOR	SFA	SFA/SIPLAN	SFA, SEAPPA
Fórmula de cálculo:	<p><i>Varição absoluta do custo realizado de 2011 para 2012:</i> (CR2012 - CR2011) 714.734,69-62.717,26= 652.017,43</p> <p><i>Varição % do custo realizado de 2011 para 2012:</i> [(CR2012 : CR2011) -1] .100 Indicador em 2012 (-)88,60%</p> <p>Indicador em 2011 (-) 80%</p> <p>Indicador em 2010 (-) 15%</p>	<p><i>Custo unitário realizado (CUR) e programado (CUP) em 2012:</i> CUR = (CR2012: PC2012) (714.734,69:18283) =39,09</p> <p>CUP = (CP2012 : PP2012) (798.415,60 :15.000)= 4,30</p> <p>=<i>Varição % entre custo unitário realizado e programado em 2012</i> [(39,09 : 4,30) -1] .100 = Indicador em 2012 80,09</p> <p>Indicador em 2011 97,1%</p> <p>Indicador em 2010 (-) 30%</p>	<p>Relação percentual entre o nº de propriedades atendidas e o nº de propriedades programadas em 2012 (PC2012 : PP2012) .100 18283/15000*100= 121%</p> <p>Indicador em 2011 98,12%</p> <p>Indicador em 2010 135,37%</p>	-
CR = custo realizado; CP = custo programado; PA = propriedades atendidas; PP = propriedades programadas; O nº de propriedades atendidas programado é o de propriedades com rebanhos existentes e o nº de prop. controladas realizado é o nº de prop. com rebanhos vacinados;				
Comentários: As ações do SISA sofreram adequações ao estabelecido em virtude de atraso na descentralização dos recursos e da greve dos Fiscais Federais Agropecuários, mas foram realizadas conforme o Plano Operativo/2012. Os recursos em referência são os programados para o Plano Operativo/2012 e o Convênio realizado entre o MAPA e a SEAPEC/RJ.				

PROGRAMA 2028 – DEFESA AGROPECUÁRIA				
Ação – Inspeção Industrial e Sanitária dos Produtos, Subprodutos e derivados de Origem Animal – INSPANIMAL 3				
Atributo	Indicador			
	Economicidade	Eficiência	Eficácia	Efetividade
Descrição:	Custo das fiscalizações dos estabelecimentos registrados, em relação ao ano anterior.	Relação entre o número de inspeções realizadas (frigoríficos inspecionados) e os recursos utilizados	Relação entre o número de fiscalizações realizadas e o número de fiscalizações programadas.	Índice de produtos de origem animal, impróprio ao consumo humano.
Unidade de med.:	R\$	R\$/Fiscalização	Porcentagem	Porcentagem
Fonte:	SFA, SIAFI, SIOR	SFA	SFA	SFA
Fórmula de cálculo:	<p><i>Varição absoluta do custo realizado de 2011 para 2012:</i></p> $Va = CR_{2012} - CR_{2011}$ <p>$Va = 123.099,06 - 161.814,10 = (-) 38.715,04$</p> <p><i>Va = Variação % do custo realizado de 2011 para 2012:</i></p> $[(CR_{2012} : CR_{2011}) - 1] \cdot 100 =$ <p>Indicador em 2012 (-) 99,24%</p> <p>Indicador em 2011 (-) 62%</p> <p>Indicador em 2010 75%</p>	<p><i>Custo unitário realizado (CUR) e programado (CUP) em 2012:</i></p> $CUR = (CR_{2012} : NDR_{2012})$ <p>$123.099,06 / 21.376$</p> <p>$CUR = 5,76$</p> $CUP = (CP_{2012} : NFP_{2012})$ <p>$128.246,89 : 20.960$</p> <p>$CUP = 6,12$</p> <p><i>Varição % entre custo unitário realizado e programado em 2012:</i></p> $[(CUR_{2012} : CUP_{2012}) - 1] \cdot 100 =$ <p>Indicador em 2012 (-) 99,06%</p> <p>Indicador em 2011 7,84%</p> <p>Indicador em 2010 (-) 3%</p>	<p>Varição absoluta entre a quantidade realizada e a meta programada em 2012:</p> $Va = NFR - NFP =$ <p>$21.376 - 20.960$</p> <p>$= 416$</p> <p>Varição Relativa entre a quantidade realizada e a meta programada</p> $(NFR_{2012} : NFP_{2012}) \cdot 100 =$ <p>Indicador em 2012 101,98%</p> <p>Indicador em 2011 109,09%</p> <p>Indicador em 2010 98,95%</p>	-
CR = custo realizado; CP = custo programado; NF = Número de Fiscalizações Realizadas; NFP = Número de Fiscalizações programadas;				

Comentários As ações do SISA sofreram adequações ao estabelecido em virtude de atraso na descentralização dos recursos e da greve dos Fiscais Federais Agropecuários, mas foram realizadas conforme o Plano Operativo/2012.

PROGRAMA 2028 – DEFESA AGROPECUÁRIA				
Ação - Fiscalização de produtos veterinários – FISPROVET				
Atributo	Indicador			
	2.7. Economicidade	Eficiência	Eficácia	Efetividade
Descrição:	Custo da fiscalização de estabelecimentos fabricantes e comerciais de produtos de uso veterinário em relação ao ano anterior.	Custo de uma fiscalização em relação à estimativa inicial	Nº de fiscalizações realizadas, como percentual da meta física programada	Percentual de estabelecimentos com fiscalizações realizadas
Unidade de medida:	R\$	R\$/fiscalização	Porcentagem	Porcentagem
Fonte:	SFA, SIAFI, SIOR	SFA	SFA	SFA
Fórmula de cálculo:	<p>Varição absoluta do custo realizado de 2011 para 2012:</p> $Va = CR_{2012} - CR_{2011}$ $Va = 8.883,86 - 39.280,60 = (-) 30.397,24$ <p>Varição % do custo realizado de 2011 para 2012:</p> $V\% = [(CR_{2012} : CR_{2011}) - 1] \cdot 100$ $V\% = [(8883,86 : 39.280,60) - 1] \cdot 100$ $= (-) 77,38 \%$ <p>Indicador em 2011: (-)69%</p> <p>Indicador em 2010: 132%</p>	<p>Custo unitário realizado (CUR) e programado (CUP) em 2012:</p> $CUR = CR_{2012} : FR_{2012}$ $CUR = (8883,86 : 159)$ $= 55,87$ $CUP = CP : FP$ $CUP = (36778,29 : 252)$ $= 145,94$ <p>Varição % entre custo unitário realizado e programado em 2012:</p> $[(CUR_{2012} : CUP_{2012}) - 1] \cdot 100$ $[(8883,86 : 36778,29) - 1] \cdot 100 =$ $= (-) 75,84$ <p>Indicador em 2011 = 10,31%</p> <p>Indicador em 2010 = (-) 44%</p>	<p>Varição Absoluta (VA) entre a quantidade realizada e a meta física programada em 2012</p> $VA = FR - FP$ $VA = 159 - 252 = (-) 93$ <p>Varição Relativa (VR) entre a quantidade realizada e a meta física programada para 2012</p> $[(159 : 252) \cdot 100] =$ $= 63,09\%$ <p>Indicador em 2011 = 76,62%</p> <p>Indicador em 2010 = 172,15%</p>	<p>Relação percentual entre o nº de estabelecimentos fiscalizados e o total de estabelecimentos registrados e em situação regular junto a SFA/RJ</p> $(159 : 728) \cdot 100 = 21,84 \%$ <p>Indicador em 2011 = 29,20%</p> <p>Indicador em 2010 = 86,08%</p>
CR = custo realizado; CP = custo programado; NF = número de fiscalizações realizadas; NFP = número de fiscalizações programadas;				

Comentários: Houve uma menor descentralização de recursos do que o previsto no POA do ano de 2012 pois não houve descentralização de recursos para compra de material permanente. A utilização de recursos destinados para pagamento de diária e combustível não foram utilizados em sua totalidade. Tal fato deveu-se pelo aumento significativo de processos administrativos aguardando análise, quando foi priorizada análise destes em alguns meses e em outros foram realizadas as fiscalizações em estabelecimentos relacionados no art. 4º do Decreto 5053 de 22/04/2004. Houve um menor nº de fiscalizações à estabelecimentos que comercializam produtos de uso veterinário localizados fora da área metropolitana. Estas situações se encontram refletidas nos indicadores acima identificados.

PROGRAMA 2028 – DEFESA AGROPECUÁRIA				
Ação: Fiscalização de Agrotóxicos e afins – FISAGROTOX				
Atributo	Indicador			
	Economicidade	Eficiência	Eficácia	Efetividade
Descrição:	Custo de fiscalização de produtos de agrotóxicos em relação ao ano anterior	Custo de uma fiscalização em relação à estimativa inicial	Nº de fiscalizações realizadas, como percentual da meta física programada	Percentual de produtos agrotóxicos com fiscalizações realizadas
Unidade de medida:	R\$	R\$/fiscalização	Porcentagem	Porcentagem
Fonte:	SFA, SIAFI, SIOR	SFA	SFA	SFA
Fórmula de cálculo:	Variação absoluta do custo realizado de 2011 para 2012: $Va = CR_{2012} - CR_{2011} = 9921,42 - 24.589,03 = (-)14667,61$ Variação % do custo realizado de 2011 para 2012 $[(CR_{2011} : CR_{2010}) - 1] \cdot 100 = (-) 59\%$ Indicador em 2011 (-)74% Indicador em 2010 106%	$Custo\ unitário\ realizado\ (CUR)\ e\ programado\ (CUP)\ em\ 2012:$ $CUR = (CR_{2012} : FR_{2012}) = 9921,423/88 = 112,74$ $CUP = (CP_{2012} : FP_{2012}) = 30308,70/80 = 378,85$ $Variação\ \% \ entre\ custo\ unitário\ realizado\ e\ programado\ em\ 2012:$ $[(CUR_{2012} : CUP_{2012}) - 1] \cdot 100 = (-70,2\%)$ Indicador em 2011 (-) 0,84% Indicador em 2010 (-) 52%	Relação percentual entre as fiscalizações realizadas e as programadas em 2012: $(FR_{2012} : FP_{2012}) \cdot 100 = (88/80) \cdot 100 = 110\%$ Indicador em 2011 125,71 Indicador em 2010 100%	1) Relação percentual entre as fiscalizações realizadas em 2012 e a totalidade de produtos a serem fiscalizados $(88 : 100) \cdot 100 = 88\%$ Indicador em 2011 70% Indicador em 2010 75,47%
CR = custo realizado; CP = custo programado; FR = fiscalização realizada; FP = fiscalização programada; TOT = total de produtos registrados, passíveis de produção no RJ em 2005.				
Comentários: A economicidade aumentou no período. A eficácia alcançou bons níveis devido a mudança na definição do quantitativo fiscal de produto para lote fiscalizado. A efetividade melhorou devido a mudança no padrão de fiscalização para lote. .				

PROGRAMA 2028 – DEFESA AGROPECUÁRIA				
Ação – Vigilância e Fiscalização do Trânsito Internacional de Vegetais e seus Produtos – FISCPLANTA2				
Atributo	Indicador			
	Economicidade	Eficiência	Eficácia	Efetividade
Descrição:	Custo da fiscalização de produtos de em relação ao ano anterior	Custo de uma fiscalização em relação à estimativa inicial	Nº de fiscalizações realizadas, como percentual da meta física programada.	Nº de fiscalizações realizadas em comparação ao ano anterior
Unidade de medida:	R\$	R\$/fiscalização	Porcentagem	Porcentagem
Fonte:	SFA, SIAFI, SIOR	SFA/SIPLAN	SFA/SIPLAN	SFA/SIPLAN
Fórmula de cálculo:	<p><i>Variação absoluta do custo realizado de 2011 para 2012:</i></p> $Va = CR_{2012} - CR_{2011}$ $Va = 167.274 - 181.821,68 = 14.547,35$ <p><i>Variação % do custo realizado de 2011 para 2012:</i></p> $V\% = [(CR_{2012} : CR_{2011}) - 1] \cdot 100 = -8\%$ <p>Indicador em 2011 (-) 22% Indicador em 2010 23%</p>	<p><i>Custo unitário realizado (CUR) e programado (CUP) em 2012:</i></p> $CUR = CR_{2012} : FR_{2012}$ $CUR = (167.274,33 / 215.455) = 0,77$ $CUP = CP : FP$ $CUP = (169.178,86 / 105.334) = 1,60$ <p><i>Variação % entre custo unitário realizado e programado em 2012:</i></p> $[(CUR_{2012} : CUP_{2012}) - 1] \cdot 100 = 0,77 : 1,60 - 1 \times 100 = -51,87\%$ <p>Indicador em 2011 (-) 45% Indicador em 2010 (-) 50%</p>	<p><i>Variação Absoluta (VA) entre a quantidade realizada e a meta física programada em 2012</i></p> $VA = FR - FP$ $VA = 215.455 - 105.334 = 110.121$ <p><i>Variação Relativa (VR) entre a quantidade realizada e a meta física programada para 2012, em %</i></p> $[(215.455 / 105.334) \cdot 100] = 204,54\%$ <p>Indicador em 2011 165% Indicador em 2010 173,30%</p>	<p><i>Relação percentual entre o nº de fiscalizações realizadas em 2012 e 2011</i></p> $(215.455 / 144.312) \cdot 100 = 149,29\%$ <p>Indicador em 2011 99,79% Indicador em 2010 146,56%</p>
CR=custo realizado; CP=custo programado; NF=Número de Fiscalizações Realizadas; NFP=Número de Fiscalizações Programadas;				
<p>Comentários: Comparado ao previsto inicialmente, verifica-se o aumento na eficácia das fiscalizações, principalmente por estarem incluídas as inspeções dos voos internacionais, inspeções de bagagens e encomendas, embalagens e suportes de madeira, que têm crescido nos últimos anos. Partidas inspecionadas em geral no ano de 2010 foram 73.521 fiscalizações, no ano de 2011 foram 76.669 fiscalizações e no ano de 2012 foram 114.514 fiscalizações.</p>				

PROGRAMA 2028 – DEFESA AGROPECUÁRIA				
Ação – Vigilância e Fiscalização do Trânsito Internacional de Animais e seus Produtos – FISCANIMAL2				
Atributo	Indicador			
	Economicidade	Eficiência	Eficácia	Efetividade
Descrição:	Custo da fiscalização de produtos em relação ao ano anterior	Custo de uma fiscalização em relação à estimativa inicial	Nº de fiscalizações realizadas, como percentual da meta física programada.	Nº de fiscalizações realizadas em comparação ao ano anterior
Unidade de medida:	R\$	R\$/fiscalização	Porcentagem	Porcentagem
Fonte:	SFA, SIAFI, SIOR	SFA/SIPLAN	SFA/SIPLAN	SFA
Fórmula de cálculo:	<p><i>Varição absoluta do custo realizado de 2011 para 2012:</i></p> $Va = CR_{2012} - CR_{2011}$ $Va = 133.353,34 - 81.226,87 = 52.126,47$ <p>Varição % do custo realizado de 2011 para 2012:</p> $V\% = [(CR_{2012} : CR_{2011}) - 1] \cdot 100 = 133.353,34 / 81.226,87 - 1 \times 100 = 64,17\%$ <p>Indicador em 2011 (-) 28%</p> <p>Indicador em 2010 (-) 41,00%</p>	<p><i>Custo unitário realizado (CUR) e programado (CUP) em 2012:</i></p> $CUR = CR_{2012} : FR_{2012}$ $CUR = (133.353,34 / 122.455) = 1,08$ $CUP = CP : FP$ $CUP = (138.587,14 / 7281) = 19,03$ <p><i>Varição % entre custo unitário realizado e programado em 2012:</i></p> $[(CUR_{2012} : CUP_{2012}) - 1] \cdot 100 = 1,08 / 19,03 - 1 \times 100 = -94,32\%$ <p>Indicador em 2011 80%</p> <p>Indicador em 2010 19%</p>	<p>Varição Absoluta (VA) entre a quantidade realizada e a meta física programada em 2012</p> $VA = FR - FP$ $VA = 122.455 - 7.281 = 115.174$ <p>Varição Relativa (VR) entre a quantidade realizada e a meta física programada para 2012, em %</p> $[(122.455 / 7.281) \cdot 100] = 1681,84\%$ <p>Indicador em 2011 54%</p> <p>Indicador em 2010 (-) 99,25 %</p>	<p>Relação percentual entre o nº de fiscalizações realizadas em 2012 e 2011</p> $(122.455 / 6.445) \cdot 100 = 1900\%$ <p>Indicador em 2011 69%</p> <p>Indicador em 2010 85,05%</p>
CR = custo realizado; CP = custo programado; NF = número de fiscalizações realizadas; NFP = número de fiscalizações programadas;				
Comentários: As metas programadas para a área animal foram alcançadas. O aumento da eficácia e efetividade foi em decorrência da realização de inspeções nos voos, nas bagagens e encomendas, cujos dados foram incluídos a partir deste ano, nesta modalidade de estatística. A economicidade ficou comprometida (o custo realizado aumentou) em razão da descentralização de recursos para material gráfico para atender as necessidades das unidades do Vigiagro, incluindo o pagamento de serviços de manutenção para máquinas/equipamentos e veículos oficiais das referidas unidades.				

3. – ESTRUTURAS DE GOVERNANÇA E DE AUTOCONTROLE DA GESTÃO

3.1. Informações sobre a estrutura orgânica de controle no âmbito da unidade jurisdicionada ou do órgão a que se vincula, tais como unidade de auditoria ou de controle interno, conselhos fiscais, comitês de avaliações, etc. descrevendo de maneira sucinta a base normativa, as atribuições e a forma de atuação de cada instância de controle

Não há uma estrutura de governança. Desde agosto de 2012, a nova equipe de Administração vem buscando implementar um ambiente de gestão participativa, através de reuniões com os chefes de equipe, visando a identificação de problemas e discutindo soluções. A iniciativa trouxe uma maior proximidade entre os setores, auxiliando no fluxo da informação e permitindo uma atuação mais efetiva na correção dos problemas apresentados. As reuniões são mensais, sendo seu teor devidamente registrado em ata, que ao final de cada mês complementa as informações geradas para o relatório encaminhado ao Gestor, com o panorama das ações realizadas.

Temos buscado a reanálise de todos os procedimentos, com o objetivo de minimizar falhas e o retrabalho, através do levantamento das dificuldades individuais dos setores.

3.2. Informações sobre o funcionamento do sistema de controle interno da UJ, contemplando os seguintes elementos:

- a) Ambiente de controle
- b) Avaliação de risco
- c) Atividades de controle
- d) Informação e comunicação
- e) Monitoramento

QUADRO A.3.1 – AVALIAÇÃO DO SISTEMA DE CONTROLES INTERNOS DA UJ

ELEMENTOS DO SISTEMA DE CONTROLES INTERNOS A SEREM AVALIADOS	VALORES				
	1	2	3	4	5
Ambiente de Controle					
1. A alta administração percebe os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.					X
2. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.				X	
3. A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.					X
4. Existe código formalizado de ética ou de conduta.					X
5. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.				X	
6. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.					X
7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.					X
8. Existe adequada segregação de funções nos processos e atividades da competência da UJ.				X	
9. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ.				X	
Avaliação de Risco					
10. Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.				X	

11. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.				X	
12. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.				X	
13. É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.				X	
14. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.				X	
15. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.				X	
16. Não há ocorrência de fraudes e perdas que sejam decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.		X			
17. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.					X
18. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.					X
Procedimentos de Controle	1	2	3	4	5
19. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.					X
20. As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.				X	
21. As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.					X
22. As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionadas com os objetivos de controle.					X
Informação e Comunicação	1	2	3	4	5
23. A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.					X
24. As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.					X
25. A informação disponível para as unidades internas e pessoas da UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.					X
26. A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.					X
27. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.					X
Monitoramento	1	2	3	4	5
28. O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.				X	
29. O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.				X	
30. O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.					X
Análise Crítica:					
No exercício de 2012 a SFA/RJ passou por grandes mudanças na alta direção. Os servidores ainda vivem o impacto das novas diretrizes estabelecidas pela nova equipe, que vem buscando reformular procedimentos, implementando uma gestão moderna e voltada para a qualidade, reconhecimento e incentivo aos servidores.					

Escala de valores da Avaliação:

- (1) **Totalmente inválida:** Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente **não observado** no contexto da UJ.
- (2) **Parcialmente inválida:** Significa que o conteúdo da afirmativa é **parcialmente observado** no contexto da UJ, porém, **em sua minoria**.
- (3) **Neutra:** Significa que **não há como avaliar** se o conteúdo da afirmativa é ou não observado no contexto da UJ.
- (4) **Parcialmente válida:** Significa que o conteúdo da afirmativa é **parcialmente observado** no contexto da UJ, porém, **em sua maioria**.
- (5) **Totalmente válido.** Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente **observado** no contexto da UJ.

3.3. Informações sobre a remuneração paga aos administradores, membros da diretoria estatutária, do conselho de administração e do conselho fiscal

Não se aplica

3.4. Informações sobre a estrutura e as atividades do sistema de correição da unidade ou do órgão de vinculação da unidade, identificando, inclusive, a base normativa que rege a atividade no âmbito da unidade ou do órgão

Atualmente, o controle realizado através do sistema de gestão participativa e das reuniões periódicas, teve como primeiro resultado observado a melhora no fluxo das informações, com o estímulo à utilização de mecanismos digitais, visando a celeridade na identificação e solução de problemas. Um outro ponto observado foi o reconhecimento, por parte das chefias, do papel que elas representam no controle dos processos subordinados a elas, e da responsabilidade no alcance dos objetivos da SFA/RJ.

3.5. Informações quanto ao cumprimento, pela instância de correição da unidade das disposições dos arts. 4º e 5º da Portaria nº 1.043, de 24 de julho de 2007, da Controladoria-Geral da União – CGU, no que tange aos fatos originados em unidade jurisdicionada cuja gestão esteja contemplada no relatório de gestão

A SFA/RJ, encontra-se em consonância com os preceitos contidos nos arts. 4º e 5º, da Portaria nº 1.043, de 24/07/2007, conforme tabela abaixo:

NÚMERO DO PROCESSO	TIPO	REGISTRO NO SISTEMA
21044.002331/2012-90	Sindicância Patrimonial	07/08/2012
21044.003068/2012-56	Sindicância Patrimonial	07/08/2012

4. PROGRAMAÇÃO E EXECUÇÃO DA DESPESA ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

4.1. Relação dos programas do Plano Plurianual vigente que estiveram integral ou parcialmente na responsabilidade da unidade jurisdicionada ou de unidade consolidada no relatório de gestão especificando:

4.1.1. Informações sobre programas temáticos de responsabilidade da UJ.

a) Identificação do programa

QUADRO A.4.1 – PROGRAMA DE GOVERNO CONSTANTE DO PPA – TEMÁTICO

Identificação do Programa de Governo	
Código Programa	2028
Título	Defesa Agropecuária
Órgão Responsável	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

Identificação do Programa de Governo	
Código Programa	2014
Título	Agropecuária Sustentável, Abastecimento e Comercialização
Órgão Responsável	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

b) Informações sobre a programação e a execução orçamentária e financeira relativa ao programa.

A programação e execução orçamentária e financeira dos programas do Ministério da Agricultura é desenvolvida na coordenação de cada programa em Brasília. A SFA-RJ executa somente as ações dos programas acima.

c) Avaliação dos resultados dos indicadores associados ao programa.

O resultado alcançado dos programas é realizado pelo órgão central em Brasília.

d) Reflexos de contingenciamentos sobre os resultados dos programas.

Não se aplica.

4.1.2. Informações sobre objetivos vinculados a Programas Temáticos de Responsabilidade.

QUADRO A.4.2 – OBJETIVOS DE PROGRAMA TEMÁTICO DE RESPONSABILIDADE DA UJ

Identificação do Objetivo	
Código	0570
Descrição	Assegurar a qualidade dos alimentos e bebidas por meio do aprimoramento dos mecanismos de controle de produtos e processos visando a oferta de alimentos seguros
Programa	Defesa Agropecuária
Órgão Responsável	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

QUADRO A.4.2 – OBJETIVOS DE PROGRAMA TEMÁTICO DE RESPONSABILIDADE DA UJ

Identificação do Objetivo	
Código	0364
Descrição	Promover a sanidade na agropecuária, mantendo a situação das zonas livres de pragas e doenças e

	fortalecendo as ações de prevenção e controle
Programa	Defesa Agropecuária
Órgão Responsável	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

QUADRO A.4.2 – OBJETIVOS DE PROGRAMA TEMÁTICO DE RESPONSABILIDADE DA UJ

Identificação do Objetivo	
Código	0368
Descrição	Promover a sanidade dos insumos agropecuários visando à melhoria da produtividade e competitividade da produção agropecuária com sustentabilidade ambiental
Programa	Defesa Agropecuária
Órgão Responsável	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

QUADRO A.4.2 – OBJETIVOS DE PROGRAMA TEMÁTICO DE RESPONSABILIDADE DA UJ

Identificação do Objetivo	
Código	0366
Descrição	Reestruturar, implementar e coordenar o Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária – SUASA e aperfeiçoar e modernizar os processos operacionais da defesa agropecuária para ampliar o alcance e a abrangência dos seus serviços em todo o território nacional.
Programa	Defesa Agropecuária
Órgão Responsável	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

QUADRO A.4.2 – OBJETIVOS DE PROGRAMA TEMÁTICO DE RESPONSABILIDADE DA UJ

Identificação do Objetivo	
Código	0744
Descrição	Incentivar o desenvolvimento da agricultura orgânica e de outros sistemas sustentáveis, de forma a agregar valores ambientais, sociais e econômicos aos sistemas produtivos, melhorando a sua eficiência, a qualidade e competitividade dos produtos e a equidade na distribuição dos benefícios e renda.
Programa	Defesa Agropecuária
Órgão Responsável	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

QUADRO A.4.2 – OBJETIVOS DE PROGRAMA TEMÁTICO DE RESPONSABILIDADE DA UJ

Identificação do Objetivo	
Código	0976
Descrição	Modernizar a gestão institucional do ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, visando alcançar agilidade e qualidade na formulação e execução de políticas públicas e no provimento de serviços no setor agropecuário, em benefício da sociedade brasileira.
Programa	Agropecuária Sustentável, Abastecimento e Comercialização
Órgão Responsável	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

QUADRO A.4.2 – OBJETIVOS DE PROGRAMA TEMÁTICO DE RESPONSABILIDADE DA UJ

Identificação do Objetivo	
Código	0747
Descrição	Fortalecer o associativismo e o cooperativismo rural e promover a implantação e modernização da infraestrutura de apoio à produção agropecuária, incluindo medidas estruturantes de aperfeiçoamento dos serviços concernentes ao desenvolvimento agropecuário, visando à redução de custos e perdas
Programa	Agropecuária Sustentável, Abastecimento e Comercialização
Órgão Responsável	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

QUADRO A.4.2 – OBJETIVOS DE PROGRAMA TEMÁTICO DE RESPONSABILIDADE DA UJ

Identificação do Objetivo	
Código	0367

Descrição	Ampliar e qualificar a oferta de serviços laboratoriais para atender a demanda na área da defesa agropecuária.
Programa	Agropecuária Sustentável, Abastecimento e Comercialização
Órgão Responsável	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

4.1.3. Informações sobre iniciativas vinculadas a Programas Temáticos de Responsabilidade da UJ

QUADRO A.4.3 – INICIATIVAS DE PROGRAMA TEMÁTICO DE RESPONSABILIDADE DA UJ

Identificação da Iniciativa	
Código	02XB
Descrição	Promoção do desenvolvimento da agricultura orgânica pelo aumento do acesso as tecnologias apropriadas e pela ampliação dos mercados de produtos orgânicos por meio de campanhas de conscientização
Objetivo	0744 - Incentivar o desenvolvimento da agricultura orgânica e de outros sistemas sustentáveis, de forma a agregar valores ambientais, sociais e econômicos aos sistemas produtivos, melhorando a sua eficiência, a qualidade e competitividade dos produtos e a equidade na distribuição dos benefícios e renda.
Órgão ou Unidade Responsável	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

QUADRO A.4.3 – INICIATIVAS DE PROGRAMA TEMÁTICO DE RESPONSABILIDADE DA UJ

Identificação da Iniciativa	
Código	02X3
Descrição	Fiscalização e aplicação de outros mecanismos de controle para a garantia da qualidade orgânica, entregando a sociedade produtos orgânicos com qualidade oficialmente controlada
Objetivo	0744 - Incentivar o desenvolvimento da agricultura orgânica e de outros sistemas sustentáveis, de forma a agregar valores ambientais, sociais e econômicos aos sistemas produtivos, melhorando a sua eficiência, a qualidade e competitividade dos produtos e a equidade na distribuição dos benefícios e renda.
Órgão ou Unidade Responsável	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

QUADRO A.4.3 – INICIATIVAS DE PROGRAMA TEMÁTICO DE RESPONSABILIDADE DA UJ

Identificação da Iniciativa	
Código	02X9
Descrição	Promoção da Sustentabilidade das cadeira produtivas agropecuárias
Objetivo	0744 - Incentivar o desenvolvimento da agricultura orgânica e de outros sistemas sustentáveis, de forma a agregar valores ambientais, sociais e econômicos aos sistemas produtivos, melhorando a sua eficiência, a qualidade e competitividade dos produtos e a equidade na distribuição dos benefícios e renda.
Órgão ou Unidade Responsável	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

QUADRO A.4.3 – INICIATIVAS DE PROGRAMA TEMÁTICO DE RESPONSABILIDADE DA UJ

Identificação da Iniciativa	
Código	012H
Descrição	Prevenção, controle e erradicação das pragas dos vegetais
Objetivo	0364 – Promover a sanidade na agropecuária, mantendo a situação das zonas livres de pragas e doenças e fortalecendo as ações de prevenção e controle.
Órgão ou Unidade Responsável	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

QUADRO A.4.3 – INICIATIVAS DE PROGRAMA TEMÁTICO DE RESPONSABILIDADE DA UJ

Identificação da Iniciativa	
Código	012I
Descrição	Prevenção, controle e erradicação de doenças dos animais
Objetivo	0364 – Promover a sanidade na agropecuária, mantendo a situação das zonas livres de pragas e doenças e fortalecendo as ações de prevenção e controle.
Órgão ou Unidade Responsável	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

QUADRO A.4.3 – INICIATIVAS DE PROGRAMA TEMÁTICO DE RESPONSABILIDADE DA UJ

Identificação da Iniciativa	
Código	012J
Descrição	Vigilância e fiscalização do trânsito internacional de animais, vegetais seus produtos e insumos agropecuários
Objetivo	0364 – Promover a sanidade na agropecuária, mantendo a situação das zonas livres de pragas e doenças e fortalecendo as ações de prevenção e controle.
Órgão ou Unidade Responsável	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

QUADRO A.4.3 – INICIATIVAS DE PROGRAMA TEMÁTICO DE RESPONSABILIDADE DA UJ

Identificação da Iniciativa	
Código	0132
Descrição	Promoção da Educação Sanitária em Defesa Agropecuária
Objetivo	0366 – Reestruturar, implementar e coordenar o Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária – SUASA e aperfeiçoar e modernizar os processos operacionais da defesa agropecuária para ampliar o alcance e a abrangência dos seus serviços em todo o território nacional.
Órgão ou Unidade Responsável	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

QUADRO A.4.3 – INICIATIVAS DE PROGRAMA TEMÁTICO DE RESPONSABILIDADE DA UJ

Identificação da Iniciativa	
Código	0136
Descrição	Ampliar a capacidade analítica da Rede Nacional de Laboratórios Agropecuários
Objetivo	0366 – Reestruturar, implementar e coordenar o Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária – SUASA e aperfeiçoar e modernizar os processos operacionais da defesa agropecuária para ampliar o alcance e a abrangência dos seus serviços em todo o território nacional.
Órgão ou Unidade Responsável	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

QUADRO A.4.3 – INICIATIVAS DE PROGRAMA TEMÁTICO DE RESPONSABILIDADE DA UJ

Identificação da Iniciativa	
Código	013E
Descrição	Aperfeiçoamento e modernização dos processos de fiscalização de insumos agrícolas
Objetivo	0368 – Promover a qualidade dos insumos agropecuários visando à melhoria da produtividade e competitividade da produção agropecuária com sustentabilidade ambiental
Órgão ou Unidade Responsável	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

QUADRO A.4.3 – INICIATIVAS DE PROGRAMA TEMÁTICO DE RESPONSABILIDADE DA UJ

Identificação da Iniciativa	
Código	013F
Descrição	Aperfeiçoamento e modernização dos processos de fiscalização de insumos pecuários
Objetivo	0368 – Promover a qualidade dos insumos agropecuários visando à melhoria da produtividade e competitividade da produção agropecuária com sustentabilidade ambiental

Órgão ou Unidade Responsável	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
------------------------------	---

QUADRO A.4.3 – INICIATIVAS DE PROGRAMA TEMÁTICO DE RESPONSABILIDADE DA UJ

Identificação da Iniciativa	
Código	013H
Descrição	Desenvolvimento e modernização dos instrumentos de fiscalização de atividades com OGM
Objetivo	0368 – Promover a qualidade dos insumos agropecuários visando à melhoria da produtividade e competitividade da produção agropecuária com sustentabilidade ambiental
Órgão ou Unidade Responsável	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

QUADRO A.4.3 – INICIATIVAS DE PROGRAMA TEMÁTICO DE RESPONSABILIDADE DA UJ

Identificação da Iniciativa	
Código	027A
Descrição	Padronização, Classificação, Fiscalização e Inspeção de produtos de origem vegetal
Objetivo	0570 – Assegurar a qualidade dos alimentos e bebidas por meio do aprimoramento dos mecanismos de controle de produtos e processos visando a oferta de alimentos seguros.
Órgão ou Unidade Responsável	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

QUADRO A.4.3 – INICIATIVAS DE PROGRAMA TEMÁTICO DE RESPONSABILIDADE DA UJ

Identificação da Iniciativa	
Código	0278
Descrição	Inspeção, Fiscalização dos produtos de origem animal
Objetivo	0570 – Assegurar a qualidade dos alimentos e bebidas por meio do aprimoramento dos mecanismos de controle de produtos e processos visando a oferta de alimentos seguros.
Órgão ou Unidade Responsável	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

QUADRO A.4.3 – INICIATIVAS DE PROGRAMA TEMÁTICO DE RESPONSABILIDADE DA UJ

Identificação da Iniciativa	
Código	0279
Descrição	Inspeção, Fiscalização dos produtos de origem vegetal
Objetivo	0570 – Assegurar a qualidade dos alimentos e bebidas por meio do aprimoramento dos mecanismos de controle de produtos e processos visando a oferta de alimentos seguros.
Órgão ou Unidade Responsável	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

QUADRO A.4.3 – INICIATIVAS DE PROGRAMA TEMÁTICO DE RESPONSABILIDADE DA UJ

Identificação da Iniciativa	
Código	045X
Descrição	Desenvolvimento e fortalecimento da gestão institucional do MAPA, aperfeiçoando os mecanismos de comunicação social integrada, interna e externa, consolidando a Gestão Estratégica, implementando o Modelo de Gestão Institucional, a gestão de pessoas por competência, a avaliação de desempenho e Programa de Valorização e Excelência dos Recursos Humanos
Objetivo	0976 - Modernizar a gestão institucional do ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, visando alcançar agilidade e qualidade na formulação e execução de políticas públicas e no provimento de serviços no setor agropecuário, em benefício da sociedade brasileira.
Órgão ou Unidade Responsável	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

QUADRO A.4.3 – INICIATIVAS DE PROGRAMA TEMÁTICO DE RESPONSABILIDADE DA UJ

Identificação da Iniciativa	
Código	02XH
Descrição	Apoio a projetos de desenvolvimento do setor agropecuário
Objetivo	0747 - Fortalecer o associativismo e o cooperativismo rural e promover a implantação e modernização da infraestrutura de apoio à produção agropecuária, incluindo medidas estruturantes de aperfeiçoamento dos serviços concernentes ao desenvolvimento agropecuário, visando à redução de custos e perdas
Órgão ou Unidade Responsável	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

4.1.4. Informações sobre Ações de Programas Temáticos de Responsabilidade da UJ.

QUADRO A.4.4 – AÇÕES VINCULADAS A PROGRAMA TEMÁTICO DE RESPONSABILIDADE DA UJ

Identificação da Ação						
Código	4720					
Descrição	Aplicação de Mecanismos da Garantia da Qualidade Orgânica – CETORGAN1					
Iniciativa	02X3 – Fiscalização e aplicação de outros mecanismos de controle para a garantia da qualidade orgânica, entregando a sociedade produtos orgânicos com qualidade oficialmente controlada					
Unidade Responsável	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento					
Unidade Orçamentária	22101 – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
19.371,68	19.371,68	18.013,79	18.013,79			
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
01						19.771,68

Análise crítica:

Com o objetivo de garantir ao consumidor a identidade e a qualidade dos produtos orgânicos, essa ação prevê o credenciamento, supervisão e auditoria de entidades certificadoras da produção orgânica; cadastramento e fiscalização de produtores e produtos orgânicos; supervisão e orientação dos órgãos responsáveis pelo cadastramento e fiscalização dos produtores orgânicos não certificados; fiscalização do comércio de produtos clandestinos ou falsificados; capacitação de recursos humanos para a fiscalização e auditorias e implantação e manutenção de sistema de informações sobre entidades certificadoras, produtores e produtos orgânicos.

No Estado do Rio de Janeiro, as principais atividades realizadas através de recursos descentralizados pelo PI CERTORGAN1 estão abaixo descritas e podem ser resumidas nas seguintes ações e resultados:

- Ações de capacitação de produtores e/ou técnicos em Legislação e Mecanismos de Controle da Qualidade Orgânica: participação em sete eventos (oficina, reunião técnica, palestras, etc), totalizando cento e noventa e seis pessoas participantes.

- Realização de uma fiscalização e participação em quatro auditorias para manutenção de credenciamento de Organismos de Avaliação da Conformidade Orgânica.

- Participação em três convocações do grupo de trabalho para análise de eficiência de produtos fitossanitários com uso aprovado para Agricultura Orgânica.

- Participação em dois treinamentos de auditoria (formação de auditores líderes e treinamento em auditoria de verificação da conformidade orgânica), com capacitação de dois FFA's da DPDAG/SFA-RJ.

Devido à sobrecarga de atividades e atendimento de convocações realizadas pelo órgão central (COAGRE/SDC/MAPA), os recursos programados não foram utilizados integralmente.

As demais atividades realizadas pelo PI CETORGAN1 encontra-se no quadro 2, ANEXO I deste relatório.

QUADRO A.4.4 – AÇÕES VINCULADAS A PROGRAMA TEMÁTICO DE RESPONSABILIDADE DA UJ

Identificação da Ação						
Código	8591					
Descrição	Apoio ao Desenvolvimento Sustentável das Cadeias Produtivas Agrícolas – APOIOAGRIC1					
Iniciativa	02X9 – Promoção da sustentabilidade das cadeias produtivas agropecuárias					
Unidade Responsável	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento					
Unidade Orçamentária	22101 – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
6.771,00	6.771,00	5.992,45	5.992,45	-	-	-
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
-	-	-	-	-	6.771,00	3.73,84

Análise crítica:

O Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável- CEDRUS\RJ, órgão colegiado criado, no âmbito da Secretaria de Estado de Agricultura, Abastecimento, Pesca e Desenvolvimento do Interior, tem por finalidade e competência, entre outras:

Integrar-se com o Sistema Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável no Ministério do Desenvolvimento Agrário e com programas estaduais correlatos, especialmente com aqueles referentes à política agrária, desenvolvendo parcerias entre a administração pública federal, estadual e municipal, bem como com organizações não governamentais, com agricultores familiares e suas organizações;

Deliberar sobre projetos e programas dos Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural Sustentável que demandem recursos fundiários inseridos no âmbito do Plano Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável – PNDRS, a serem submetidos ao Conselho Nacional, bem como sobre ações e providências específicas reivindicadas pelos Conselhos Municipais e relacionadas ao Plano Nacional;

Encaminhar às instituições financeiras os projetos de financiamento considerados prioritários para o atendimento dos agricultores familiares, enquadrados no PRONAF Grupo A, registrando-os e promovendo o seu controle e monitoramento;

Entre as Câmaras Técnicas previstas no Regimento Interno do CEDRUS\RJ, a DPDAG\SFA-RJ participou das reuniões da Câmara Técnica de Crédito e Agricultura Familiar – CTCAF\CEDRUS\RJ, que estão relacionadas no Quadro 6, Anexo I deste relatório.

PARTICIPAÇÃO DA DPDAG\SFA-RJ, NA COMISSÃO DE SEMENTES E MUDAS NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO – CSM\RJ

De acordo com o Capítulo XI, da Lei nº 10.711 de 05\08\2003, que determina a criação nas Unidades da Federação, Comissões de Sementes e Mudanças, órgãos colegiados, de caráter consultivo e de assessoramento ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, às quais compete

propor normas e procedimentos complementares, relativos à produção, comércio e utilização de sementes e mudas.

Desta forma, a DPDAG/SFA-RJ participou na Comissão de sementes e mudas no Estado do Rio de Janeiro, que estão relacionadas no Quadro 7, Anexo I deste relatório.

As atividades, nas quais foram descentralizados e utilizados recursos financeiros, foram para participação de servidores em eventos de capacitação e atualização em fitoterapia e plantas medicinais. O primeiro foi a participação o no III Congresso Iberoamericano de Fitoterapia – CIAF, I Congresso Brasileiro de Fitoterapia e I Jornada de Fitoterapia do Paraná, realizado em Foz do Iguaçu, no período de 2 a 5 de maio de 2012. O segundo evento na qual houve representação desta DPDAG foi o 22º Simpósio de Plantas Medicinais do Brasil, evento bienal, que aconteceu em Bento Gonçalves – RS, no período de 18 a 21 de setembro de 2012.

As demais atividades realizadas pelo PI APOIOAGRIC encontram-se nos Quadros 3,4,5,6, e 7, do Anexo I deste relatório.

QUADRO A.4.4 – AÇÕES VINCULADAS A PROGRAMA TEMÁTICO DE RESPONSABILIDADE DA UJ

Identificação da Ação						
Código	8598					
Descrição	Apoio ao Desenvolvimento das Cadeias Produtivas Pecuárias – APOIOPEC1					
Iniciativa	02X9 – Promoção da Sustentabilidade das cadeias produtivas agropecuárias					
Unidade Responsável	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento					
Unidade Orçamentária	22101 – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
2.623,23	2.623,23	2.622,54	2.622,54	-	-	-
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
					2.220,00	2.622,54

QUADRO A.4.4 – AÇÕES VINCULADAS A PROGRAMA TEMÁTICO DE RESPONSABILIDADE DA UJ

Identificação da Ação						
Código	2B17					
Descrição	Fiscalização de Contratos de Repasse - FISCONTRATO					
Iniciativa	02XH – Apoio a projetos de desenvolvimento do setor agropecuário					
Unidade Responsável	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento					
Unidade Orçamentária	22101 – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
708,00	708,00	618,07	618,07	-	-	-
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
-	-	-	-	-	708,00	618,07

Análise crítica:

A Atividade de fiscalização de Contratos de Repasse é executada a partir da determinação da Coordenação Geral de Parcerias Institucionais – CGPI/DIEL/SDC através do Plano de Fiscalização e Acompanhamento dos Contratos de Repasse por método de amostragem. Cabe a SFA a fiscalização da ação da proposta no plano de trabalho e do objetivo dela decorrente, inclusive

quanto ao atendimento dos beneficiários previstos, conforme a aprovação da proposta pela DPDAG/SFA-RJ.

No ano de 2012, foram relacionados sete contratos de repasse celebrados em anos anteriores conforme o quadro a seguir.

Para cada ação de fiscalização realizada foi redigido um relatório com as observações e não conformidades encontradas e com sugestão para as adequações necessárias e autuado em processo. Foram encaminhados ofícios para as Prefeituras e as respectivas Gerências de Filial Desenvolvimento Urbano e Rural/CAIXA solicitando a adequação das não conformidades encontradas e posterior comprovação do mesmo junto ao MAPA. Encerrado a tramitação administrativa da DPDAG, o processo segue encaminhado à CGPI/DIEL/SDC/MAPA para ciência.

Além da fiscalização dos contratos de repasse nos municípios, a DPDAG/RJ realizou fiscalização do contrato de Prestação de Serviços CAIXA/MAPA relativo à execução de Contratos de Repasse em conjunto com o Técnico em Planejamento da DIEL/SDC.

Foram realizadas fiscalizações nas GIDUR/CAIXA de Volta Redonda e de Campos dos Goytacazes. No total foram fiscalizados 11 contratos de repasse, sendo dois de Rio das Flores, um de Paty de Alferes, cinco de Bom Jardim, um de Cantagalo, um de São Francisco de Itabapoana, um de São José de Ubá.

O resultado da fiscalização do contrato de Prestação de Serviço foi comunicado ao DIEL/SDC através da Nota Técnica DIEL/SDC n.º 58/2012 e do Memo/DPDAG/SFA-RJ n.º 060/2012.

As atividades realizadas constam no quadro 8, anexo I deste relatório.

QUADRO A.4.4 – AÇÕES VINCULADAS A PROGRAMA TEMÁTICO DE RESPONSABILIDADE DA UJ

Identificação da Ação						
Código	8611					
Descrição	Apoio ao pequeno e médio produtor -APRODUTOR					
Iniciativa	02XH – Apoio a projetos de desenvolvimento do setor agropecuário					
Unidade Responsável	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento					
Unidade Orçamentária	22101 – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
-	-	-	-	-	--	
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
-	-	-	-	-	-	-

Análise crítica:

Esta ação é referente a análise dos contratos de repasse do Programa 2200.2012.0025 para Orçamento Geral da União - OGU Rio de Janeiro para a funcional programática 20.605.600.3611.0300

Os Projetos de Apoio ao Desenvolvimento do Setor Agropecuário são geridos pelo Governo e consistem num conjunto de ações que visa apoiar os estados, o Distrito Federal, municípios e entidades públicas e privadas em atividades de fomento ao setor agropecuário.

Os projetos são operados com recursos do OGU, reservados aos municípios por meio de emendas parlamentares, que são repassados aos estados, aos municípios e ao Distrito Federal de acordo com as etapas do empreendimento executadas e comprovadas.

No ano de 2012, foram analisados quarenta e um planos de trabalho na ordem de valor global de R\$ 17.506.314,17 (dezesete milhões, quinhentos e seis mil, trezentos e catorze reais e dezessete centavos).

Segundo informação das Gerências de Filial Desenvolvimento Urbano e Rural - GIDUR Volta Redonda, Campos dos Goytacazes e Niterói, dos 25 planos de trabalho aprovados por esta Divisão, somente catorze contratos de repasses foram passíveis de contratação.

Além da análise dos contratos de repasse de 2012, as Prefeituras solicitaram ajustes de Plano de Trabalho a fim de alteração das metas dos contratos dos anos anteriores. Essas alterações são de ordem de alteração das especificações técnicas das máquinas ou para utilização do saldo de recurso para compra de outros equipamentos.

Foram realizadas ao todo onze ajustes de PT para os municípios de Iguaba Grande, Italva, Macuco, Nova Friburgo, Porciúncula, Rio Bonito, São José do Ubá, Vassouras e Queimados.

As atividades realizadas constam no quadro 9, anexo I deste relatório.

QUADRO A.4.4 – AÇÕES VINCULADAS A PROGRAMA TEMÁTICO DE RESPONSABILIDADE DA UJ

Identificação da Ação						
Código	2134					
Descrição	Vigilância e Fiscalização do Trânsito Interestadual de Vegetais, seus Produtos e Insumos – VIGIFITO1					
Iniciativa	012H - Prevenção, controle e erradicação das pragas dos vegetais					
Unidade Responsável	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento					
Unidade Orçamentária	22101 – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
199.891,43	199.891,43	192.062,14	192.062,14			
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
01	Fiscalização Realizada	Unidade	8.000	6.622	199.891,43	

Análise crítica:

A ações de fiscalização do trânsito interestadual de vegetais, através da realização barreiras móveis, não foram realizadas nos meses de janeiro e fevereiro de 2012, pois estavam sendo aguardadas as Unidades Móveis adquiridas pelo Convênio MAPA 743749/2010, para realização das mesmas. O término da vigência deste Convênio nº 743749/2010 somente ocorreu em abril de 2012, sendo assinado novo Convênio, de nº 771222/2012, cujos recursos foram descentralizados para a Conveniente em 28/11/2012.

No âmbito da SFA-RJ, pelo PI VIGIFITO1 foram realizadas as ações devidas, como: o acompanhamento *in loco* do Convênio 743749/2010; trinta supervisões técnica operacional em Núcleos de Defesa Agropecuária do Órgão Estadual Executor das Ações de Defesa Vegetal / CDSV/SEAPEC, visando à supervisão da fiscalização do trânsito interestadual de vegetais e da certificação fitossanitária de origem; credenciamento de uma nova Empresa para realização de tratamentos fitossanitários com fins quarentenários; Renovação de três credenciamentos de Empresas credenciadas para realização de tratamentos fitossanitários com fins quarentenários e realização de 10 Inspeções/Fiscalizações em Empresas credenciadas para realização de tratamentos fitossanitários com fins quarentenários.

QUADRO A.4.4 – AÇÕES VINCULADAS A PROGRAMA TEMÁTICO DE RESPONSABILIDADE DA UJ

Identificação da Ação	
Código	4738
Descrição	Erradicação da Mosca da Carambola - ERRADIMOSCA
Iniciativa	012H - Prevenção, controle e erradicação das pragas dos vegetais
Unidade Responsável	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
Unidade Orçamentária	22101 – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
01	Área Controlada	Ha	4.369.605	4.369.605	0,00	0,00

QUADRO A.4.4 – AÇÕES VINCULADAS A PROGRAMA TEMÁTICO DE RESPONSABILIDADE DA UJ

Identificação da Ação						
Código	8572					
Descrição	Prevenção, controle e erradicação de pragas nos vegetais - PCEVEGETAL					
Iniciativa	012H - Prevenção, controle e erradicação das pragas dos vegetais					
Unidade Responsável	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento					
Unidade Orçamentária	22101 – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
798.415,60	798.415,60	798.298,26	798.298,26	-	-	-
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
01	Área Controlada	ha	101.622	101.622	798.415,60	797.300,50

Análise crítica:

Na área de Horticultura, foram realizados 72% do total das ações planejadas para 2012, relacionadas a levantamentos fitossanitários, fiscalizações e cadastros de propriedades, principalmente na cultura de tomate;

- Em Fruticultura, houve a realização de 66,67% da meta planejada para levantamentos fitossanitários, fiscalizações e cadastros de propriedades, principalmente na cultura de goiaba;

- Na Citricultura, conseguiu-se realizar 99% dos levantamentos fitossanitários e dos cadastros de propriedades planejados, com coleta e envio de 51 das 55 amostras inicialmente planejadas, representando alcance de 92,7% da meta. Quanto a cadastro de propriedades, foram realizados 76,7% da meta inicial.

- Visando a manutenção do status de Área Livre da Sigatoka Negra obtido pelo Estado através da IN N° 34, de 29/06/2006, na cultura de banana, foi previstos levantamentos fitossanitários, fiscalizações e cadastros de propriedades, coleta e envio de amostras e monitoramentos de Unidades de Observação de mudas de bananeira susceptíveis à doença. Alcançaram-se os índices de 102,0%; 80,4%; 102,4%; 85%; e 104,4% das metas iniciais, respectivamente;

- Para a cultura de café, foram planejados levantamentos fitossanitários, fiscalizações e cadastros de propriedades, coleta/ envio de amostras e cadastros e inspeções de viveiros produtores de mudas de café, nos termos da IN N° 44, de 28/10/2004. Destes, foram realizados 91,7% dos levantamentos e fiscalizações de propriedades; 97,3% dos cadastros de propriedades; e 90% e 75% dos cadastros e das inspeções dos viveiros de mudas, respectivamente. Não foi coletado material para análise.

→ Pode-se concluir que as ações planejadas foram executadas de forma satisfatória.

É possível observar que nas áreas de horticultura e fruticultura, focadas principalmente nas culturas de tomate e de goiaba, respectivamente, os índices de execução das ações foram menores. Isso pode ser justificado pelo visível empenho na concentração de esforços para atendimento das ações relacionadas à cultura de banana, café e citros, parte para atendimento das exigências das legislações relacionadas à manutenção do Estado como Área Livre da Sigatoka Negra e da

obrigatoriedade nacional da inspeção de viveiros de muda de café e parte pela importância que a cultura de citros tem para a agricultura no Estado.

QUADRO A.4.4 – AÇÕES VINCULADAS A PROGRAMA TEMÁTICO DE RESPONSABILIDADE DA UJ

Identificação da Ação						
Código	4842					
Descrição	Erradicação da Febre Aftosa - FEBREAFTOS					
Iniciativa	012I – Prevenção, controle e erradicação de doenças dos animais					
Unidade Responsável	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento					
Unidade Orçamentária	22101 – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
732.199,59	732.199,59	730.703,19	730.703,19	-	-	-
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
01	Área Livre	Km ²	43.696	43.696	732.399,59	732.399,59

Análise crítica:

Não conformidades são verificadas nas ações de supervisões realizadas pelos FFAs da SFA/RJ, nos períodos de pré e pós-campanha de vacinação contra febre aftosa. Estas relatadas em relatórios específicos são discutidas com a coordenação do SVE. Mesmo com as inconformidades encontradas, o Estado do Rio de Janeiro vem mantendo a classificação de baixo risco para febre aftosa, permanecendo na condição de Livre de Febre Aftosa com Vacinação. Isto se deve ao fato de o SVE estar de forma crescente, atendendo as ações preconizadas de atenção veterinária, a implantação em maio do novo sistema de gestão (SIAPEC) e os índices alcançados de vacinação contra febre aftosa superiores a 90%. Outro ponto que há de se observar foi o reconhecimento por parte da Coordenação do PNEFA das ações desenvolvidas no Estado, proporcionando a autorização para mudança na estratégia de vacinação contra febre aftosa, passando a adotar a vacinação total do rebanho bovino em MAIO e parcialmente em NOVEMBRO, com a vacinação somente dos bovinos com idade até 24 meses.

QUADRO A.4.4 – AÇÕES VINCULADAS A PROGRAMA TEMÁTICO DE RESPONSABILIDADE DA UJ

Identificação da Ação						
Código	8658					
Descrição	Prevenção, controle e erradicação de doenças dos animais - PCEANIMAL					
Iniciativa	012I – Prevenção, controle e erradicação de doenças dos animais					
Unidade Responsável	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento					
Unidade Orçamentária	22101 – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
718.532,90	718.532,90	714.734,69	714.734,69			
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
01	Propriedade Atendida	Unidade	15.000	18.283	718.532,90	718.532,90

Análise crítica:

Programa Nacional de Sanidade Avícola - PNSA

A avicultura do nosso estado que já foi muito importante, hoje enfrenta dificuldades por custo de produção não competitivo com outros estados, na oferta de alimentação, matrizes, pintos de 1 dia, entre outros. Os matadouros de frangos na sua maioria são pequenos e ineficientes e somente um de grande porte funciona com inspeção estadual. Mesmo não sendo um estado de grande produção, a atividade é importante nas regiões serranas e deste modo necessitam de acompanhamento sanitário. A SEAPEC/RJ, o órgão executor das ações de defesa sanitária animal, tem sido supervisionada pelo SISA/RJ e orientada ao cumprimento das normas regulamentares vigentes e em reuniões enfatizamos que a regularidade no cadastro de criatórios tem que ser sempre buscada, o monitoramento das notificações de enfermidades e o seu atendimento, a manutenção das equipes de emergências, o fornecimento das informações epidemiológicas e a atualização dos profissionais através dos treinamentos programados no plano de trabalho do Convênio SEAPEC/MAPA. Não tivemos ocorrência de surtos de enfermidades e a manutenção do status anterior.

Programa Nacional de Controle e Erradicação da Brucelose e Tuberculose - PNCEBT

Como o Estado do Rio de Janeiro apresenta uma alta prevalência de Brucelose em nosso rebanho bovino, as ações prioritárias referentes ao PNCEBT em nosso Estado têm sido as relacionadas à vacinação de bezerras de 3 a 8 meses de idade, por serem ações de controle que visam baixar esta prevalência. Do ano de 2011 para o ano de 2012 houve um grande acréscimo no número de bezerras vacinadas: de 56,9 mil cabeças mil para 100,355 mil cabeças, o que demonstra um bom andamento do Programa em nosso Estado com relação à vacinação contra brucelose. Este aumento ocorreu devido às atividades desenvolvidas no Estado do Rio de Janeiro de educação sanitária, de fiscalização da vacinação, além da regularização da distribuição da vacina B19 nas lojas agropecuárias no ano de 2012 (durante uma parte do ano de 2011 houve falta da referida vacina no mercado nacional).

Concomitantemente a esta ação prioritária, a SFA-RJ possui um total de 209 médicos veterinários habilitados para realização de exames de brucelose e tuberculose, com obrigação legal de eliminação dos animais positivos, seja por sacrifício em estabelecimento com inspeção ou destruição na propriedade rural. O número de bovinos examinados em 2012 para brucelose foi de 9.771, enquanto para tuberculose foi de 11.839. Com relação ao número de propriedades examinadas para estas enfermidades em 2012, foram 412 para brucelose e 419 para tuberculose. Houve uma diminuição do número de bovinos examinados, assim como de propriedades examinadas, se compararmos com os anos de 2010 e 2011, provavelmente devido ao fechamento de postos de distribuição de antígenos e alérgenos (insumos utilizados para os exames) no interior do Estado do Rio de Janeiro durante estes anos.

Programa Nacional de Controle da Raiva dos Herbívoros - PNCRH

Considerando o grande número de casos de raiva em herbívoros no Estado do Rio de Janeiro, as ações do PNCRH são preferencialmente voltadas para a vacinação anti-rábica, cadastramento de abrigos e controle de morcegos hematófagos, além do atendimento de casos suspeitos de raiva com envio de amostras para diagnóstico laboratorial. No ano de 2012 foram realizados 111 atendimentos à propriedades com suspeita de raiva, sendo que em todos os atendimentos houve envio de amostra para laboratório para realização de diagnóstico. Destes 111, 59 foram confirmados como positivos para raiva (53,15%), sendo quase na totalidade das espécies confirmadas como positivas, bovinos e eqüinos, num total de 46 bovinos e 11 eqüinos positivos no Estado do Rio de Janeiro em 2012. Com relação à vacinação anti-rábica, foram vacinados, no ano de 2012, 56.641 herbívoros.

Programa Nacional de Sanidade dos Equídeos – PNSE

Houve melhora no atendimento dos casos positivos para anemia Infecciosa Equina – AIE, com a intensificação aos atendimentos dos focos e sacrifício de animais positivos, objetivando um maior controle da doença. A atualização do cadastro de equídeos e de propriedades, tem sido uma orientação e acompanhamento do SISA, nas reuniões e supervisões realizadas. Mantidas as reuniões da Comissão Estadual de Controle da Anemia Infecciosa Equina – CECAIE/RJ e com as coordenações estaduais, na busca da padronização dos procedimentos adotados, e também quanto ao número de supervisões realizadas nas propriedades controladas para AIE. Destacamos o diagnóstico de caso de Mormo em Haras no município de Teresópolis, no mês de junho, que desencadeou várias ações de interdição, sacrifício de animal, medidas de isolamentos de outros animais e controle de trânsito. Equipes foram treinadas na coleta de materiais para exames laboratoriais, aplicação de alérgeno para diagnóstico da doença, palestras de atualização profissional e contato permanente com o órgão executor e o Departamento de Saúde Animal(DAS), em Brasília. Mantida a exigência do exame de mormo para o trânsito de equídeos e participação em eventos. A doença encontra-se controlada, sendo descrito até este momento o caso inicial, que foi considerado como foco.

Programa Nacional de Sanidade dos Suídeos - PNSS

As deficiências detectadas nas supervisões realizadas foram intensificadas com vistas à realização de sorologia para Peste Suína Clássica. Com a implantação do novo sistema informatizado para o cadastro de propriedades e produtores houve avanço e melhor monitoramento de ocorrências. Todos os trabalhos visaram a realização da sorologia, que dependia de recursos do Convênio que só puderam ser usados no final do ano. Os preparativos foram realizados ainda em 2012 e a sorologia será realizada ainda no primeiro semestre de 2013.

Programa Nacional de Sanidade Apícola- PNSAp

As ações principais realizadas foram as supervisões do SISA no Órgão Executor, incluindo os Regionais e os Núcleos de Defesa Agropecuária, na exigência permanente do cadastro de produtores e o monitoramento de ocorrências sanitárias. Não houve notificação de doenças de comprometimento de risco sanitário para os criatórios do estado.

Programa Nacional de Sanidade de Caprinos e Ovinos - PNESCO

O Programa Nacional de Sanidade dos Caprinos e Ovinos (PNESCO) tem como estratégias de ação o cadastro sanitário de estabelecimentos, o controle do trânsito de animais e a certificação voluntária de estabelecimentos. Em 2012 manteve-se a orientação à SEAPEC (o órgão executor), através de sua coordenação, aos escritórios locais exigência na atualização do cadastro de estabelecimentos de suas jurisdições para utilizá-lo com confiança na base de dados do programa de informática para implementação da GTA eletrônica. Foram definidas diretrizes para atualização cadastral, de modo a torná-la mais eficaz, sem que se percam informações essenciais requeridas no modelo sugerido no Anexo III da Instrução Normativa nº 20, de 15 de agosto de 2005, que aprova os procedimentos para operacionalização do cadastro sanitário de estabelecimentos de criação de caprinos e ovinos.

QUADRO A.4.4 – AÇÕES VINCULADAS A PROGRAMA TEMÁTICO DE RESPONSABILIDADE DA UJ

Identificação da Ação	
Código	2180
Descrição	Vigilância e fiscalização do trânsito internacional de vegetais, seus produtos e insumos – FISCPLANTA2
Iniciativa	012J – Vigilância e fiscalização do trânsito internacional de animais, vegetais seus produtos e insumos agropecuários
Unidade Responsável	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

Unidade Orçamentária	22101 – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
169.178,86	169.178,86	167.274,33	167.274,33	-	-	16.000,00
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
01	Fiscalização Realizada	Unidade	105.334	215.455	183.679,65	153.946,60

Análise crítica:

Desenvolvimento das atividades fiscais.

As ações de fiscalização agropecuária (área vegetal e animal) superaram o previsto, considerando todo o sistema Vigiagro/RJ. A movimentação de cargas de origem vegetal teve um aumento de 150% em relação a 2011, ocorrendo uma queda nas unidades de Resende, Nova Iguaçu e Porto do Forno. Entretanto, esta menor movimentação não prejudica o resultado final das importações/exportações pelos portos/aeroportos, pois as cargas que chegavam por trânsito aduaneiro nas referidas unidades, estão sendo desembaraçadas nos pontos de ingresso.(portos, aeroportos do Estado do Rio de Janeiro).

QUADRO A.4.4 – AÇÕES VINCULADAS A PROGRAMA TEMÁTICO DE RESPONSABILIDADE DA UJ

Identificação da Ação						
Código	2181					
Descrição	Vigilância e fiscalização do trânsito internacional de animais, seus produtos e insumos – FISCANIMAL2					
Iniciativa	012J – Vigilância e fiscalização do trânsito internacional de animais, vegetais seus produtos e insumos agropecuários					
Unidade Responsável	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento					
Unidade Orçamentária	22101 – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
138.587,14	138.587,14	133.353,34	133.353,34	-	-	2.502,00
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
01	Fiscalização Realizada	Unidade	7.281	122.455	139.887,14	81.189,10

Análise crítica:

A programação prevista para a fiscalização na área animal foi superada. Houve aumento no número de fiscalizações em todas as unidades.

No ano de 2012 a Uvagro-Resende deu início à fiscalização de cargas de origem animal.

QUADRO A.4.4 – AÇÕES VINCULADAS A PROGRAMA TEMÁTICO DE RESPONSABILIDADE DA UJ

Identificação da Ação	
Código	0654
Descrição	Promoção da educação sanitária em defesa agropecuária - PROMOEDUC
Iniciativa	0132 – Promoção da Educação Sanitária e Defesa Agropecuária

Unidade Responsável	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento					
Unidade Orçamentária	22101 – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
01	Fiscalização Realizada	Unidade	80	88	0,00	0,00

QUADRO A.4.4 – AÇÕES VINCULADAS A PROGRAMA TEMÁTICO DE RESPONSABILIDADE DA UJ

Identificação da Ação						
Código	2132					
Descrição	Funcionamento do sistema laboratorial de apoio animal LABANIMAL					
Iniciativa	0136 – Ampliar a capacidade analítica da Rede Nacional de Laboratórios Agropecuários					
Unidade Responsável	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento					
Unidade Orçamentária	22101 – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
515.661,03	515.661,03	515.298,51	515.298,51	-	-	-
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
-	-	-	-	-	515.929,58	488.341,24

QUADRO A.4.4 – AÇÕES VINCULADAS A PROGRAMA TEMÁTICO DE RESPONSABILIDADE DA UJ

Identificação da Ação						
Código	2136					
Descrição	Funcionamento do sistema laboratorial de apoio vegetal - LABVEGETAL					
Iniciativa	0136 – Ampliar a capacidade analítica da Rede Nacional de Laboratórios Agropecuários					
Unidade Responsável	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento					
Unidade Orçamentária	22101 – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
171.787,96	171.787,96	171.787,78	171.787,78	-	-	-
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
-	-	-	-	-	171.994,87	169.409,50

QUADRO A.4.4 – AÇÕES VINCULADAS A PROGRAMA TEMÁTICO DE RESPONSABILIDADE DA UJ

Identificação da Ação						
Código	2141					
Descrição	Fiscalização de fertilizantes, corretivos e inoculantes - FISFECOI					
Iniciativa	013E Aperfeiçoamento e modernização dos processos de fiscalização de insumos agrícolas					
Unidade Responsável	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento					
Unidade Orçamentária	22101 – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	

14.975,88	14.975,88	14.120,60	14.120,60			10.229,65
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
01	Fiscalização Realizada	Unidade	195	38	14.975,88	12.960,59

QUADRO A.4.4 – AÇÕES VINCULADAS A PROGRAMA TEMÁTICO DE RESPONSABILIDADE DA UJ

Identificação da Ação						
Código	2179					
Descrição	Fiscalização de sementes e mudas – FISCALSEM1					
Iniciativa	013E Aperfeiçoamento e modernização dos processos de fiscalização de insumos agrícolas					
Unidade Responsável	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento					
Unidade Orçamentária	22101 – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
6.096,00	6.096,00	5.499,46	5.499,46	-	-	-
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
01	Fiscalização Realizada	Unidade	36	34	6.096,00	5.239,51

Análise crítica:

No ano de 2012, havia apenas um FFA disponível para a área de Sementes e Mudas, o qual permaneceu até 30/11/2012, sendo então removido para a SFA-PE. As fiscalizações foram geograficamente mais concentradas, com atuação maior na Região Metropolitana. Houve irregularidade no envio de recurso, prejudicando as metas programadas. Apesar disso, as metas físicas realizadas chegaram a 94,44%, com 85,95% de execução dos valores disponibilizados (Fonte: SIPLAN 2012). O índice de conformidade dos produtos – Efetividade - foi o mais alto alcançado, embora tenha sido pequena a quantidade amostrada. Nos últimos cinco anos tem havido muita discrepância entre os índices, dificultando uma análise crítica consistente do histórico das ações de fiscalização de Sementes e Mudas no Estado do Rio de Janeiro.

QUADRO A.4.4 – AÇÕES VINCULADAS A PROGRAMA TEMÁTICO DE RESPONSABILIDADE DA UJ

Identificação da Ação						
Código	2909					
Descrição	Fiscalização de Agrotóxicos e Afins - FISAGROTOX					
Iniciativa	013E Aperfeiçoamento e modernização dos processos de fiscalização de insumos agrícolas					
Unidade Responsável	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento					
Unidade Orçamentária	22101 – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
10.735,00	10.735,00	10.694,94	10.694,94	-	-	-
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
01	Fiscalização Realizada	Unidade	80	88	11.035,00	9.921,42

Análise crítica:

As ações realizadas superaram o quantitativo previsto corrigido, em função da otimização dos recursos financeiros, possibilitando assim a ampliação das metas, com redução na utilização dos recursos.

QUADRO A.4.4 – AÇÕES VINCULADAS A PROGRAMA TEMÁTICO DE RESPONSABILIDADE DA UJ

Identificação da Ação						
Código	2019					
Descrição	Fiscalização de Material Genético Animal FISCGENE					
Iniciativa	013F – Aperfeiçoamento e modernização de processos de fiscalização de insumos pecuários					
Unidade Responsável	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento					
Unidade Orçamentária	22101 – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
4.283,00	4.283,00	3.935,18	3.935,18	-	-	-
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
01	Fiscalização Realizada	Unidade	14	17	4.461,00	3.489,73

Análise Crítica:

As ações realizadas superaram o quantitativo previsto corrigido, em função de participação de um dos Fiscais em auditoria fora do estado e surgimento de processo para licenciamento inicial de estabelecimento. Sendo assim estavam programadas 14 e foram realizadas 17 fiscalizações no ano de 2012.

QUADRO A.4.4 – AÇÕES VINCULADAS A PROGRAMA TEMÁTICO DE RESPONSABILIDADE DA UJ

Identificação da Ação						
Código	2124					
Descrição	Fiscalização de Insumos Destinados à Alimentação Animal - FISCINAN					
Iniciativa	013F - Aperfeiçoamento e modernização de processos de fiscalização de insumos pecuários					
Unidade Responsável	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento					
Unidade Orçamentária	22101 – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
10.681,98	10.681,98	9.999,74	9.999,74	-	-	-
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
01	Fiscalização Realizada	Unidade	100	126	10.681,98	8.880,48

Análise crítica:

Foi dada prioridade a programação do POA, ao “checklist” de boas práticas de fabricação, ao controle de amostras fiscais e ao atendimento a denúncias vindas da ouvidoria, em detrimento das fiscalizações do interior do estado no comércio, consequência das restrições na dotação financeira ocorrida no ano de 2012.

QUADRO A.4.4 – AÇÕES VINCULADAS A PROGRAMA TEMÁTICO DE RESPONSABILIDADE DA UJ

Identificação da Ação						
Código	2140					
Descrição	Fiscalização de Produtos de Uso Veterinário – FISPROVET1					
Iniciativa	013F - Aperfeiçoamento e modernização de processos de fiscalização de insumos pecuários					
Unidade Responsável	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento					
Unidade Orçamentária	22101 – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
12.838,82	12.838,82	9.305,27	9.305,27			
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
01	Fiscalização Realizada	Unidade	123	159	13.059,28	

Análise crítica:

No ano de 2012 foram previstas um número de fiscalizações maior, porém devido ao grande aumento na demanda processual no Setor houve a necessidade de permanecer na sede da SFA/RJ para executar as análises dos mesmos. Sendo assim a previsão de fiscalizações à estabelecimentos que executam atividades previstas no art. 4º do Decreto nº 5053 de 22/04/2004 relacionadas aos produtos de uso veterinário foi corrigida e diminuída. Em Janeiro de 2012 foi informado às instâncias superiores que naquela época havia 111 processos aguardando análise, além de 72 processos aguardando fiscalização para haver o seu licenciamento inicial nas atividades previstas. Além destes, o serviço ainda possuía diversos processos que necessitavam ser finalizados, que se encontravam em exigência ou sob andamento processual, como por exemplo processos administrativos de Auto de Infração, totalizando aproximadamente 238 processos. Este acúmulo de processos no Setor ocorreu principalmente pela falta de tinta para impressora e outros meios administrativos necessários para emissão de pareceres. Considerando a necessidade de também atender à demanda fiscalizatória em estabelecimentos houve o incremento destas atividades, chegando a superar as metas estipuladas em até 37,17%. Devido à situação acima demonstrada também houve menos fiscalizações fora da área metropolitana. Sendo assim a execução orçamentária foi menor da estimada no POA para o ano de 2012. Os itens elencados no relatório de atividades que se encontram abaixo da meta, são itens que dependem totalmente da demanda das empresas e usuários da sociedade do MAPA. No ano de 2012 não houve descentralização de recursos para aquisição de bens permanentes, apesar de ter sido solicitado no POA do ano de 2012. O Serviço de Fiscalização de Produtos de Uso Veterinário atendeu a demanda apresentada pela sociedade, porém o nº de FFA's que estão lotados neste Serviço ainda se encontram em menor quantidade que a que realmente seria a ideal para execução de todas atividades inerentes ao Serviço.

QUADRO A.4.4 – AÇÕES VINCULADAS A PROGRAMA TEMÁTICO DE RESPONSABILIDADE DA UJ

Identificação da Ação						
Código	4745					
Descrição	Fiscalização das Atividades com organismos geneticamente modificados - FISCORGEN					
Iniciativa	013H – Desenvolvimento e modernização dos instrumentos de fiscalização de atividades com OGM					
Unidade Responsável	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento					
Unidade Orçamentária	22101 – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	

1.800,10	1.800,10	1.767,37	1.767,37			
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
01	Fiscalização Realizada	Unidade	35	21	1.800,10	1.767,37

QUADRO A.4.4 – AÇÕES VINCULADAS A PROGRAMA TEMÁTICO DE RESPONSABILIDADE DA UJ

Identificação da Ação						
Código	4746					
Descrição	Padronização, classificação, fiscalização e inspeção de produtos de origem vegetal - PADCLASSIF					
Iniciativa	027A - Padronização, classificação, fiscalização e inspeção de produtos vegetais					
Unidade Responsável	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento					
Unidade Orçamentária	22101 – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
67.203,32	67.203,32	62.548,61	62.548,61	-	-	-
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
01	Fiscalização Realizada	Unidade	100	58	67.203,32	56.117,54

QUADRO A.4.4 – AÇÕES VINCULADAS A PROGRAMA TEMÁTICO DE RESPONSABILIDADE DA UJ

Identificação da Ação						
Código	8938					
Descrição	Inspeção e Fiscalização de Produtos de Origem Animal INSPANIMAL3					
Iniciativa	0278 – Inspeção e fiscalização dos produtos de origem animal –					
Unidade Responsável	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento					
Unidade Orçamentária	22101 – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
127.507,15	127.507,15	123.099,06	123.099,06			745,85
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
01	Estabelecimento Inspeccionado	Unidade	97	97		114.710,20

QUADRO A.4.4 – AÇÕES VINCULADAS A PROGRAMA TEMÁTICO DE RESPONSABILIDADE DA UJ

Identificação da Ação						
Código	8939					
Descrição	Inspeção e Fiscalização de Produtos de Origem Vegetal – IPVEGETAL2					
Iniciativa	02789– Inspeção e fiscalização dos produtos de origem vegetal					
Unidade Responsável	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento					
Unidade Orçamentária	22101 – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
16.538,60	16.538,60	15.404,45	15.404,45			35.268,90
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
01	Estabelecimento Inspeccionado	Unidade	130	116	16.538,60	13.538,63

Análise Crítica:

Para a atividade de inspeção de bebidas realizada pelo Serviço de Inspeção e Sanidade Vegetal - SISV, da Divisão de Defesa Agropecuária, da Superintendência Federal de Agricultura no Estado do Rio de Janeiro - SFA/RJ, no ano de 2012 tivemos um bom desempenho, com a meta atingida em 90% do programado. Entretanto, muitas dificuldades foram sentidas durante o ano, entre elas os cortes efetuados no orçamento que repercutiram diretamente no que poderia ter sido um melhor desempenho da fiscalização, dificultando a locomoção, por falta de recursos em suprimento para gasolina e diárias. Mais uma vez, as ações tiveram que ser centralizadas na Região Metropolitana do Estado, fiscalizando-se menos as empresas situadas no interior. Foram realizadas cento e sessenta e uma inspeções, entre estabelecimentos fabricantes/produtores, comércio e vistorias com fins de registro.

De um modo geral o custo da fiscalização de bebidas pode ser considerado baixo, cerca de R\$ 36,16 por fiscalização realizada. A conformidade dos estabelecimentos inspecionados é de 0,78% de estabelecimentos conformes.

Os estabelecimentos que incorreram em fraude ou falsificação tiveram os seus processos enviados para o Ministério Público, a fim de que as denúncias sejam apuradas fora da esfera administrativa.

Os processos contendo multas não pagas foram enviados à Procuradoria Geral da Fazenda Nacional para cobrança judicial com posterior inclusão em dívida ativa.

As ações efetuadas pelos Fiscais Federais Agropecuários lotados no Estado do Rio de Janeiro contribuíram para garantir a segurança alimentar no que tange às bebidas produzidas e consumidas não só no Estado do Rio de Janeiro, mas também em outros Estados do Brasil.

QUADRO A.4.4 – AÇÕES VINCULADAS A PROGRAMA TEMÁTICO DE RESPONSABILIDADE DA UJ

Identificação da Ação	
Código	8593
Descrição	Apoio ao Desenvolvimento da Agricultura de Baixa Emissão de Carbono - APOIOABC
Iniciativa	02MU – Processo da substituição da agricultura tradicional por outra de base sustentável, conservacionista, tecnicada, de baixa emissão de gases de efeito estufa e elevada fixação de carbono no solo e nas plantas (Plano ABC) - APOIOABC
Unidade Responsável	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
Unidade Orçamentária	22101 – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

Análise crítica:

Não houve recurso orçamentário descentralizado. As atividades realizadas nesta ação não necessitaram de recursos para diária e combustível, devido às distâncias dispensarem abastecimento fora do município da sede da SFA/RJ.

As atividades realizadas contam no quadro 10, anexo I deste relatório.

QUADRO A.4.4 – AÇÕES VINCULADAS A PROGRAMA TEMÁTICO DE RESPONSABILIDADE DA UJ

Identificação da Ação	
Código	20SQ
Descrição	Apoio ao Desenvolvimento de Florestas Plantadas e Heveiculturas – DEHEFLOR13
Iniciativa	02WL – Desenvolvimento de Florestas Plantadas e Heveicultura
Unidade Responsável	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
Unidade Orçamentária	22101 – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento -

Análise crítica:

O Plano Agrícola e Pecuário 2012\2013 destaca a disposição do Governo Federal de colocar a sustentabilidade no centro estratégico da produção agropecuária, ampliando a competitividade do setor e os avanços tecnológicos nas áreas de sistemas produtivos sustentáveis, contribuindo para a preservação do meio ambiente.

Lançado em julho de 2010, o Plano: Agricultura de Baixa Emissão de Carbono - Plano ABC, reflete o esforço do governo para atender aos compromissos voluntários assumidos na Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (COP 15), de redução significativa das emissões de gases de efeito estufa gerados pela agropecuária. O Plano pretende evitar a emissão de 165 milhões de toneladas equivalentes de CO₂ nos próximos dez anos por meio de seis práticas agrícolas sustentáveis: plantio direto na palha, integração lavoura-pecuária-floresta, recuperação de pastos degradados, plantio de florestas, fixação biológica de nitrogênio e tratamento de resíduos animais.

Não houve descentralização orçamentária para esta ação. As atividades desenvolvidas neste PI encontra-se no Quadro 11, anexo I deste relatório.

QUADRO A.4.4 – AÇÕES VINCULADAS A PROGRAMA TEMÁTICO DE RESPONSABILIDADE DA UJ

Identificação da Ação						
Código	8606					
Descrição	Desenvolvimento da Agricultura Orgânica – Pró-Orgânico - DESENGORG					
Iniciativa	02XB – Promoção do desenvolvimento da agricultura orgânica pelo aumento do acesso as tecnologias apropriadas e pela ampliação dos mercados de produtos orgânicos por meio de campanhas de conscientização					
Unidade Responsável	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento					
Unidade Orçamentária	22101 – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
12.694,65	12.694,65	10.336,60	10.336,60	-	-	-
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
01	Pessoa Beneficiada	-	-	-	12.694,65	9.038,40

Análise crítica:

A finalidade dessa Ação é aumentar a oferta de insumos e de tecnologias aos sistemas orgânicos de produção, que atendam às especificações aprovadas pelas regulamentações nacional e internacional; viabilizar na cadeia de produção orgânica a socialização de conhecimentos e a capacitação de técnicos e produtores rurais no que se refere à geração ou adaptação de tecnologias e processos de produção orgânica, além da gestão do empreendimento. Também visa articular e aproximar os diferentes agentes da rede de produção orgânica e demais setores envolvidos com o desenvolvimento sustentável do meio rural, para otimizar e viabilizar a integração de ações que fomentem a organização do setor, o desenvolvimento e a aplicação de produtos e processos fundamentados em princípios agroecológicos. Tem como produto pessoas (produtores rurais, processadores, técnicos, comerciantes, consumidores, estudantes e etc), que de alguma maneira se beneficiem com as ações desenvolvidas.

A sequência de eventos nacionais ocorridos no Rio de Janeiro neste ano de 2012 (como a Rio +20 e a Feira Nacional da Agricultura Familiar - Brasil Rural Contemporâneo) impossibilitou a execução de eventos exclusivos da campanha Semana dos Alimentos Orgânicos. Entretanto, ao longo de todo o ano promovemos o consumo responsável de alimentos em especial do alimento orgânico seja através da capacitação de produtores e técnicos, seja em ações diretas de divulgação para consumidores.

Ressaltamos, que a execução das ações descritas abaixo é fruto do apoio e parceria que consolidamos, através da CPOrg-RJ, com entidades como a Articulação de Agroecologia do RJ, ASPTA, Ambiente Brasil, Planeta Orgânico, SPG/ABIO, Secretaria de Agricultura do Estado do RJ e suas vinculadas PESAGRO e EMATER, Secretarias Municipais de Agricultura, DFDA-RJ/MDA, além da Embrapa Agrobiologia e Embrapa Solos e Universidade Federal Rural do RJ.

Devido à sobrecarga de atividades e atendimento de convocações realizadas pelo órgão central (COAGRE/SDC/MAPA), os recursos programados não foram utilizados integralmente.

As atividades desenvolvidas neste PI encontra-se no Quadro 12, anexo I deste relatório.

QUADRO A.4.4 – AÇÕES VINCULADAS A PROGRAMA TEMÁTICO DE RESPONSABILIDADE DA UJ

Identificação da Ação						
Código	8622					
Descrição	Desenvolvimento do Associativismo Rural e do Cooperativismo – PROMOCOOP2					
Iniciativa	02XT – Promoção da capacitação, intercooperação, acesso a mercados e internacionalização de associações e cooperativas					
Unidade Responsável	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento					
Unidade Orçamentária	22101 – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento -					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
-	-	-	-	-	-	-
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
-	-	-	-	-	-	-

Análise Crítica:

O ano de 2012 foi o ano Internacional do Cooperativismo. A DPDAG/SFA-RJ estimulou uma maior interação com a OCB/SESCOOP-RJ a fim de criar parceria para desenvolvimento de ações conjuntas no Estado do Rio de Janeiro.

Não houve recurso orçamentário descentralizado. As ações executadas não necessitaram de recursos para diárias e combustível, devido às distâncias dispensarem abastecimento fora do município da sede da SFA/RJ.

As atividades relacionadas à ação de Desenvolvimento do Associativismo Rural e Cooperativismo realizadas pela DPDAG/SFA-RJ encontram-se relacionadas no Quadro , Anexo I deste relatório.

4.1.5. Informações sobre Ações de Programas Temáticos de Responsabilidade da UJ

QUADRO A.4.5 – PROGRAMA DE GOVERNO CONSTANTE DO PPA – DE GESTÃO E MANUTENÇÃO

Identificação do Programa de Governo	
Código Programa	2105
Título	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
Órgão Responsável	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

4.16 Informações sobre Ações vinculadas a Programas de gestão, manutenção e serviços de Estado de Responsabilidade da UJ

QUADRO A.4.6 – AÇÕES VINCULADAS A PROGRAMA DE GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS DE RESPONSABILIDADE DA UJ

Identificação da Ação						
Código	4716					
Descrição	Operação dos Serviços Administrativos das Unidades Descentralizadas- MANUTSFAS					
Unidade Responsável	Ministério da Agricultura, pecuária e abastecimento					
Unidade Orçamentária	22101					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
2.936.574,03	2.936.574,03	2.935.334,18	2.935.334,18			38.964,35
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
01	Superintendência Mantida	Unidade	1	1	2.936.574,03	2.936.574,03

4.2. Relação das Ações da Lei Orçamentária Anual do exercício que estiveram integral ou parcialmente na responsabilidade da unidade jurisdicionada ou de unidade consolidada no relatório de gestão, especificando:

- a) Função, subfunção e programa de vinculação da ação
- b) Metas e desempenhos físicos e financeiros

O quadro abaixo atende os tópicos “a” e “b” do item 4.2

Nome da Ação	Função	Subfunção	Programa	Ação	Meta prevista	Meta realizada	Meta a ser realizada em 2013
AGE	20	121	2014	1K40	*	*	*
APIOPEC	20	602	2014	8591	*	*	*
CAPACITA1	20	128	2105	4572	*	*	*
CETORGAN1	20	125	2014	4720	**	**	**
DESENGORG	20	665	2014	8606	*	*	*
FEBREAFTOS	20	604	2028	4842	43.696	43.696	***
FISAGROTOX	20	125	2028	2909	80	88	***
FISCALSEM	20	125	2028	2179	36	34	***
FISCANIMAL	20	604	2028	2181	7.281	122.455	***
FISCGENE	20	125	2028	2019	14	17	***
FISCINAN	20	125	2028	2124	100	126	***
FISCONTRATO	20	125	2014	2B17	*	*	*
FISCORGEN	20	125	2028	4745	*	*	*
FISCPLANTA	20	603	2028	2180	105.334	215.445	***
FISFECOI	20	125	2028	2141	195	38	***
FISPROVET	20	125	2028	2140	123	159	***
INATPENSI	9	272	0089	0181	*	*	*
INDIGRAF	20	665	2042	2B47	**	**	**
INOVAGRO	20	572	2042	8560	**	**	**
INSPANIMAL	20	125	0356	8938	97	97	***
IPVEGETAL	20	125	2028	8939	130	116	***
LABANIMAL	20	604	2028	2132	*	*	*
LABVEGETAL	20	603	2028	2136	*	*	*
MANUTSDC	20	122	2105	2000	*	*	*
MANUTSFAS	20	122	2105	4716	1	1	***
PADCLASSIF	20	125	2028	4746	100	58	***
PCEANIMAL	20	604	2028	8658	15.000	18.283	***
PCEVEGETAL	20	603	2028	8572	101.622	101.622	***
VIGIFITO	20	603	2134	2134	8.000	6.622	***

c) Reflexos de contingenciamentos sobre os resultados das ações

d) Reflexos dos restos a pagar na execução das ações

Não houve reflexos dos restos a pagar na execução das ações

4.3. Demonstração e análise do desempenho da unidade na execução orçamentária e financeira, contemplando, no mínimo:

a) Identificação das unidades orçamentárias (UO) consideradas no relatório de gestão

QUADRO A.4.7 – IDENTIFICAÇÃO DAS UNIDADES ORÇAMENTÁRIAS DA UJ

Denominação das Unidades Orçamentárias	Código da UO	Código SIAFI da UGO
Superintendência Federal de Agricultura no Estado do Rio de Janeiro	22000	130063

b) Programação orçamentária das despesas correntes, de capital e da reserva de contingência

Não se Aplica

- c) Demonstração dos limites impostos por cronograma de desembolso definido pelos órgãos competentes, explicando o impactos das limitações na execução das ações de responsabilidade da unidade jurisdicionada

Não se Aplica

- d) Movimentação de créditos interna e externa

Quadro A.4.11 - Movimentação orçamentária por grupo de despesa						
Natureza da Movimentação de Crédito		UG	Classificação da ação	Despesas Correntes		
		Recebedora		1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3 – Outras Despesas Correntes
Movimentação interna	Recebidos	130063	2210109272008901 81 INATPENS1	426.193,31	0,00	0,00
		130063	221012012120141K40 AGE	0,00	0,00	6.690,92
		130063	221012012221052000 MANUTSDC	0,00	0,00	6.008,06
		130063	22101MANUTSFAS	0,00	0,00	2.936.574,03
		130063	221012012520142B17 FISCONTRATO	0,00	0,00	708,00
		130063	221012012520144720 CERTORGAN1	0,00	0,00	19.371,68
		130063	221012012520282019 FISCGENE	0,00	0,00	4.283,00
		130063	221012012520282124 FISCINAN	0,00	0,00	10.681,98
		130063	221012012520282140 FISPROVET1	0,00	0,00	12.838,82
		130063	221012012520282141 FISFECO1	0,00	0,00	14.975,88
		130063	221012012520282179 FISCALSEM1	0,00	0,00	6.096,00
		130063	221012012520282909 FISAGROTOX	0,00	0,00	10.735,00
		130063	221012012520284745 FISCORGEN	0,00	0,00	1.800,10
		130063	221012012520284746 PADCLASSIF	0,00	0,00	67.203,32
		130063	221012012520288938 INSPANIMAL3	0,00	0,00	127.507,15
		130063	2210120288939 IPVEGETAL2	0,00	0,00	16.538,60
		130063	2210112821054572 CAPACITA1	0,00	0,00	42.073,40
		130063	221012057220428560 INOVAGRO	0,00	0,00	1.876,08
		130063	22101REGENAGRO	0,00	0,00	3.176,45
		130063	221012060120148591 APOIOAGRIC1	0,00	0,00	6.771,00
130063	221012060220148591 APOIOPEC1	0,00	0,00	2.623,23		
130063	221012060320282134 VIGIFITO1	0,00	0,00	199.891,43		

		130063	221012060320282136 LAVEGETAL	0,00	0,00	171.787,96
		130063	221012060320282180 FISCPLANTA2	0,00	0,00	169.178,86
		130063	221012060320288572 PCEVEGETAL	0,00	0,00	798.415,60
		130063	221012060420282132 LABANIMAL	0,00	0,00	515.661,03
		130063	221012060420282181 FISCANIMAL2	0,00	0,00	138.587,14
		130063	221012060420284842 FEBREAFTOS	0,00	0,00	732.199,59
		130063	221012060420288658 PCEANIMAL	0,00	0,00	718.532,90
		130063	2210120605201420SR INFRALOG	0,00	0,00	2.411,30
		130063	221012066520148606 DESENG	0,00	0,00	12.694,65
		130063	2210120665520422B47 INDGRAF	0,00	0,00	27.218,10
Natureza da Movimentação de Crédito		UG	Classificação da ação	Despesas Correntes		
		Recebedora		4 – Investimentos		
Movimentação interna	Recebidos	130063	221012012221054716 MANUTSFAS	1.356,00		
		130063	221012060320288572 PCEVEGETAL	504.000,00		
		130063	221012060420284842 FEBREAFTOS	522.286,00		
		130063	22101206042028865 PCEANIMAL	194.180,00		

Fonte: SIAFI 2012

e) Execução das despesas por modalidade de licitação e por elementos de despesas

QUADRO A.4.14 – DESPESAS POR MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO – CRÉDITOS DE MOVIMENTAÇÃO Valores em R\$ 1,00

Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa paga	
	2012	2011	2012	2011
1. Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f)				
a) Convite	0,00	0,00	0,00	0,00
b) Tomada de Preços	0,00	0,00	0,00	0,00
c) Concorrência	0,00	0,00	0,00	0,00
d) Pregão	3.049.363,49	3.347.377,31	3.049.363,49	3.347.377,31
e) Concurso	0,00	0,00	0,00	0,00
f) Consulta	0,00	0,00	0,00	0,00
2. Contratações Diretas (g+h)				
g) Dispensa	958.638,37	898.280,00	958.638,37	898.280,00
h) Inexigibilidade	347.071,02	287.578,12	347.071,02	287.578,12
3. Regime de Execução Especial				
i) Suprimento de Fundos	44.499,59	66.108,71	48.742,37	66.108,71
4. Pagamento de Pessoal (j+k)				
j) Pagamento em Folha	0,00	0,00	0,00	0,00
k) Diárias	240.095,95	303.413,16	240.095,95	303.413,16
5. Outros				
6. Total (1+2+3+4+5)	4.639.668,42	4.902.757,30	4.639.668,42	4.902.757,30

Fonte: SIAFI 2011/2012

QUADRO A.4.15 – DESPESAS POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA – CRÉDITOS DE MOVIMENTAÇÃO Valores em R\$ 1,00

DESPESAS CORRENTES

Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2012	2011	2012	2011	2012	2011	2012	2011
1 – Despesas de Pessoal								
3190.08	426.193,31	306.135,96	426.193,31	306.135,96	0,00	0,00	426.193,31	306.135,96
3 – Outras Despesas Correntes								
3330.41	1.113.819,46	0,00	1.113.819,46	0,00	0,00	0,00	1.113.819,46	0,00
3390.14	240.095,95	281.713,46	240.095,95	281.713,46	0,00	0,00	240.095,95	281.713,46
3390.30	166.853,89	383.276,30	166.853,89	383.276,30	66.179,75	15.643,65	166.853,89	398.919,95
3390.33	125.655,09	147.560,70	125.655,09	147.560,70	10.567,93	745,85	125.655,09	148.306,55
3390.36	16.645,70	21.699,70	16.645,70	21.699,70	0,00	0,00	16.645,70	21.699,70
3390.37	2.273.424,42	2.190.687,44	2.273.424,42	2.190.687,44	72.603,19	0,00	2.273.424,42	2.190.687,44
3390.39	1.641.650,57	1.651.925,07	1.641.650,57	1.651.925,07	221.198,59	100.655,96	1.641.650,57	1.752.581,03
3390.92	14.784,73	12.653,31	14.784,73	12.653,31	0,00	0,00	14.784,73	12.653,31
3390.93	1.031,11	0,00	1.031,11	0,00	0,00	0,00	1.031,11	0,00
3391.35	196.000,00	202.000,00	196.000,00	202.000,00	2.000,00	0,00	196.000,00	224.000,00
3391.39	5.875,18	22.408,07	5.875,18	22.408,07	3.597,43	2.844,53	5.875,18	1.873.159,10
4430.42	1.220.446,00	0,00	1.220.446,00	0,00	0,00	0,00	1.220.446,00	0,00
4490.52	1.356,00	12.701,36	1.356,00	12.701,36	0,00	0,00	1.356,00	12.701,36
DESPESAS DE CAPITAL								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não Processados		Valores Pagos	
	2012	2011	2012	2011	2012	2011	2012	2011
4 – Investimentos								
4490.52	1.356,00	12.701,36	1.356,00	12.701,36	0,00	7.570,70	1.356,00	20.272,06

Fonte: Siafi 2011/2012

- f) Demonstração e análise de indicadores institucionais para medir o desempenho orçamentário e financeiro, caso tenham sido instituídos pela unidade

A SFA-RJ não possui indicadores institucionais para medir o orçamento e o financeiro.

5. 5 TOPICOS ESPECIAIS DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

5.1. Informações sobre o reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos

Não se aplica

5.2. Informações sobre a movimentação e os saldos de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores.

QUADRO A.5.2 - SITUAÇÃO DOS RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES

Valores em R\$ 1,00

Restos a Pagar Processados				
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos Acumulados	Pagamentos Acumulados	Saldo a Pagar em 31/12/2012
2010	680.793,13	104,25	680.793,13	0,00
2011	305.648,69	0,00	305.648,69	0,00
2012	46.714,00	0,00	0,00	0,00
Restos a Pagar não Processados				

Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos Acumulados	Pagamentos Acumulados	Saldo a Pagar em 31/12/2012
2010	2.434.035,14	4.405,22	285.128,42	0,00
2011	149.460,69	0,00	149.460,69	0,00
2012...	759.997,65	0,00	0,00	0,00

Fonte: Siafi

5.3. Informação sobre as transferências mediante convênio, contrato de repasse, termo de parceria, termo de cooperação, termo de compromisso ou outros acordos, ajustes ou instrumentos congêneres, vigentes no exercício de referência.

◇Quadro A.5.3 Caracterização dos instrumentos de transferências vigentes no exercício de referência							Valores em R\$ 1,00			
Unidade Concedente ou Contratante										
Nome: Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento										
CNPJ: 00.396.895/0001-25					UG/GESTÃO: 130063 -00001					
Informações sobre as transferências										
Modalidade	Nº do instrumento	Beneficiário	Valores Pactuados		Valores Repassados		Vigência		Sit.	
			Global	Contrapartida	No exercício	Acumulad o até exercício	Início	Fim		
1	743749	42.498.642/0001-02	1.070.811,00	217.205,00	-	853.606,00	12/10	04/12	1	
1	771222	42.498.642/0001-02	5.345.735,00	578.720,00	949.895,00	-	07/12	12/15	1	
1	771395	42.498.642/0001-02	6.040.037,97	611.604,00	1.384.390,46	-	07/12	12/15	1	
LEGENDA										
Modalidade:					Situação da Transferência:					
1 - Convênio					1 - Adimplente					
2 - Contrato de Repasse					2 - Inadimplente					
3 - Termo de Parceria					3 - Inadimplência Suspensa					
4 - Termo de Cooperação					4 - Concluído					
5 - Termo de Compromisso					5 - Excluído					
					6 - Rescindido					
					7 - Arquivado					
Fonte: O próprio convênio										

Resumo dos Instrumentos Celebrados pela UJ nos três últimos exercícios

QUADRO A.5.4 – RESUMO DOS INSTRUMENTOS CELEBRADOS PELA UJ NOS TRÊS ÚLTIMOS EXERCÍCIOS

Unidade Concedente ou Contratante						
Nome:	Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento					
CNPJ:	00.396.895/0001-25					
UG/GESTÃO:	130063 -00001					
Modalidade	Quantidade de Instrumentos Celebrados em Cada Exercício			Montantes Repassados em Cada Exercício, Independentemente do ano de Celebração do Instrumento (em R\$ 1,00)		
	2012	2011	2010	2012	2011	2010
Convênio	02	-	01	2.334.285,46	-	853.606,00
Contrato de Repasse	-	-	-	-	-	-
Termo de Cooperação	-	-	03	COOPERAÇÃO TÉCNICA		
Termo de Compromisso	-	-	-	-	-	-
Totais	02	-	04	2.334.285,46	-	853.606,00

Fonte: O próprio convênio

QUADRO A.5.5 – RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TRANSFERÊNCIA QUE VIGERÃO EM 2013 E EXERCÍCIOS SEQUINTE

Unidade Concedente ou Contratante					
Nome: Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento					
CNPJ: 00.396.895/0001-25			UG/GESTÃO: 130063 - 00001		
Modalidade	Qtd. de Instrumentos com Vigência em 2013 e Seguintes	Valores (R\$ 1,00)			% do Valor Global Repassado até o Final do Exercício de 2012
		Contratados	Repassados até 2012	Previstos para 2013	
Convênio	02	10.983.543,97	2.334.285,46	2.695.500,00	21,25%
Contrato de Repasse	-				
Termo de Cooperação	03	COOPERAÇÃO TÉCNICA			
Termo de Compromisso	-				
Totais	05				

Fonte: O próprio convênio

QUADRO A.5.6 – RESUMO DA PRESTAÇÃO DE CONTAS SOBRE TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS PELA UJ NA MODALIDADE DE CONVÊNIO, TERMO DE COOPERAÇÃO E DE CONTRATOS DE REPASSE. Valores em R\$ 1,00

Unidade Concedente					
Nome: Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento					
CNPJ: 00.396.895/0001-25			UG/GESTÃO: 130063 - 00001		
Exercício da Prestação das Contas	Quantitativos e Montante Repassados		Instrumentos (Quantidade e Montante Repassado)		
			Convênios	Termo de Cooperação	Contratos de Repasse
2012	Contas Prestadas	Quantidade	01	-	-
		Montante Repassado	853.606,00		
	Contas NÃO Prestadas	Quantidade	-	-	-
		Montante Repassado	-	-	-
2011	Contas Prestadas	Quantidade	01	-	
		Montante Repassado	4.215.120,00	-	
	Contas NÃO Prestadas	Quantidade	-	-	-
		Montante Repassado	-	-	-

2010	Contas Prestadas	Quantidade	-	-	-
		Montante Repassado	-	-	-
	Contas NÃO Prestadas	Quantidade	-	-	-
		Montante Repassado	-	-	-
Anteriores a 2010	Contas NÃO Prestadas	Quantidade	-	-	-
		Montante Repassado	-	-	-

Fonte: O próprio convênio

QUADRO A.5.7 - VISÃO GERAL DA ANÁLISE DAS PRESTAÇÕES DE CONTAS DE CONVÊNIOS E CONTRATOS DE REPASSE

Valores em R\$ 1,00

Unidade Concedente ou Contratante					
Nome: Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento					
CNPJ: 00.396.895/0001-25			UG/GESTÃO: 130063 - 00001		
Exercício da Prestação das Contas	Quantitativos e Montantes Repassados			Instrumentos	
				Convênios	Contratos de Repasse
2012	Quantidade de Contas Prestadas			01	-
	Com Prazo de Análise ainda não Vencido	Quantidade	Contas Analisadas	01	-
			Contas Não Analisadas	-	-
		Montante Repassado (R\$)		853.606,00	-
	Com Prazo de Análise Vencido	Contas Analisadas	Quantidade Aprovada	-	-
			Quantidade Reprovada	-	-
			Quantidade de TCE	-	-
Contas NÃO Analisadas		Quantidade	-	-	
		Montante Repassado (R\$)	-	-	
2011	Quantidade de contas prestadas			01	-
	Contas Analisadas	Quantidade Aprovada		01	-
		Quantidade Reprovada		-	-
		Quantidade de TCE		-	-
	Contas NÃO Analisadas	Quantidade		-	-
Montante repassado (R\$)		-	-		
2010	Quantidade de Contas Prestadas			-	-
	Contas analisadas	Quantidade Aprovada		-	-
		Quantidade Reprovada		-	-
		Quantidade de TCE		-	-
	Contas NÃO Analisadas	Quantidade		-	-
Montante Repassado		-	-		
Exercícios Anteriores a 2010	Contas NÃO Analisadas	Quantidade		-	-
		Montante Repassado		-	-

Fonte: O próprio convênio

5.4. Informações sobre a utilização de suprimento de fundos, contas bancárias tipo b e cartões de pagamento do governo federal

Utilização da conta Tipo "B" não se aplica nesta Unidade Jurisdicionada.

QUADRO A.5.10 - DESPESA COM CARTÃO DE CRÉDITO CORPORATIVO POR UG E POR PORTADOR

Valores em R\$ 1,00

Código da UG 1	130063	Limite de Utilização da UG			
Portador	CPF	Valor do Limite Individual	Valor		Total
			Saque	Fatura	

Paulo Roberto do Rosário Silva	016.308.897-76	3.000,00	-	2.978,90	2.978,90
Ailena Sudo Salgado	020.965.627-16	300,00	-	40,00	40,00
Alexandre Canedo de Magalhães	026.000.297-61	250,00	-	170,00	170,00
Michaille Ferreira Martins Aballo	087.140.997-64	150,00	-	70,50	70,50
Mario Alberto Miranda de Souza	095.957.287-21	800,00	-	400,00	400,00
Alexandre Roberto de Freitas Lins	126.352.004-91	3.000,00	-	2.900,00	2.900,00
Ralf Augusto Silva Marins	153.419.758-39	5.000,00	-	4.420,00	4.420,00
Paulo César de Oliveira Mussel	198.580.947-87	1.600,00	-	1.196,06	1.196,06
Serafim Saldanha Braga de Azeredo	213.403.747-49	600,00	-	475,00	475,00
Walmir Silva Gomes de Andrade	245.872.817-00	5.052,00	-	4056,47	4056,47
José Carlos Pereira de Souza	255.737.647-72	500,00	--	305,00	305,00
Eduardo Batista Borges	267.182.437-87	1.600,00	-	1.600,00	1.600,00
Francisco Rodrigo Frederico	302.087.347-91	2.400,00	-	2.298,98	2.298,98
Rômulo Cezar Spinelli R. de Miranda	306.482.207-10	1.200,00	-	900,00	900,00
Celso Miller Cosendey	320.205.117-20	2.700,00	-	2.300,00	2.300,00
Carlos Alberto Conti	339.089.407-10	890,00	-	716,68	716,68
Alcebádes da Silva Santos Feital	356.497.807-06	1050,00	-	750,00	750,00
Márcio Alonso de Rezende	371.307.907-25	1.300,00	-	1.105,96	1.105,96
Carlos Milton Moraes Silva	384.215.507-72	740,00	-	240,00	240,00
Andréia de Oliveira Gerk	386.142.861-04	300,00	-	108,,72	108,,72
Renato Luiz Marques de Oliveira Passo	405.959.867-49	210,00	-	209,89	209,89
Luiz Roberto Tinoco	423.429.967-72	600,00	-	536,51	536,51
Valdir Andrade Mota	454.579.057-72	2.400,00	-	1.305,00	1.305,00
Carlos Alberto Piano Rocha	470.184.889-15	300,00	-	100,00	100,00
Ronaldo Gil Pereira	491.458.517-00	200,00	-	160,00	160,00
Magareth Piccinini Nabas	500.428.747-34	1.600,00	-	1.700,00	1700,00
Cesar Maia Peres	512.777.007-53	2.250,00	-	1.963,65	1.963,65
Sérgio Henrique Emerick	573.701.507-63	1.600,00	-	1.509,00	1.509,00
Roland Chamme Cantanhede	596.581.857-20	5.300,00	-	3.975,05	3.975,05
Péricles Penteado	622.410.447-68	2.800,00	-	2.795,01	2.795,01
João Batista Gerhard da Gama	641.782.777-15	800,00	-	547,16	547,16
Gilberto Alencar Belo	722.552.267-15	3.200,00	-	2.400,00	2.400,00
Mauício Texeira Raposo	727.156.427-68	3.400,00	-	982,76	982,76
Roberto Souza Barbosa	730.898.187-87	2.200,00	-	2.272,81	2.272,81
Luiz Henrique Oliveira Soares	767.840.707-63	1.600,00	-	545,69	545,69
Lílian Ferro da Cunha	796.282.737-87	1.000,00	-	606,29	606,29
Marcelo Jose Simões de Fanca	930.944.504-15	210,00	-	210,00	210,00

Fonte: Siafi 2012

QUADRO A.5.11 – DESPESAS REALIZADAS POR MEIO DA CONTA TIPO “B” E POR MEIO DO CARTÃO DE CRÉDITO CORPORATIVO (SÉRIE HISTÓRICA)

Valores em R\$ 1,00

Suprimento de Fundos							
Exercícios	Conta Tipo “B”		Saque		Fatura		Total (R\$)
	Quantidade	(a) Valor	Quantidade	(b) Valor	Quantidade	(c) Valor	(a+b+c)
2012	-	-	-	-	276	48.742,37	48.742,37
2011	-	-	-	-	193	62.318,73	62.318,73
2010	-	-	-	-	326	56.659,10	56.659,10

Fonte: SIAFI

QUADRO A.5.12 - PRESTAÇÕES DE CONTAS DE SUPRIMENTO DE FUNDOS (CONTA TIPO “B” E CPGF)

Suprimento de Fundos												
Situação	Conta Tipo “B”						CPGF					
	2012		2011		2010		2012		2011		2010	
	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor
PC não Apresentadas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
PC Aguardando Análise	NÃO SE APLICA											
PC em Análise												
PC não Aprovadas												
PC Aprovadas							134	66.167,00	168	79.125,03	163	79.456,86

Fonte: Siafi

5.5. Informações sobre Renúncia Tributária, contendo declaração do gestor de que os beneficiários diretos da renúncia, bem como da contrapartida, comprovaram, no exercício, que estavam em situação regular em relação aos pagamentos dos tributos juntos à Secretaria da Receita Federal do Brasil – SRFB ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS e à Seguridade Social

Não se aplica

6. 6 GESTÃO DE PESSOAS, TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA E CUSTOS

6.1. Informações sobre a estrutura de pessoal da unidade, contemplando as seguintes perspectivas:

a) Demonstração da força de trabalho e dos afastamentos que refletem sobre ela

QUADRO A.6.1 – FORÇA DE TRABALHO DA UJ – SITUAÇÃO APURADA EM 31/12

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Servidores em Cargos Efetivos (1.1 + 1.2)	410	410	-	-
1.1. Membros de poder e agentes políticos	-	-	-	-
1.2. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	410	410	-	-
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	410	410	-	-
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	-	-	-	-
1.2.3. Servidores de carreira em exercício provisório	-	-	-	-
1.2.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	-	-	-	-
2. Servidores com Contratos Temporários	-	-	-	-
3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública	2	2	2	-
4. Total de Servidores (1+2+3)	412	412	2	-

Fonte:

Quadro A.6.2 – Situações que reduzem a força de trabalho da UJ – Situação em 31/12

Tipologias dos afastamentos	Quantidade de Pessoas na
-----------------------------	--------------------------

	Situação em 31 de Dezembro
1. Cedidos (1.1+1.2+1.3)	15
1.1. Exercício de Cargo em Comissão	-
1.2. Exercício de Função de Confiança	-
1.3. Outras Situações Previstas em Leis Específicas (especificar as leis)	15
2. Afastamentos (2.1+2.2+2.3+2.4)	-
2.1. Para Exercício de Mandato Eletivo	-
2.2. Para Estudo ou Missão no Exterior	-
2.3. Para Serviço em Organismo Internacional	-
2.4. Para Participação em Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu no País	-
3. Removidos (3.1+3.2+3.3+3.4+3.5)	-
3.1. De Ofício, no Interesse da Administração	-
3.2. A Pedido, a Critério da Administração	-
3.3. A pedido, independentemente do interesse da Administração para acompanhar cônjuge/companheiro	-
3.4. A Pedido, Independentemente do Interesse da Administração por Motivo de saúde	-
3.5. A Pedido, Independentemente do Interesse da Administração por Processo Seletivo	-
4. Licença Remunerada (4.1+4.2)	-
4.1. Doença em Pessoa da Família	-
4.2. Capacitação	-
5. Licença não Remunerada (5.1+5.2+5.3+5.4+5.5)	1
5.1. Afastamento do Cônjuge ou Companheiro	-
5.2. Serviço Militar	-
5.3. Atividade Política	-
5.4. Interesses Particulares	-
5.5. Mandato Classista	-
6. Outras Situações (Especificar o ato normativo)	-
7. Total de Servidores Afastados em 31 de Dezembro (1+2+3+4+5+6)	16

Fonte: Siape 2012

QUADRO A.6.3 – DETALHAMENTO DA ESTRUTURA DE CARGOS EM COMISSÃO E FUNÇÕES GRATIFICADAS DA UJ (SITUAÇÃO EM 31 DE DEZEMBRO)

Tipologias dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Cargos em Comissão	13	13	2	-
1.1. Cargos Natureza Especial	-	-	-	-
1.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	13	13	2	-
1.2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	11	11		
1.2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	-	-	-	-
1.2.3. Servidores de Outros Órgãos e Esferas	-	-	-	-
1.2.4. Sem Vínculo	2	2	2	
1.2.5. Aposentados	-	-	-	-
2. Funções Gratificadas	11	11	-	-
2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	11	11	-	-
2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	-	-	-	-
2.3. Servidores de Outros órgãos e Esferas	-	-	-	-
3. Total de Servidores em Cargo e em Função (1+2)	24	24	2	-

Fonte: Siape 2012

- b) Qualificação da força de trabalho de acordo com a estrutura de cargos, idade e nível de escolaridade

Tipologias do Cargo	Quantidade de Servidores por Faixa Etária				
	Até 30 anos	De 31 a 40 anos	De 41 a 50 anos	De 51 a 60 anos	Acima de 60 anos
1. Provimento de Cargo Efetivo	1	37	57	181	105
1.1. <i>Membros de Poder e Agentes Políticos</i>	-	-	-	-	-
1.2. <i>Servidores de Carreira</i>	1	37	57	181	105
1.3. <i>Servidores com Contratos Temporários</i>	-	-	-	-	-
2. Provimento de Cargo em Comissão	-	2	5	9	4
2.1. <i>Cargos de Natureza Especial</i>	-	-	-	-	-
2.2. <i>Grupo Direção e Assessoramento Superior</i>	-	1	3	7	2
2.3. <i>Funções Gratificadas</i>	-	1	2	2	2
3. Totais (1+2)	1	39	62	190	109

Fonte: Siape 2012

QUADRO A.6.5 – QUANTIDADE DE SERVIDORES DA UJ POR NÍVEL DE ESCOLARIDADE - SITUAÇÃO APURADA EM 31/12

Tipologias do Cargo	Quantidade de Pessoas por Nível de Escolaridade								
	1	2	3	4	5	6	7	8	9
1. Provimento de Cargo Efetivo	-	10	-	14	146	228	-	-	-
1.1. <i>Membros de Poder e Agentes Políticos</i>	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1.2. <i>Servidores de Carreira</i>	-	10	-	14	145	226	-	-	-
1.3. <i>Servidores com Contratos Temporários</i>	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1.4. <i>Servidores Cedidos ou em Licença</i>	-	-	-	-	1	2	-	-	-
2. Provimento de Cargo em Comissão	-	-	-	2	3	15	-	-	-
2.1. <i>Cargos de Natureza Especial</i>	-	-	-	-	-	-	-	-	-
2.2. <i>Grupo Direção e Assessoramento Superior</i>	-	-	-	-	2	11	-	-	-
2.3. <i>Funções Gratificadas</i>	-	-	-	2	1	4	-	-	-
3. Totais (1+2)	-	10	-	16	149	243	-	-	-

LEGENDA

Nível de Escolaridade

1 - Analfabeto; 2 - Alfabetizado sem cursos regulares; 3 - Primeiro grau incompleto; 4 - Primeiro grau; 5 - Segundo grau ou técnico; 6 - Superior; 7 - Aperfeiçoamento / Especialização / Pós-Graduação; 8 - Mestrado; 9 - Doutorado/Pós Doutorado/PhD/Livre Docência; 10 - Não Classificada.

Fonte: Siape 2012

c) Custos associados à manutenção dos recursos humanos

QUADRO A.6.6 - QUADRO DE CUSTOS DE PESSOAL NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA E NOS DOIS ANTERIORES

Valores em R\$ 1,00

Tipologias/ Exercícios	Vencimentos e Vantagens Fixas	Despesas Variáveis						Despesas de Exercícios Anteriores	Decisões Judiciais	Total	
		Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e Previdenciários	Demais Despesas Variáveis				
Membros de Poder e Agentes Políticos											
Exercícios	2012	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
	2011	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
	2010	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Servidores de Carreira que não Ocupam Cargo de Provento em Comissão											
Exercícios	2012	24.026.593,47	-	26.078.183,23	5.384.089,82	2.069.343,57	344.158,00	72.805,80	1.964,11	89.285,32	58.066.423,32
	2011	23.846.436,45	-	25.973.828,22	5.958.290,24	2.164.953,84	356.147,00	91.588,37	13.407,78	72.609,44	58.477.261,34
	2010	21.749.249,96	6.870,54	23.830.833,94	5.447.341,99	2.231.458,24	262.387,60	94.720,27	35.620,70	142.238,61	53.800.721,85
Servidores com Contratos Temporários											
Exercícios	2012	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	2011	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	2010	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Servidores Cedidos com Ônus ou em Licença											
Exercícios	2012	35.807,34	-	-	1.171,91	3.132,40	676,00	-	-	-	40.787,65
	2011	275.325,64	-	63.093,33	10.555,11	24.360,38	7.263,79	2.520,87	-	-	383.119,12
	2010	306.337,68	-	129.619,44	15.870,32	21.061,86	5.833,36	2.633,22	1.833,63	1.174,80	484.364,31
Servidores Ocupantes de Cargos de Natureza Especial											
Exercícios	2012	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	2011	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	2010	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Servidores Ocupantes de Cargos do Grupo Direção e Assessoramento Superior											
Exercícios	2012	1.108.218,53	182.479,27	1.087.961,80	239.056,88	65.901,58	19.640,78	3.937,13	-	696,50	2.707.892,47
	2011	1.095.300,56	181.890,31	1.112.138,55	223.159,63	68.855,29	22.868,43	4.879,98	-	-	2.709.092,75
	2010	1.115.518,97	187.915,50	1.101.131,60	196.697,31	69.789,33	14.713,49	10.259,86	-	7.227,78	2.703.253,84
Servidores Ocupantes de Funções Gratificadas											
Exercícios	2012	1.0024.032,63	100.845,50	541.114,54	126.760,40	97.067,69	27.908,22	-	-	215,34	1.917.944,32
	2011	858.926,24	100.004,98	430.357,27	93.276,97	104.942,43	26.431,87	3.223,99	-	3.166,44	1.620.330,19
	2010	990.155,50	105.753,71	534.614,93	116.553,46	112.384,93	32.280,94	1.760,71	-	-	1.893.504,18

Fonte: Siape 2012

d) Composição do quadro de servidores inativos e pensionistas

QUADRO A.6.7 - COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE SERVIDORES INATIVOS - SITUAÇÃO APURADA EM 31 DE DEZEMBRO

Regime de Proventos / Regime de Aposentadoria	Quantidade	
	De Servidores Aposentados até 31/12	De Aposentadorias Iniciadas no Exercício de Referência
1. Integral	870	12
1.1 Voluntária	742	12
1.2 Compulsória	1	-
1.3 Invalidez Permanente	125	-
1.4 Outras	2	-
2. Proporcional	259	-
2.1 Voluntária	235	-
2.2 Compulsória	3	-
2.3 Invalidez Permanente	21	-
2.4 Outras	-	-
3. Totais (1+2)	1.129	12

Fonte: Siape 2012

QUADRO A.6.8 - INSTITUIDORES DE PENSÃO - SITUAÇÃO APURADA EM 31/12

Regime de Proventos do Servidor Instituidor	Quantidade de Beneficiários de Pensão	
	Acumulada até 31/12	Iniciada no Exercício de Referência
1. Aposentado	692	44
1.1. Integral	473	7
1.2. Proporcional	219	37
2. Em Atividade	2.173	11
3. Total (1+2)	2.865	55

Fonte: Siape 2012

- e) Demonstração do cadastramento, no Sistema de Apreciação e Registro dos Atos de Admissão e Concessões (Sisac), das informações pertinentes aos atos de admissão e concessão de aposentadoria, reforma e pensão ocorridos no exercício, bem como da disponibilização das informações para o respectivo órgão de controle interno, nos termos da Instrução Normativa TCU nº 55/2007

QUADRO A.6.9 – ATOS SUJEITOS AO REGISTRO DO TCU (ART. 3º DA IN TCU 55/2007)

Tipos de Atos	Quantidade de atos sujeitos ao registro no TCU		Quantidade de atos cadastrados no SISAC	
	Exercícios		Exercícios	
	2012	2011	2012	2011
Admissão				
Concessão de aposentadoria	12	6	12	6
Concessão de pensão civil	60	72	60	72
Concessão de pensão especial a ex-combatente	-	-	-	-

Concessão de reforma	-	-	-	-
Concessão de pensão militar	-	-	-	-
Alteração do fundamento legal de ato concessório	34	19	34	19
Totais	106	97	106	97

QUADRO A.6.11 – REGULARIDADE DO CADASTRO DOS ATOS NO SISAC

Tipos de Atos	Quantidade de atos de acordo com o prazo decorrido entre o fato caracterizador do ato e o cadastro no SISAC			
	Exercício de 2012			
	Até 30 dias	De 31 a 60 dias	De 61 a 90 dias	Mais de 90 dias
Atos Sujeitos ao Registro pelo TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007)				
Admissão	-	-	-	-
Concessão de aposentadoria	12	-	-	-
Concessão de pensão civil	47	12	1	-
Concessão de pensão especial a ex-combatente	-	-	-	-
Concessão de reforma	-	-	-	-
Concessão de pensão militar	-	-	-	-
Alteração do fundamento legal de ato concessório	11	21	-	2
Total	70	33	1	2
Atos Sujeitos à Comunicação ao TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007)				
Desligamento	0	0	0	0
Cancelamento de concessão	0	0	0	0
Cancelamento de desligamento	0	0	0	0
Total	0	0	0	0

- f) Providências adotadas para identificar eventual acumulação remunerada de cargos, funções e empregos públicos vedada pelo art 37, XVI e XVII, da Constituição Federal (nas relações dadas pelas Emendas Constitucionais nº 19/98 e 34/2001).

Não houve ocorrência no período.

- g) Providências adotadas nos casos identificados de acumulação remunerada de cargos, funções e empregos públicos, nos termos do art. 133 da Lei nº 8.122/2013.

Não houve ocorrência no período.

- h) Indicadores gerenciais sobre recursos humanos.

SIGLA	TIPO	INDICADOR	FÓRMULA	CÁLCULO	Valor %
SGP					
Isartsa (%)	Eficácia	Servidores administrativos em relação ao total de servidores ativos	$(N^{\circ} \text{ de servidores Administrativos} / N^{\circ} \text{ total de servidores ativos}) \times 100$	$(180/426) \times 100$	42,20
Ialimed (%)	Eficácia	Índice de dias de afastamento por licença médica dos servidores	$(\text{Número de servidores afastados} \times \text{número de dias de afastamento}) / (N^{\circ} \text{ de servidores totais} \times \text{período considerado em dias}) \times 100$	$(287 \times 5.077) / (426 \times 365) \times 100$	900,00
Ialimed (%)	Eficácia	Índice de Servidores afastados por Licença Médica	$(N^{\circ} \text{ de servidores afastados} / N^{\circ} \text{ total de Servidores ativos}) \times 100$	$(287/426) \times 100$	67,37
Iaffa (%)	Eficácia	Índice de Servidores FFA com afastamento por licença médica	$(N^{\circ} \text{ de FFA afastados} / N^{\circ} \text{ total de FFA ativos}) \times 100$	$(62/156) \times 100$	39,74
Iagtec (%)	Eficácia	Índice de Servidores AISIPOA-AAA com afastamento por licença médica	$(N^{\circ} \text{ de AISIPOA-AG.ATIV. AGROP. afastados} / N^{\circ} \text{ de AISIPOA-AG.ATIV. Total}) \times 100$	$(57/81) \times 100$	70,37
Iaadm (%)	Eficácia	Índice de servidores Administrativos com afastamento por licença médica	$(N^{\circ} \text{ de Administrativos afastados} / N^{\circ} \text{ total de administrativos ativos}) \times 100$	$(168/1180) \times 100$	93,33
Iaap (30d) (%)	Eficácia	Índice de Concessão de Aposentadoria em 30 dias	$(N^{\circ} \text{ de aposent. concedidas} / N^{\circ} \text{ de aposent. solicitadas}) \times 100$	$(15/15) \times 100$	100,00
Ipapc	Eficiência	Produtividade na concessão de aposentadoria	$N^{\circ} \text{ de aposentadoria concedidas} / N^{\circ} \text{ de servidores envolvidos na ação.}$	15/2	7,5

6.2. Informações sobre a terceirização de mão de obra e sobre o quadro de estagiários.

- a) Cargos e atividades inerentes a categorias funcionais do Plano de Cargos da Unidade Jurisdicionada.

Não há terceirizados ocupando cargos ou funções pertencentes ao Plano de Cargos da SFA/RJ.

- b) Relação de empregados terceirizados substituídos em decorrência da realização de concurso ou de provimento adicional autorizados.
- c) Autorizações para realização de concursos públicos ou provimento adicional para substituição de terceirizados.

Não houve concurso público nos últimos 19 anos.

- d) Informações sobre contratação de serviços de limpeza, higiene e vigilância ostensiva pela Unidade Jurisdicionada.

QUADRO A.6.17 - CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA E HIGIENE E VIGILÂNCIA OSTENSIVA

Unidade Contratante													
Nome: SUPERINTENDÊNCIA FEDERAL DE AGRICULTURA NO RIO DE JANEIRO													
UG/Gestão: 130063							CNPJ: 00.396.895/0027-64						
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2007	L	O	70	CNPJ: 24.913.295/0001-55	01/04/2007	01/04/2012	26	26					E
2012	L	O	120	05.703.030/0001-88	01/10/2012	30/09/2013	29	29	1	1			A
2007	V	O	69	02.717.460/0002-41					28	28			E
2012	V	O	119	02.717.460/0002-41					28	28			A
Observações:													
LEGENDA													
Área: (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva.													
Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.													
Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.													
Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.													

Fonte:

e) Informações sobre locação de mão de obra para atividades não abrangidas pelo plano de cargo do órgão.

QUADRO A.6.18 - CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA

Unidade Contratante													
Nome: SUPERINTENDÊNCIA FEDERAL DE AGRICULTURA NO RIO DE JANEIRO													
UG/Gestão: 130063							CNPJ: 00.396.895/0027-64						
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2007	12	O	70	24.913.295/0001-55					12	12			E

2007	9	O	69	24.913.295/0001-55					1	1			E
2007	4	O	70	24.913.295/0001-55			1	1					E
2010	7	O	104	04.439.817/0001-11					2	2			P
2010	7	O	102	04.439.817/0001-11					1	1			P
2012	9	O	121	05.703.030/0001-88					1	1			A
2012	9	O	123	05.703.030/0001-88					1	1			A
2012	4	O	122	05.703.030/0001-88			1	1					A
2012	12	O	124	10.704.092/0001-44					13	13			A

Observações:**LEGENDA****Área:**

1. Segurança;
2. Transportes;
3. Informática;
4. Copeiragem;
5. Recepção;
6. Reprografia;
7. Telecomunicações;
8. Manutenção de bens móveis
9. Manutenção de bens imóveis
10. Brigadistas
11. Apoio Administrativo – Menores Aprendizes
12. Outras

Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.

Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.

Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.

Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.

Fonte:

QUADRO A.6.19 - COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE ESTAGIÁRIOS

Nível de escolaridade	Quantitativo de contratos de estágio vigentes				Despesa no exercício (em R\$ 1,00)
	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	
1. Nível superior	1	1	1	1	4.419,00
1.1 Área Fim					
1.2 Área Meio					
2. Nível Médio	22	22	16	10	87.478,24
2.1 Área Fim					
2.2 Área Meio					
3. Total (1+2)					

Fonte: Siape 2012

7. GESTÃO DO PATRIMÔNIO MOBILIÁRIO E IMOBILIÁRIO

7.1. Informações sobre a gestão da frota de veículos próprios e locados de terceiros, inclusive sobre as normas que regulamentam o uso da frota e os custos envolvidos

- Legislação que regula a constituição e a forma de utilização da frota de veículos
- Importância e impacto da frota de veículos em uso ou na responsabilidade da UJ
- Quantidade de veículos em uso ou na responsabilidade da UJ, discriminados por grupos, segundo a classificação que lhes seja dada pela UJ, bem como sua totalização por grupo geral e geral
- Média anual de quilômetros rodados, por grupo de veículos segundo a classificação contida na letra c “supra”
- Idade média da frota, por grupo de veículos
- Custos associados à manutenção da frota
- Plano de substituição da frota
- Razões de escolha da aquisição em detrimento da locação
- Estrutura de controles de que a UJ dispõe para assegurar uma prestação eficiente e econômica do serviço de transporte.

A legislação que regula a constituição e a forma de utilização da frota de veículos da SFA/RJ é aquela norteadas pelo Decreto 6403 de 17/03/2008, Instrução Normativa nº 03 de 15/03/2008 e Instrução Normativa nº 183, de 08/09/1986.

A frota de veículos é fundamental para realização das atividades finalísticas da SFA/RJ. Sejam elas realizadas na região metropolitana e interior, considerando as diversas demandas da fiscalização de alimentos no Estado do RJ.

Todos os veículos da SFA/RJ são para uso em serviço, não havendo nenhum tipo de classificação específica.

7.2. Informações sobre a gestão do patrimônio imobiliário próprio, da União que esteja sob a responsabilidade da unidade e dos imóveis locados de terceiros

QUADRO A.7.1 – DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DOS BENS IMÓVEIS DE USO ESPECIAL DE PROPRIEDADE DA UNIÃO

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		QUANTIDADE DE IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO DE RESPONSABILIDADE DA UJ	
		EXERCÍCIO 2012	EXERCÍCIO 2011
BRASIL	RJ	13	13
	Cambuci	01	01

	Campos dos Goytacazes	01	01
	Itaocara	01	01
	Itaperuna	01	01
	Macaé	01	01
	Miracema	01	01
	Niterói	01	01
	Piraí	01	01
	São Fidélis	01	01
	Rio de Janeiro	04	04
Subtotal Brasil		13	13
Total (Brasil + Exterior)		13	13

Fonte:

QUADRO A.7.3 – DISCRIMINAÇÃO DOS BENS IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO
SOB RESPONSABILIDADE DA UJ

UG	RIP	Regime	Estado de Conservação	Valor do Imóvel			Despesa no Exercício		
				Valor Histórico	Data da Avaliação	Valor Reavaliado	Com Reformas	Com Manutenção	
130063	5817.00002.500-6	12	Bom	500.000,00	04/05/2011	1.723.084,59	0,00	0,00	
130063	5819.00123.500-0	12	Bom	178.720,20	13/05/2011	1.240.904,34	0,00	0,00	
130063	5847.00045.500-2	12	Ruim	141.980,00	13/05/2011	234.525,09	0,00	0,00	
130063	5841.00003.500-4	12	Bom	39.513,60	13/05/2011	159.235,06	0,00	0,00	
130063	5843.00006.500-7	12	Bom	155.250,00	13/05/2011	458.003,71	0,00	0,00	
130063	5859.00002.500-1	12	Ruim	39.501,00	13/05/2011	228.067,85	0,00	0,00	
130063	5879.00115.500-0	12	Bom	111.795.868,80	18/05/2011	117.230.184,00	0,00	0,00	
130063	5895.00004.500-9	12	Bom	131.040,00	18/05/2011	487.865,91	0,00	0,00	
130063	5865.00073.500-3	12	Bom	119.334,60	13/05/2011	479.464,17	0,00	0,00	
130063	6001.01938.500-6	12	Bom	974.412,00	13/05/2011	3.459.713,72	0,00	0,00	
130063	6001.02451.500-1	12	Bom	250.444,00	13/05/2011	2.617.284,62	0,00	0,00	
130063	6001.03692.500-5	12	Bom	3.888.885,00	13/05/2011	15.799.719,08	0,00	0,00	
130063	6001.02409.500-2	12	Bom	343.580,00	13/05/2011	17.555.508,91	0,00	0,00	
Total									

Fonte: Setor de Material e Patrimônio – SPIUNET 2011/2012 (OS VALORES INFORMADOS SÃO VÁLIDOS POR DOIS ANOS A CONTAR DA DATA DA AVALIAÇÃO)

8. GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E GESTÃO DO CONHECIMENTO

8.1. Informações sobre a gestão de tecnologia da informação (TI) da UJ, contemplando os seguintes aspectos

- a) Planejamento da área
- b) Perfil dos recursos humanos envolvidos
- c) Segurança da informação
- d) Desenvolvimento e produção de sistemas
- e) Contratação e gestão de bens e serviços de TI.

Com a revogação da Portaria 300 de 16 de Junho de 2005 o setor de informática foi extinto na estrutura interna da SFA-RJ. Com a criação da Portaria 428 de 09 de Junho de 2010, as atividades de informática passaram a ser executadas pela Seção de Apoio Operacional e Divulgação - SAOD/SFA –RJ. Cabe ressaltar que os itens constantes no quadro A.8.1 são centralizados na Coordenação Geral de Tecnologia da Informação em Brasília. As atividades de tecnologia da informação realizadas na SFA-RJ são operacionais e são definidas em Brasília.

9. GESTÃO DO USO DOS RECURSOS RENOVÁVEIS E SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

9.1. Informações quanto à adoção de critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, materiais de tecnologia da informação (TI) e na contratação de serviços ou obras, tendo como referência a Instrução Normativa nº 1/2010, ambas da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão e informações relacionadas à separação de resíduos recicláveis descartados em conformidade com o Decreto nº 5.940/2006.

QUADRO A.9.1 – GESTÃO AMBIENTAL E LICITAÇÕES SUSTENTÁVEIS					
Aspectos sobre a gestão ambiental	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Licitações Sustentáveis					
1. A UJ tem incluído critérios de sustentabilidade ambiental em suas licitações que levem em consideração os processos de extração ou fabricação, utilização e descarte dos produtos e matérias primas. • Se houver concordância com a afirmação acima, quais critérios de sustentabilidade ambiental foram aplicados?				X	
2. Em uma análise das aquisições dos últimos cinco anos, os produtos atualmente adquiridos pela unidade são produzidos com menor consumo de matéria-prima e maior quantidade de conteúdo reciclável.				X	
3. A aquisição de produtos pela unidade é feita dando-se preferência àqueles fabricados por fonte não poluidora bem como por materiais que não prejudicam a natureza (ex. produtos de limpeza biodegradáveis).				X	
4. Nos procedimentos licitatórios realizados pela unidade, tem sido considerada a existência de certificação ambiental por parte das empresas participantes e produtoras (ex: ISO), como critério avaliativo ou mesmo condição na aquisição de produtos e serviços. • Se houver concordância com a afirmação acima, qual certificação ambiental tem sido considerada nesses procedimentos?					X
5. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos que colaboram para o menor consumo de energia e/ou água (ex: torneiras automáticas, lâmpadas econômicas). • Se houver concordância com a afirmação acima, qual o impacto da aquisição desses produtos sobre o consumo de água e energia?			X		
6. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos reciclados (ex: papel reciclado). • Se houver concordância com a afirmação acima, quais foram os produtos adquiridos?			X		

<p>7. No último exercício, a instituição adquiriu veículos automotores mais eficientes e menos poluentes ou que utilizam combustíveis alternativos.</p> <ul style="list-style-type: none"> Se houver concordância com a afirmação acima, este critério específico utilizado foi incluído no procedimento licitatório? 			X		
<p>8. Existe uma preferência pela aquisição de bens/produtos passíveis de reutilização, reciclagem ou reabastecimento (refil e/ou recarga).</p> <ul style="list-style-type: none"> Se houver concordância com a afirmação acima, como essa preferência tem sido manifestada nos procedimentos licitatórios? 					X
<p>9. Para a aquisição de bens e produtos são levados em conta os aspectos de durabilidade e qualidade de tais bens e produtos.</p>			X		
<p>10. Os projetos básicos ou executivos, na contratação de obras e serviços de engenharia, possuem exigências que levem à economia da manutenção e operacionalização da edificação, à redução do consumo de energia e água e à utilização de tecnologias e materiais que reduzam o impacto ambiental.</p>				X	
<p>11. Na unidade ocorre separação dos resíduos recicláveis descartados, bem como sua destinação, como referido no Decreto nº 5.940/2006.</p>					X
<p>12. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas entre os servidores visando a diminuir o consumo de água e energia elétrica.</p> <ul style="list-style-type: none"> Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, folders, comunicações oficiais, etc.)? Palestras 				X	
<p>13. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas de conscientização da necessidade de proteção do meio ambiente e preservação de recursos naturais voltadas para os seus servidores.</p> <ul style="list-style-type: none"> Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, folders, comunicações oficiais, etc.)? Palestras 			X		
<p>Considerações Gerais: Com relação as respostas de conteúdo afirmativo, a presente UJ tem aplicado, nos procedimentos licitatórios veiculados a aquisição de bens e contratação de serviços, as determinações inclusas no art. 6º da INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 01, de 19 de janeiro de 2010, da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, que disciplina que a Empresa contratada para a prestação do serviço deverá:</p> <p>Utilizar produtos de limpeza e conservação de superfícies e objetos inanimados que obedeçam às classificações e especificações determinadas pela ANVISA;</p> <p>Adotar medidas para evitar o desperdício de água tratada, conforme instituído no Decreto nº 48.138, de 8 de outubro de 2003;</p> <p>Observar a Resolução CONAMA nº 20, de 7 de dezembro de 1994, quanto aos equipamentos de limpeza que gerem ruído no seu funcionamento;</p> <p>Fornecer aos empregados os equipamentos de segurança que se fizerem necessários, para a execução de serviços;</p> <p>Realizar um programa interno de treinamento de seus empregados, nos três primeiros meses de execução contratual, para redução de consumo de energia elétrica, de consumo de água e redução de produção de resíduos sólidos, observadas as normas ambientais vigentes;</p> <p>Realizar a separação dos resíduos recicláveis descartados pela SFA/RJ na fonte geradora, e a sua destinação, às associações e cooperativas dos catadores de materiais recicláveis, que será procedida pela coleta seletiva do papel para reciclagem, quando couber, nos termos da IN/MARE nº 6, de 3 de novembro de 1995 e do Decreto nº 5.940, de 25 de outubro de 2006, ou comunicará à Administração da SFA/RJ para que, havendo parceria com qualquer instituição, proceda a coleta seletiva; e</p> <p>Respeitar as Normas Brasileiras – NBR publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas sobre resíduos sólidos.</p>					
<p>LEGENDA</p> <p>Níveis de Avaliação:</p> <p>(1) Totalmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ.</p> <p>(2) Parcialmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria.</p>					

- (3) **Neutra:** Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.
- (4) **Parcialmente válida:** Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria.
- (5) **Totalmente válida:** Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.

9.1 Informações sobre medidas adotadas pelas unidades que compõem o relatório de gestão para redução de consumo próprio de papel, energia elétrica e água, contemplando:

- a) Detalhamento da política adotada pela unidade para estimular o uso racional desses recursos:

Esta em andamento na SFA/RJ, o Plano de Desmaterialização de Processos - Administração sem Papel, criado pela Secretaria Executiva. A Administração da SFA através de reunião com as equipes, vem trabalhando e reunindo iniciativas e modelos de ações que visem o consumo racional de papel.

Com a criação da Comissão de Coleta Seletiva Solitária, diversas ações ocorreram no início do ano, visando a conscientização dos servidores não só no descarte de resíduos, mas também no consumo de água e energia elétrica, através de palestras com representantes do INEA.

- b) Adesão a programas de gestão da sustentabilidade, tais como Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P), Programa de Eficiência do Gasto (PEG) e Programa de Eficiência Energética em Públicos.

As ações referentes a estes programas ainda estão em fase de estudo e algumas delas dependem da conclusão do Plano de Melhorias. A SFA/RJ está buscando alternativas para implementação destes programas, que fazem parte do planejamento estratégico da atual administração.

10. CONFORMIDADES E TRATAMENTO DE DISPOSIÇÕES LEGAIS E NORMATIVAS

10.1. Informações sobre as providências adotadas para atender às deliberações exaradas em acórdãos do TCU ou em relatórios de auditoria do órgão de controle interno q que a unidade jurisdicionada se vincula ou as justificativas para o não cumprimento.

- a) Cumprimento das deliberações do TCU atendidas no exercício
Não houve ocorrência no período.
- b) Situação das deliberações do TCU que permanecem pendentes de atendimento no exercício
Não se aplica
- c) Recomendações do OCI Atendidas no Exercício

QUADRO A.10.3 – RELATÓRIO DE CUMPRIMENTO DAS RECOMENDAÇÕES OCI			
Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
MINISTERIO DA AGRICULTURA, PECUARIA E ABASTECIMENTO			000014
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
1	201203378	001	NOTA DE AUDITORIA
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
SUPERINTENDENCIA FEDERAL DE AGRICULTURA NO RJ			002780
Descrição da Recomendação			
Realizar gestões junto ao Ministério da Agricultura e programar atividades de capacitação de seu quadro de pessoal, visando não só o atingimento das condições de infraestrutura administrativa e financeira, mas também a qualificação técnica de pessoal necessária à efetiva inserção e implementação dos quesitos de sustentabilidade ambiental nos procedimentos internos e de gestão da Superintendência Federal de Agricultura do Rio de Janeiro.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Divisão de Apoio Administrativo - DAD			083406
Síntese da Providência Adotada			
Desde março de 2012, a SFA/RJ tem participado ativamente do Plano Anual de Educação Continuada – PAEC, visando a gestão por competência, ou seja, a gestão da capacitação para o desenvolvimento do conjunto de conhecimentos necessários ao desempenho da função dos servidores para atuação estratégica da instituição, seja no âmbito administrativo, quanto financeiro. Já foram realizadas capacitações nas áreas de Licitação e Contratos, Gestão da Frota de Veículos, Gestão de Protocolo e Gestão de Arquivo.			
Síntese dos Resultados Obtidos			
Os servidores ali capacitados nos cursos do PAEC, hoje, fazem parte do Programa Oficina de Multiplicadores, com o objetivo de disseminar o conhecimento, considerando que o PAEC 2013 ainda não está em prática. Foi solicitado recurso no PI Capacita para inscrição dos cursos da Escola de Treinamento da Esaf, e no dia 22/03/2013, alguns servidores do DAD, participaram do I Encontro de Trabalho da CGU/AGU/RJ, onde foram ministrados esclarecimentos diversos com enfoque a processos licitatórios.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
Não foram constatados fatores que prejudicassem a implementação desta providência, embora a SFA/RJ ainda esteja passando pela adaptação devido à mudança de toda sua equipe administrativa.			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
2	201203378	002	NOTA DE AUDITORIA
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
SUPERINTENDENCIA FEDERAL DE AGRICULTURA NO RJ			002780
Descrição da Recomendação			
Adotar as providências necessárias para o tempestivo atendimento aos quesitos e critérios de sustentabilidade ambiental previstos no Decreto nº 5.940/2006 e na IN 01 de 19/01/2010, do MPOG.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Divisão de Apoio Administrativo - DAD			083406
Síntese da Providência Adotada			
Criação da Comissão para Coleta Seletiva Solidária e revisão dos Editais para inserção dos critérios de sustentabilidade ambiental previstos no Decreto 5.940/2006 e na IN 01 de 19/01/2010, do MPOG.			
Síntese dos Resultados Obtidos			
Inicialmente a Comissão para Coleta Seletiva Solidária implementou o treinamento da equipe de limpeza da SFA/RJ, com reuniões de sensibilização e prática no descarte dos resíduos para o descarte e aproveitamento adequados. Os procedimentos licitatórios iniciados pela atual equipe administrativa, tem buscado o atendimento ao Decreto.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo			

Gestor
Não foram constatados fatores que prejudicassem a implementação desta providência, embora a SFA/RJ ainda esteja passando pela adaptação devido à mudança de toda sua equipe administrativa.

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
MINISTERIO DA AGRICULTURA, PECUARIA E ABASTECIMENTO			000014
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
2	201203378	001	NOTA DE AUDITORIA
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
SUPERINTENDENCIA FEDERAL DE AGRICULTURA NO RJ			002780
Descrição da Recomendação			
Adotar os mecanismos de controle considerados necessários e suficientes para evidenciar o adequado acompanhamento da utilização, do abastecimento, dos registros de entrada e saída de veículos e demais regramentos previstos na IN 01, de 21/06/2007, da SLTI do MPOG, que disciplina o uso de veículos oficiais, orientando os servidores detentores de Cartões de Pagamento do Governo Federal (CPGF) quanto à regularidade dos registros dos documentos comprobatórios que deverão instruir as prestações de contas de processos de suprimentos de fundos por intermédio de cartões de pagamento.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Divisão de Apoio Administrativo - DAD			083406
Síntese da Providência Adotada			
Solicitação da inclusão do curso de capacitação para utilização dos Cartões de Pagamento do Governo Federal no PAEC para o exercício de 2013, visando a orientação dos servidores no que tange a instrução das prestações de contas de processos de suprimentos de fundos.			
Síntese dos Resultados Obtidos			
Apesar da inclusão do curso para capacitação dos servidor para utilização dos Cartões de Pagamento do Governo Federal no PAEC, o mesmo ainda não foi implementado.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
O fator negativo para a resolução desta recomendação foi o atraso na implementação do PAEC 2013. No entanto, a SFA/RJ, através do Programa Oficina de Multiplicadores, busca a disseminação do conhecimento, tendo como referência a legislação pertinente e a experiência de servidores atuantes na área. Neste contexto, foi aplicada a Oficina para a Prestação de Contas e Suprimento de Fundos, pelo Chefe do Setor Financeiro da SFA/RJ.			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
3	201203378	002	NOTA DE AUDITORIA
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
SUPERINTENDENCIA FEDERAL DE AGRICULTURA NO RJ			002780
Descrição da Recomendação			
Solicitar aos servidores que apresentem, no documento utilizado para a prestação de contas de despesas com abastecimento, apensando às respectivas prestações de contas, além dos documentos fiscais e de compra com cartão, as informações pertinentes à atividade de fiscalização a ser executada, como o itinerário e logradouro de origem e destino, e a finalidade da viagem, sempre que inexistir ordem de serviço específica para tal atividade.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Divisão de Apoio Administrativo - DAD			083406
Síntese da Providência Adotada			
Utilização do Sistema de Controle de Veículos Automotores – SCVA.			
Síntese dos Resultados Obtidos			

Com a implementação do novo sistema de controle de veículos, o SCVA, o fluxo de entrada e saída de veículos foi otimizado, aumentando o registro das informações para liberação dos mesmos, cujos relatórios são acompanhados pelo Setor de Transporte, via web.
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor
Os fatores que prejudicaram a perfeita implementação do sistema foram a baixa qualidade da rede, para utilização on line, e dos equipamentos, principalmente no interior do Estado.

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
MINISTERIO DA AGRICULTURA, PECUARIA E ABASTECIMENTO			000014
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
3	201203378	001	NOTA DE AUDITORIA
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
SUPERINTENDENCIA FEDERAL DE AGRICULTURA NO RJ			002780
Descrição da Recomendação			
Adotar os procedimentos administrativos necessários à divulgação, no sítio eletrônico da SFA/RJ (link “transparência pública” (dos editais de licitação para contratações efetuadas com recursos provenientes dos orçamentos da União, obedecendo aos prazos de divulgação e de manutenção da informação estabelecidos pela legislação em vigor.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Divisão de Apoio Administrativo - DAD			083406
Síntese da Providência Adotada			
A SFA/RJ ainda está aguardando do MAPA em Brasília, as orientações para ativação do site da SFA/RJ, para que os editais publicados no sítio do COMPRASNET, também possam ser ali registrados.			
Síntese dos Resultados Obtidos			
Ainda não houve a criação do site da SFA/RJ, no entanto, a alta Administração tem viabilizado esforços na criação do Blog da SFA, que encontra-se em fase de conclusão.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
O fato que prejudicou o atendimento a esta recomendação foi a não criação da página para a SFA/RJ, pelo suporte em Brasília.			

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
MINISTERIO DA AGRICULTURA, PECUARIA E ABASTECIMENTO			000014
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
4	201203378	002	NOTA DE AUDITORIA
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
SUPERINTENDENCIA FEDERAL DE AGRICULTURA NO RJ			002780
Descrição da Recomendação			
Proceder à tentativa de repactuação junto à empresa contratada, do percentual de desconto por ela oferecido para a execução do objeto do Pregão Eletrônico nº 03/2011, tendo por base a existência de ata de registro de preços vigente na qual é ofertado pela mesma empresa, percentual de desconto maior.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG

Divisão de Apoio Administrativo - DAD	083406
Síntese da Providência Adotada	
Foi enviado Ofício/SCC/DAD/SFA/RJ nº 19, de 19/07/2012, para solicitação da repactuação, sem obtermos resposta da empresa.	
Síntese dos Resultados Obtidos	
Não houve resposta ao Ofício. O contrato foi encerrado e novo procedimento licitatório foi iniciado.	
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor	

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
MINISTERIO DA AGRICULTURA, PECUARIA E ABASTECIMENTO			000014
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
5	201203378	001	NOTA DE AUDITORIA
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
SUPERINTENDENCIA FEDERAL DE AGRICULTURA NO RJ			002780
Descrição da Recomendação			
Providenciar tempestivamente os registros de informações dos imóveis no Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial da União – SPIUNET, complementando aqueles que porventura não foram realizados.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Divisão de Apoio Administrativo - DAD			083406
Síntese da Providência Adotada			
Revisão e atualização dos registros.			
Síntese dos Resultados Obtidos			
Os referidos registros estão em fase de atualização, no sistema.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
A desatualização do sistema, que depende de contrato junto a sede do MAPA em Brasília, dificultou o cumprimento desta recomendação.			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
5	201203378	002	NOTA DE AUDITORIA
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
SUPERINTENDENCIA FEDERAL DE AGRICULTURA NO RJ			002780
Descrição da Recomendação			
Fazer gestões junto ao Ministério da Agricultura (MAPA) com vistas a viabilizar a adoção das providências financeiras e de gestão para a realização dos reparos considerados urgentes nas instalações e estruturas comprometidas na SFA/RJ.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Divisão de Apoio Administrativo - DAD			083406
Síntese da Providência Adotada			
Solicitação de recursos e emissão de relatório das necessidades da SFA/RJ.			
Síntese dos Resultados Obtidos			
Através do Memo 008/CGAS/SE, foram priorizadas 03 ações a serem desenvolvidas no plano de melhorias da			

SFA/RJ, são elas: Reforma da Subestação de energia, reforma da escada de incêndio e reforma da rede hidráulica, no entanto, somente os recursos para a reforma da subestação foram liberados, e o processo licitatório, encontra-se em andamento.

Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor

Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
5	201203378	003	NOTA DE AUDITORIA
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
SUPERINTENDENCIA FEDERAL DE AGRICULTURA NO RJ			002780
Descrição da Recomendação			
Aprimorar os controles internos da SFA/RJ quanto ao cumprimento do prazo estabelecido pelo TCU para encaminhamento ao Órgão de Controle Interno dos atos de concessão no âmbito da Superintendência Regional.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Divisão de Apoio Administrativo - DAD			083406
Síntese da Providência Adotada			
Revisão dos controles internos.			
Síntese dos Resultados Obtidos			
Atualização dos controles internos.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			

d) Situação das recomendações do OCI que permanecem pendentes de atendimento no exercício.

Vide a descrição apresentada para o **Quadro A.10.3**.

10.2. Informações sobre o cumprimento das obrigações estabelecidas na Lei nº 8.730, de 10 de novembro de 1993, relacionadas à entrega e ao tratamento das declarações de bens e rendas.

A SUPERINTENDÊNCIA FEDERAL DE AGRICULTURA NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO DECLARA, PARA FIM DO DISPOSTO NA LEI 8.730, DE 10 DE NOVEMBRO DE 1993, QUE TODOS OS SERVIDORES QUE COMPÕEM O ROL DE RESPONSÁVEIS, INCLUSIVE O CONTADOR, APRESENTARAM DECLARAÇÃO DE BENS E RENDAS EXERCÍCIO 2012 - ANO BASE 2011.

◊QUADRO A.10.5 – DEMONSTRATIVO DO CUMPRIMENTO, POR AUTORIDADES E SERVIDORES DA UJ, DA OBRIGAÇÃO DE ENTREGAR A DBR				
Detentores de Cargos e Funções obrigados a entregar a DBR	Situação em relação às exigências da Lei nº 8.730/93	Momento da Ocorrência da Obrigação de Entregar a DBR		
		Posse ou Início do exercício de Função ou Cargo	Final do exercício da Função ou Cargo	Final do exercício financeiro
Autoridades	Obrigados a entregar a DBR	0	0	0

(Incisos I a VI do art. 1º da Lei nº 8.730/93)	Entregaram a DBR	0	0	0
	Não cumpriram a obrigação	0	0	0
Cargos Eletivos	Obrigados a entregar a DBR	0	0	0
	Entregaram a DBR	0	0	0
Funções Comissionadas (Cargo, Emprego, Função de Confiança ou em comissão)0	Não cumpriram a obrigação	0	0	0
	Obrigados a entregar a DBR	1	1	22
	Entregaram a DBR	1	1	22
	Não cumpriram a obrigação	0	0	0
Fonte: SIAPE 2012				

10.3. Declaração da área responsável atestando que as informações referentes a contratos e convênios ou outros instrumentos congêneres estão disponíveis e atualizadas, respectivamente, no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG e no Sistema de Gestão de Convênios, Contratos de Repasse e Termos de Parceria – SICONV, conforme estabelece o art. 19 da Lei nº 12.465 de 12 de agosto de 2011.

◊Quadro A.10.6 – Declaração de atualização de dados no SIASG E SICONV

DECLARAÇÃO

Eu, BERNARDO RAMOS ARISTON, CPF nº 006.011.147-01, Superintendente Federal, exercido na Superintendência Federal de Agricultura no Estado do Rio de Janeiro, declaro junto aos órgãos de controle interno e externo que todas as informações referentes a contratos, convênios e instrumentos congêneres firmados até o exercício de 2012 por esta Unidade estão disponíveis e atualizadas, respectivamente, no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG e no Sistema de Gestão de Convênios, Contratos de Repasse e Termos de Parceria – SICONV, conforme estabelece o art. 19 da Lei nº 12.309, de 9 de agosto de 2010 e suas correspondentes em exercícios anteriores.

Rio de Janeiro, 31 de março de 2012.

BERNARDO RAMOS ARISTON
CPF Nº 006.011.147-01
Superintendente Federal / SFA/RJ

11. INFORMAÇÕES CONTÁBEIS

11.1. Informações sobre a adoção de critérios e procedimentos estabelecidos pelas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicada ao Setor Público NBC T 16.9 E NBC T 16.10, publicadas pelas Resoluções CFC nº 1.136/2008 e 1.1,7/2008, respectivamente

para o tratamento contábil da depreciação, depreciação, da amortização e da exaustão de itens do patrimônio e avaliação e mensuração de ativos e passivos da unidade.

Os tópicos deste item 11 estão justificados conforme orientação da Coordenação de Contabilidade em Brasília.

- a) Se a UJ está ou não está aplicando os dispositivos contidos nas NBC T 16.9 e NBC T 16.10;

A UJ não está aplicando os dispositivos contidos nas NBCT 16.9 E NBCT 16.10;

- b) Justificativas em caso de resposta negativa à alínea “a” acima.

A aplicação dos dispositivos estabelecidos pelas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicada ao Setor Público depende da Coordenação de Contabilidade – CCONT/SPOA em Brasília.

Esta coordenação informou que quanto a este item, estão em contato permanente junto à Coordenação-Geral de Logística e Serviços Gerais CGLSG a qual nos apresentou copia do Termo de Referencia referente a manutenção e suporte técnico do software de gestão ASI, módulos de patrimônio mobiliário e almoxarifado onde o motivo maior da contratação foi exatamente a implantação do modulo de depreciação/amortização. Com isso a setorial de contabilidade acompanhará de forma pontual a implantação no decorrer do exercício corrente.

Desta forma, justifica-se que não foi disponibilizado um sistema de patrimônio para o MAPA.

- c) Metodologia adotada para estimar a vida útil econômica

Não estamos adotando nenhum método haja vista que os trabalhos não foram iniciados ainda no MAPA;

- d) A metodologia de cálculo da depreciação, amortização e exaustão.

Não estão sendo aplicados.

- e) As taxas utilizadas para os cálculos

Não estão sendo aplicados.

- f) A metodologia adotada para realizar a avaliação e mensuração das disponibilidades, dos créditos e dívidas dos estoques dos investimentos, do imobilizado, do intangível e do diferido.

Não estão sendo aplicados.

- g) O impacto da utilização dos critérios contidos nas NBC T 16.9 E NBC 16.10 sobre o resultado apurado pela UJ no exercício.

Não estão sendo aplicados.

11.2. Declaração do contador responsável por unidade jurisdicionada que tenha executado sua contabilidade no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – SIAFI que as Demonstrações Contábeis (Balanço Patrimonial Orçamentário, Balanço Financeiro, Demonstração da Variações Patrimoniais, Demonstração dos Fluxo de Caixa e Demonstração do Resultado Econômico) previstas pela nº 4.320, de 17 de março de 1964, e pela Norma Brasileira de Contabilidade Aplicada ao Setor Público NBC T 16.6 aprovada pela Resolução CFC nº1.133/2088, assim como o demonstrativo levantado por unidade gestora responsável – UGR (válido apenas para as unidades gestoras não executoras) relemem a adequada situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta relatório de gestão



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
Secretaria-Executiva
Subsecretaria de Orçamento, Planejamento e Administração
Coordenação-Geral de Administração de Pessoas
Coordenação de Administração de Pessoal

DECLARAÇÃO

Declaro para os devidos fins, que os servidores abaixo relacionados, arrolados nas contas referentes ao exercício 2012, da Coordenação de Contabilidade, estão em dia com a entrega das cópias das declarações de bens e rendas, em observância ao disposto na Lei nº 8.730, de 10 de novembro de 1993, e em conformidade com o item 08, da parte A, do anexo II à Decisão Normativa TCU nº 108, de 24 de novembro de 2010.

- Alberto Jerônimo Pereira
- José Calazans dos Santos

Brasília, 06 de fevereiro de 2013

JOSE LUIS DA SILVA
Coordenador-Geral de Administração de Pessoas

ONFERE COM O ORIGINAL

Alberto Jerônimo Pereira
Coordenador de Contabilidade
CRC-006624/T-8 GO
CCONT/SPOA/SE/MAPA

QUADRO A.11.2 – DECLARAÇÃO DE QUE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO EXERCÍCIO NÃO REFLETEM CORRETAMENTE A SITUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA, FINANCEIRA E PATRIMONIAL DA UNIDADE JURISDICIONADA

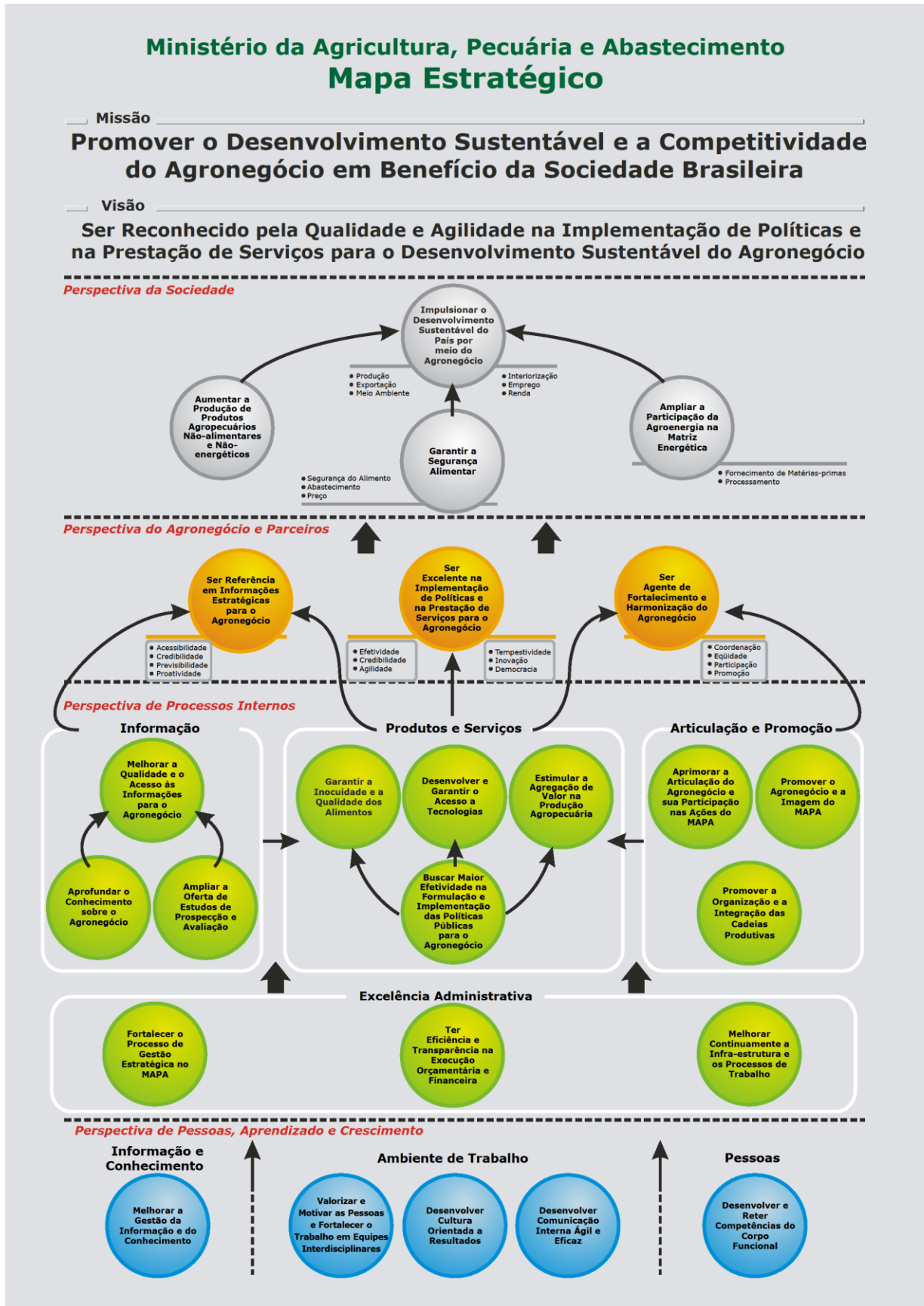
DECLARAÇÃO DO CONTADOR			
Denominação completa (UJ):		Código da UG:	
SUPERINT. FED. DE AGRIC. , PEC. E ABASTECIMENTO /RJ		130063	
<p>Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do SIAFI (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e a Demonstração das Variações Patrimoniais, do Fluxo de Caixa e do Resultado Econômico), regidos pela Lei n.º 4.320 e pela Norma Brasileira de Contabilidade Aplicada ao Setor Público NBCT 16.6 aprovada pela Resolução CFC nº 1.133/2008, relativos ao exercício de 2012, refletem adequada e integralmente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão, EXCETO no tocante a:</p> <p style="margin-left: 40px;">a) 002 FALTA REG. CONT. DEB-CRED. LANÇADOS PELO BANCO b) 006 FALTA DE ATUALIZ. MONET. DE ATIVOS CIRCULANTES c) 158 DEMAIS IMPROPRIEDADES REGISTRO DE CONTRATOS d) 206 FALTA RECOLHIMENTO DE OBRIGAÇÕES e) 458 FALTA DE RECLASSIFICAÇÃO DESPESA SUPRIM. FUNDO f) 951 FALTA/ RESTRIÇÃO CONFORM. REGISTROS-GESTÃO</p> <p>Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.</p>			
Local	Brasília, DF	Data	31 de dezembro de 2012
Contador Responsável	Alberto Jeronimo Pereira	CRC nº	006624/T-8 GO

12. OUTRAS INFORMAÇÕES SOBRE A GESTÃO

12.1. Outras informações consideradas relevantes pela unidade para demonstrar a conformidade e o desempenho da gestão no exercício.

13. ANEXO I

Quadro 1 – MAPA ESTRATÉGICO



Quadro 2 – Atividades realizadas pelo PI CETORGAN1, constante no item 4.1.4 deste relatório.

DATA	LOCAL	ATIVIDADE	DESCRIÇÃO
13 e 14-mar	RIO DE JANEIRO	Oficina SPG/OCS	Oficina de Formação de Multiplicadores em Regularização de Grupos de Agricultores a Legislação Orgânica Brasileira, via SPG e OCS, nos estados do Rio de Janeiro e Espírito Santo.
26 a 30-mar	BRASILIA	Convocação da COAGRE/SDC para análise de produtos fitossanitários	Participação em Grupo de Trabalho para análise de eficiência de produtos fitossanitários com uso aprovado para agricultura orgânica.
3 e 4-mai	VISCONDE DE MAUÁ	Reunião com produtores orgânicos e vistoria a unidades de produção	Reunião com produtores orgânicos de Visconde de Mauá, no município de Resende/RJ, com objetivo de regularização do grupo via Organização de Controle Social (OCS) ou Sistema Participativo de Garantia (SPG), frente à legislação da produção orgânica. Com participação da ABIO e do SEBRAE/RJ. Visita técnica e vistoria a unidades de produção orgânicas e em transição agroecológica com produção animal e vegetal. Entrega dos Cadernos do Plano de Manejo Orgânico.
7 a 11-mai	BRASILIA	Convocação da COAGRE/SDC para análise de produtos fitossanitários orgânica	Participação em grupo de trabalho para análise de eficiência de produtos fitossanitários com uso aprovado para agricultura orgânica.
9/mai	PETRÓPOLIS TERESÓPOLIS	Reunião com produtores orgânicos e vistoria a unidades de produção	Visita de verificação da conformidade junto ao SPG/ABIO na propriedade do Sr. Maurício em Itaipava/Petrópolis (produção de ovos). Participação em reunião de apresentação de resultados do projeto Quintais Agroecológicos na Região Serrana em Teresópolis.
14-mai	SEROPÉDICA	Aula sobre Legislação Federal da Agricultura Orgânica	Ministrada no curso de Mestrado em Agricultura Orgânica - CFAAO - Fazendinha Agroecológica/km 47 – Seropédica.
27 a 29-jun	STO ANTONIO DE PÁDUA	Merconoroeste	Proferir palestra para divulgação da legislação federal da produção orgânica, incentivar o cadastramento de OCS.
06-jul	NOVA IGUAÇU	Cadastramento de OCS	Esclarecimentos sobre a adequação ao cadastramento de OCS. Distribuição de cadernos do plano de manejo orgânico a agricultores familiares da UNIVERDE - Nova Iguaçu/RJ, em parceria com a ASPTA.
24-set	VASSOURAS	Distribuição dos Cadernos do Plano de Manejo Orgânico	Distribuição de 15 cadernos do Plano de Manejo Orgânico a produtores do SPG/ABIO Grupo Tinguá Orgânico. Esclarecimentos sobre a legislação.
11 e 12-set	SÃO JOSÉ DO VALE DO RIO PRETO	Fiscalização da qualidade orgânica acompanhando fiscais do FISCINAN/SEFAG na fábrica de ração orgânica No Ramo.	Gerado Termo de Fiscalização 01/106/2012-RJ.

01 a 05-out	BRASÍLIA	Treinamento na COAGRE/SDC	Treinamento para auditores líderes e capacitação em auditoria na aplicação dos mecanismos de garantia da qualidade orgânica
15 a 19-out	BRASÍLIA	Treinamento na COAGRE/SDC	Treinamento para FFA's e capacitação em auditoria na aplicação dos mecanismos de garantia da qualidade orgânica
5 a 9-nov	BRASILIA	Convocação da COAGRE/SDC para análise de produtos fitossanitários	Participação em Grupo de Trabalho para análise de eficiência de produtos fitossanitários com uso aprovado para agricultura orgânica.
5 a 9-nov	RIO DE JANEIRO	Auditoria Sistema Participativo de Garantia ABIO	Auditoria MAPA para supervisão de credenciamento da entidade ABIO. Auditoria testemunha em unidades de produção orgânica vinculadas à OPAC ABIO. .Verificação da atuação do SPG através da Comissão de Avaliação nas visitas de verificação à unidade de produção; de reunião de grupo vinculado ao SPG e visita surpresa do OPAC.
28 a 30-nov	MACAÉ	Cadastramento de OCS	Incentivar o cadastramento de Organização de Controle Social de agricultores familiares orgânicos em Sana/Macaé. Distribuição de cadernos do plano de manejo orgânico a agricultores familiares.
26 a 30-nov	FLORIANÓPOLIS	Auditoria Certificadora ECOCERT	Realização de Auditoria conjunta MAPA/INMETRO para supervisão de credenciamento OAC-certificadora por auditoria-ECOCERT, de acordo com a Lei 10831/2003 e seus regulamentos.
10 e 11-dez	CARMO	Auditoria Certificadora INT	Realizar auditoria conjunta MAPA/INMETRO para supervisão de credenciamento de OAC-certificadora por auditoria (INT), de acordo com a Lei 10.831/2003 e seus regulamentos.
10 a 14-dez	SÃO PAULO	Auditoria Certificadora OIA	Auditoria MAPA para supervisão de credenciamento da certificadora OIA - Agricontrol Ltda.

Quadro 3 – Atividades realizadas pelo PI APOIOAGRIC, constante no item 4.1.4 deste relatório.

Reuniões da Câmara Técnica de Crédito e Agricultura Familiar do Conselho Estadual de Desenvolvimento Sustentável do Estado do Rio de Janeiro – CTCAF\CEDRUS\RJ

Data	Evento	Descrição	Local	Participantes
07\02\2012	77ª Reunião Ordinária da CTCAF\RJ	Análise e deliberação sobre os pontos de pauta.	Auditório da Secretaria de Estado de Agricultura e Pecuária do RJ, Niterói\RJ – SEAPEC\RJ	BANCO DO BRASIL, EMATER-RIO, PESAGRO - RIO, FETAG . RJ, Coordenação da CTCAF.RJ, FIPERJ, DFDA\MDA e DPDAG\SFA-RJ.
05\06\2012	78ª Reunião Ordinária da CTCAF\RJ	Análise e deliberação sobre os pontos de pauta.	Auditório da Superintendência de Difusão da SEAPEC\RJ - Niterói\RJ	Coordenador da CTCAF\RJ, Secretaria-Executiva da CTCAF \ RJ; técnicos da DPDAG \ SFA - RJ; UNACOOOP; MDA\RJ; ITC\RJ; PESAGRO-RIO; UTE do Crédito Fundiário etc.
24\10\2012	52ª Reunião Extraordinária da CTCAF\RJ	Análise e deliberação sobre os pontos de pauta.	Auditório da Secretaria de Estado de Agricultura e Pecuária do RJ, Niterói\RJ – SEAPEC\RJ	Coordenador da CTCAF\RJ, Assistente da CTCAF\RJ, Delegacia\RJ do MDA, Gerente do Crédito Rural da Emater-Rio, Pesagro-Rio, IDACO, técnicos da Unidade Técnica Estadual - UTE\RJ do Crédito Fundiário, DPDAG\SFA-RJ, entre outros.

Quadro 4 – Atividades realizadas pelo PI APOIOAGRIC, constante no item 4.1.4 deste relatório.

Reuniões da Comissão de Sementes e Mudanças no Estado do Rio de Janeiro – CSM\RJ e de suas Subcomissões Técnicas

Data	Evento	Descrição	Local	Participantes
09\02\2012	1ª Reunião de 2012, da Subcomissão Técnica de Sementes e Mudanças Florestais da CSM\RJ.	Análise e deliberação sobre os pontos de pauta.	Auditório do INEA\RJ, Centro - Rio de Janeiro\RJ	Biovert, Embrapa-Agrobiologia, Emater-Rio, INEA, SEFAG\SFA\RJ, DPDAG\SFA-RJ, UERJ, FIRJAN, JBRJ, Signus Vitae, AEARJ, Instituto Ipanema.
16\02\2012	1ª Reunião de 2012, da Subcomissão Técnica de Sementes e Mudanças de Plantas Medicinais, da CSM\RJ	Análise e deliberação sobre os pontos de pauta.	Auditório, da SFA-RJ, Centro - Rio de Janeiro\RJ	DPDAG\SFA-RJ, SEFAG\SFA-RJ, FIOCRUZ, Produtores rurais.
29\03\2012	2ª Reunião de 2012, da Subcomissão Técnica de Sementes e Mudanças de Plantas Medicinais, da CSM\RJ	Análise e deliberação sobre os pontos de pauta.	Auditório, da SFA\RJ, Centro - Rio de Janeiro\RJ	INEA \ RJ; AEARJ; UFRRJ; SEFAG\SFA-RJ; e DPDAG\SFA-RJ .
31\10\2012	2ª Reunião da Subcomissão Técnica de Sementes e Mudanças Florestais, da CSM\RJ.	Análise e deliberação sobre os pontos de pauta.	Auditório da SFA-RJ, Centro - Rio de Janeiro\RJ	Responsável Técnico de Viveiros de Eucalipto; Embrapa Agrobiologia; DPDAG\SFA-RJ; INEA\RJ; Embrapa Solos; FioCruz; UFRRJ; Associação Pró-Mudanças Rio, entre outros.
31\10\2012	1ª Reunião Ordinária da Comissão de	Análise e deliberação	Auditório da SFA\RJ, Rio de	Embrapa Agrobiologia; DPDAG\SFA-RJ; INEA\RJ; Embrapa Solos;

	Sementes e Mudanças no RJ – CSM\RJ.	sobre os pontos de pauta.	Janeiro\RJ	Responsável Técnico de Viveiros de Eucalipto; FioCruz; UFRRJ; AEARJ; Jardim Botânico\RJ; entre outros.
07\11\2012	CSM\RJ -Encontro	Encontro Científico da Subcomissão Técnica de Sementes e Mudanças Florestais da CSM\RJ - Mapa.	Auditório 11, da Universidade Estadual do Rio de Janeiro - UERJ\RJ.	Palestrantes: Embrapa Solos; DPDAG\SFA-RJ; Empresa Signus Vitae; Jardim Botânico\RJ; UFRRJ; Secretaria de Estado do Ambiente – SEA\RJ; Associação Pró-Mudas.Rio. Participantes: INEA\RJ; UERJ; DPDAG\SFA-RJ; Pres. da AEARJ; Embrapa Solos; Empresa Mudar Ambiental; entre outros.

Quadro 5 – Atividades realizadas pelo PI APOIOAGRIC, constante no item 4.1.4 deste relatório.

Participação no Grupo de Coordenação das Estatísticas Agropecuárias do RJ – GCEA\IBGE\RJ

Data	Evento	Descrição	Local	Participantes
19\12\2012	147ª Reunião do Grupo de Coordenação das Estatísticas Agropecuárias do RJ – GCEA\IBGE-RJ.		Sede IBGE, – Rio de Janeiro\RJ.	IBGE; CONAB\RJ; Emater; CEASA; DPDAG\SFA-RJ, entre outros.

Quadro 6 – Atividades realizadas pelo PI APOIOAGRIC, constante no item 4.1.4 deste relatório.

Participação em Eventos referentes ao Grupo de Trabalho instalado pela Portaria SFA\RJ nº 831, de 27\12\2012, sobre Controle da Inflação dos Alimentos e demais Produtos Agropecuários.

Data	Evento	Descrição	Local	Participantes
28\12\2012	Reunião sobre índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA\IBGE, dos Alimentos		IBGE, Centro - Rio de Janeiro\RJ.	Coordenadora SNIPC\IBGE\RJ e técnico da DPDAG\SFA-RJ.

Quadro 7 – Atividades realizadas pelo PI APOIOAGRIC, constante no item 4.1.4 deste relatório.

Outros eventos

Data	Evento	Descrição	Local	Participantes
02\02\2012	Reunião da Comissão Organizadora da Conferência Estadual sobre a Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) na	Convocação pelo Delegado Federal do MDA\RJ. Pauta: Organização da Conferência.	Salão Nobre da Secretaria de Estado da Agricultura e Pecuária do RJ – SEAPEC, Niterói\RJ.	Emater-Rio; CEDRUS\RJ; FIPERJ; Cooperativa Cedro; MST; MDA e DPDAG\SFA-RJ.

	Agricultura Familiar e na Reforma Agrária.			
14\02\2012	Reunião sobre	Produção Integrada Agropecuária – PI Brasil.	sala 803, DPDAG\SFA-RJ.	Coordenador da Produção Integrada Agrícola; Coordenador da Produção Integrada Pecuária; Chefe da DPDAG\RJ, e técnicos da Divisão.
15\02\2012	4ª Vídeo Conferência SDC\MAPA, com DPDAG's das regiões Sul e Sudeste .	Pauta: POA 2012 SDC \ MAPA, entre outros assuntos.	Sala 801,da SFA\RJ	Técnicos da DPDAG\SFA-RJ
28\05\2012	Debate	Gestão Sustentável de Recursos Hídricos.	Centro Cultural da Light – Centro, Rio de Janeiro\RJ.	Palestrantes: Presidente da Light e ex-Presidente da ANA; Diretor da COPPE \ UFRJ, Fundão, Rio de Janeiro\RJ; Ex-Ministro da Agricultura do Chile, Coordenador do Projeto RIO RURAL da Secretaria de Agricultura RJ. Participantes: DPDAG\SFA-RJ, Pres. AEARJ; entre outros
30\05\2012	Debates preparatórios para a Rio + 20	Soberania Alimentar. Uso dos Recursos Naturais e Florestas.	Clube de Engenharia Rio de Janeiro\RJ.	Palestrantes: Técnico da DPDAG \ SFA-RJ; do INEA\RJ e Pesquisador da Embrapa Solos. Participantes: DPDAG\SFA-RJ; Clube de Engenharia, Pres. AEARJ; entre outros.
27\08\2012	Reunião da DPDAG\SFA-RJ com a equipe do Programa Rio Rural, da Secretaria de Estado de Agricultura e Pecuária - SEAPEC.RJ.	Apresentação dos trabalhos que estão sendo realizados que poderiam ter atuação em conjunto.	SEAPEC\RJ em Niterói\RJ.	Pela DPDAG\SFA-RJ, técnicos da Produção Orgânica, do Plano ABC, entre outros e pelo Rio Rural, Superintendente do Programa, entre outros.
31\08\2012		Lançamento do Plano Safra da Agricultura Familiar 2012/2013 para o Estado do Rio de Janeiro.	Auditório do 6º andar da Assembleia Legislativa do Estado do RJ – ALERJ, Centro – Rio de Janeiro\RJ.	Mesa: Secretário de Estado da Secretaria de Agricultura e Pecuária; Deputado Estadual; Secretário do MDA; Delegado do MDA no RJ; Superintendente do Incra no RJ; representantes dos movimentos sociais, entre outros.
07\09\2012		9º Encontro de produtores de flores e plantas ornamentais de Itaboraí\RJ – 9ª ITAFLORES.	Teatro Municipal de Itaboraí\RJ.	Palestrantes: Eng. Agr. Da Prefeitura de Itaboraí e Organizador do Evento; MDA\RJ; Coord. Programa Florescer da SEAPEC; EMATER-RIO; Coop. Cedro e DPDAG\SFA-RJ\Mapa. Participantes: Produtores de Flores

				e Plantas Ornamentais.
18\09\2012	Terças Tecnológicas do INT.	Palestra sobre Desenvolvimento de embalagens sustentáveis para frutas e hortaliças.	INT – Instituto Nacional de Tecnologia, Av. Venezuela 82, 4º andar, Rio de Janeiro\RJ.	Palestrantes: do INT. Participantes: Estudantes, Técnicos, DPDAG\SFA-RJ, técnicos do INT, entre outros.
04\10\2012		Premiação dos Destaques da Revista “A Lavoura” 2011\2012 – SNA – Sociedade Nacional de Agricultura.	Auditório da CNC – Confederação Nacional do Comércio, Centro – Rio de Janeiro\RJ.	Participantes: Premiados das seguintes instituições: Cooperativa de Barra Mansa; Polo Excelência de Leite e Derivados \ MG; FAO; Bolsa de Brasileira de Mercadorias entre outros; Participantes: Pres. AEARJ, Diretores da SNA, técnico da DPDAG\SFA-RJ, entre outros.
06\10\2012	Dia de Campo	Curso de Classificação de Solos, promovido pela Embrapa Solos e Associação dos Engenheiros Agrônomos do RJ - AEARJ.	Propriedades Rurais em Tanguá\RJ.	Professor: Pesquisadores da Embrapa Solos, Participantes: técnicos da DPDAG\SFA-RJ; da AEARJ; do Ibama; da Divisão de Análise e Gestão Ambiental da Eletrobrás, entre outros.
16 a 18\10\2012		Curso sobre GPS.	Sala 812 da DPDAG\SFA\ RJ e prática na praça da rua Barão de Tefé.	Professor do SENAR\RJ: Participantes: técnicos da DPDAG\SFA-RJ, entre outros.
30\10\2012	I Seminário de Validação de Ações ao Plano Sustentabilidade Institucional da SEAPEC\RJ e Vinculadas (Secretaria de Estado de Agricultura e Pecuária \ RJ; EMATER-RIO e PESAGRO-RIO.	Melhoria de processos e produtos, bem como das relações com as instituições públicas e privadas dos diversos setores que atuam no desenvolvimento rural.	Auditório do Praia Clube São Francisco, Niterói\RJ.	Abertura: Secretário de Estado de Agricultura e Pecuária e Superintendente de Desenvolvimento Sustentável da SEAPEC Participantes: Coordenadora Técnica da Superintendência de Desenvolvimento Sustentável da SEAPEC\RJ; Coordenador da CTCFAF \ CEDRUS \ RJ; Pres. da PESAGRO-RIO; Diretor Técnico e técnicos da EMATER-RIO; da PESAGRO-RIO em Itaocara; da DPDAG\SFA-RJ; entre outros.
26 e 27\11\2012	13º Congresso de Agribusiness . Realização: Sociedade Nacional de Agricultura - SNA.		Auditório da Confederação Nacional do Comércio – CNC, Centro – Rio de Janeiro\RJ.	Palestrantes: Ministra do Meio Ambiente; Pres. Executivo do SEBRAE Nacional; Pres. da Embrapa; Ex-Ministro da Agricultura; Ex-Presidente da Embrapa; Pesquisador da Embrapa; Ex-Mnistro da Agricultura e Diretor Geral da BB\Mapfre Seguros; Secretário de Estado de Agricultura e Pecuária do RJ;

				Diretor do DEPTA\SDC\MAPA; Diretor do Conselho Nacional da Pecuária de Corte; Gestor do Programa Desenvolvimento Rural Sustentável da Divisão de Ação Ambiental, da Itaipu Binacional; entre outros. Participantes: Pres. da AEARJ; Banco do Brasil; DDA e DPDAG\SFA-RJ; Diretor da SNA; entre outros.
27\11\2012	Almoço do Fórum Empresarial de Agroindústria da FIRJAN\CIRJ.	Apresentação do Diagnóstico do PIB do Agronegócio no RJ (2008) e suas repercussões.	Av. Graça Aranha 1 – 2º andar, Centro – Rio de Janeiro\RJ.	Palestrante: Deputado Estadual Pres. da Comissão de Agricultura da ALERJ. Participantes: Coordenador e membros do Fórum; Superintendente da SFA\RJ; técnico da DPDAG\SFA-RJ, entre outros.
06 e 07\12\2012		I Encontro Anual do Fórum Estadual de Combate aos Impactos dos Agrotóxicos – I FECIA.	Auditório do Ministério Público – Centro, Rio de Janeiro\RJ.	Palestrantes: Promotor do MP\RJ; FioCruz; DPDAG\SFA-RJ, Coordenador da Comissão Técnica de Agroecologia; Coordenador de Agroecologia e Produção Orgânica – MAPA; Ministério da Saúde; entre outros. Participantes: Cultivar Orgânico, Emater-Rio; Paty Orgânico; Pres. AEARJ; Pres. Pesagro-Rio; Chefe e técnicos da DPDAG\SFA-RJ; CREA\RJ; entre outros.

Quadro 8 – Atividades realizadas pelo PI FISCONTRATO, constante no item 4.1.4 deste relatório.

Município	Contrato	Ano	Objeto	Data da Fiscalização	Processo
Bom Jardim	0297770-81	2009	Aquisição de uma pá carregadeira	31/ago	21044.004854/2012-71
	0297771-75	2009	Aquisição de uma motoniveladora	31/ago	
	0298689-03	2009	Aquisição de Patrulha Mecanizada, sendo um rolo compactador.	31/ago	
CACHOEIRAS DE MACACU	0261320-73	2008	Retroescavadeira com no mínimo 04 cilindros de injeção direta e tração de 4x2; e, Trator agrícola equipado com motor a diesel com injeção direta e no mínimo 04 cilíndricos com arrefecimento a água, filtro de ar tipo seco com dois elementos.	29/ago	21044.005127/2012-21
CANTAGALO	0324418-88	2010	Aquisição de Patrulha Mecanizada - Motoniveladora	28/ago	21044.004852/2012-81
SÃO SEBASTIÃO DO ALTO	0307779-05	2009	Aquisição de Patrulha Mecanizada – duas retroescavadeiras.	29/ago	21044.004853/2012-26
SAQUAREMA	0280160-49	2008	Duas grades aradoras hidráulicas, dois carros utilitários, um espalhador de calcário, uma carreta de trator, uma motoniveladora, um trator agrícola, uma caminhão caçamba e um caminhão carroceria.	23/ago	21044.005126/2012-86

Quadro 9 - Atividades realizadas pelo PI APPRODUTOR, constante no item 4.1.4 deste relatório.

	PROPOSTA	BENEFICIADO	EMENDA	OBJETO	VALOR GLOBAL	SICONV - nº Convênio	SITUAÇÃO MAPA	SITUAÇÃO CAIXA
1	027693/2012	ANGRA DOS REIS	23750002	Patrulha Mecanizada	476.902,17	779819	Aprovado e empenhado	Não contratado
2	023714/2012	APERIBÉ	23750002	Patrulha Mecanizada	480.000,00	777718	Aprovado e empenhado	Contratado
3	013381/2012	BARRA DO PIRAI	23750002	Patrulha Mecanizada	590.000,00	779799	Aprovado e empenhado	Não contratado
4	042421/2012	BOM JESUS DO ITABAPOANA	33220001	Patrulha Mecanizada	298.500,00	x	Aprovado	Não contratado
5	006703/2012	CACHOEIRAS DE MACACU	17730012	Patrulha Mecanizada	240.000,00	x	Não Aprovado	Não contratado
6	025025/2012	CACHOEIRAS DE MACACU	23750002	Patrulha Mecanizada	480.450,00	781350	Aprovado e empenhado	Contratado
7	018732/2012	CARDOSO MOREIRA	23750002	Patrulha Mecanizada	469.396,00	777763	Aprovado e empenhado	Contratado
8	003666/2012	CORDEIRO	23750002	Patrulha Mecanizada	474.066,00	771455	Não aprovado e empenhado	Contratado
9	029967/2012	IGUABA GRANDE		Patrulha Mecanizada	450.000,00	779990	Aprovado e empenhado	Contratado

10	031010/2012	ITABORAI	23750002	Patrulha Mecanizada	477.000,00	x	Não aprovado	Não contratado
11	033960/2012	ITAPERUNA	27770001	Patrulha Mecanizada	450.000,00	x	Não aprovado	Não contratado
12	29677/2012	ITAPERUNA	31150015	Patrulha Mecanizada	500.000,00	771579	Aprovado e empenhado	Não contratado
13	030018/2012	MIGUEL PEREIRA	23750002	Patrulha Mecanizada	450.000,00	771643	Aprovado e empenhado	Contratado
14	016555/2012	MIRACEMA	33220001	Patrulha Mecanizada	300.000,00	x	Não aprovado	Não contratado
15	018786/2012	NOVA FRIBURGO	23750002	Patrulha Mecanizada	450.000,00	777765	Aprovado e empenhado	Contratado
16	023227/2012	PARAIBA DO SUL	23750002	Patrulha Mecanizada	450.000,00	x	Não aprovado	Não contratado
17	025067/2012	PESAGRO	23970007	Patrulha Mecanizada	450.000,00	771491	Aprovado e empenhado	Contratado
18	016125/2012	PORCIUNCULA	35780002	Patrulha Mecanizada	500.000,00	x	Não aprovado	Não contratado
19	019967/2012	QUISSAMÃ	33220001	Patrulha Mecanizada	300.000,00	x	Não aprovado	Não contratado

20	018797/2012	RESENDE	23750002	Patrulha Mecanizada	450.000,00	18797	Aprovado e empenhado	Contratado
21	028743/2012	RIO BONITO	23750002	Patrulha Mecanizada	450.000,00	777830	Aprovado e empenhado	Não contratado
22	018830/2012	RIO DAS FLORES	23750002	Patrulha Mecanizada	400.000,00	779806	Aprovado e empenhado	Não contratado
23	031134/2012	RIO DAS OSTRAS	17730012	Patrulha Mecanizada	400.000,00	x	Não aprovado	Não contratado
24	016514/2012	SANTA MARIA MADALENA	33220001	Patrulha Mecanizada	400.000,00	777726	Aprovado e empenhado	Contratado
25	031481/2012	SANTO ANTÔNIO DE PÁDUA	23750002	Patrulha Mecanizada	450.000,00	777633	Não aprovado e empenhado	Não contratado
26	029308/2012	SÃO FIDELIS	27770001	Patrulha Mecanizada	450.000,00	x	Não aprovado	Não contratado
27	029344/2012	SÃO FIDELIS	33220001	Patrulha Mecanizada	500.000,00	x	Não aprovado	Não contratado
28	031903/2012	SÃO FRANCISCO DO ITABAPOANA	33220001	Patrulha Mecanizada	300.000,00	x	Não aprovado	Não contratado
29	052448/2012	SÃO GONÇALO	23900009	Patrulha Mecanizada	200.000,00	x	Não aprovado	Não contratado

30	026050/2012	SÃO JOAO DA BARRA	33220001	Patrulha Mecanizada	300.000,00	x	Aprovado e não empenhado	Não contratado
31	027738/2012	SÃO JOSÉ DE UBÁ		Patrulha Mecanizada	310.000,00	x	Não aprovado	Não contratado
32	024216/2012	SÃO SEBASTIÃO DO ALTO		Patrulha Mecanizada	460.000,00	x	Aprovado e não empenhado	Não contratado
33	033051/2012	SAPUCAIA	23750002	Patrulha Mecanizada	450.000,00	780783	Aprovado e empenhado	Não contratado
34	047864/2012	SUMIDOURO	23750002	Patrulha Mecanizada	450.000,00	777767	Aprovado e empenhado	Não contratado
35	033067/2012	TANGUA	23750002	Patrulha Mecanizada	450.000,00	771696	Aprovado e empenhado	Não contratado
36	012726/2012	TERESOPOLIS	27920014	Patrulha Mecanizada	500.000,00	771463	Aprovado e empenhado	Não contratado
37	019050/2012	TRAJANO DE MORAIS	23750002	Patrulha Mecanizada	450.000,00	781937	Aprovado e empenhado	Contratado
38	018809/2012	TRÊS RIOS	23750002	Patrulha Mecanizada	450.000,00	780803	Aprovado e empenhado	Contratado
39	007454/2012	VALENÇA	25030018	Patrulha Mecanizada	R\$ 500.000,00	771267	Aprovado e empenhado	Não contratado
40	018734/2012	VALENÇA	23750002	Patrulha Mecanizada	R\$ 450.000,00	x	Não aprovado	Não contratado
41	003514/2012	VASSOURAS	23750002	Patrulha Mecanizada	450.000,00	777609	Aprovado e empenhado	Contratado
TOTAL DE REPASSE PARA OGU RIO DE JANEIRO					R\$ 17.506.314,17			

Quadro 10 – Atividades realizadas pelo PI APOIOABC, constante no item 4.1.4 deste relatório.

Data	Evento	Descrição	Local	Participantes
05\01\2012	Reunião sobre Plano ABC	Recomendação de Adubação e Calagem para o RJ	Embrapa Solos	Pesquisador da Embrapa Solos e técnico da DPDAG\SFA-RJ
24\01\2012	Plano ABC – Recuperação de Pastagem Degradada. Visita à propriedade leiteira	Análise da implantação de Projeto de Pesquisa em Manejo Agroecológico de pastagem	Propriedade Leiteira, no Resende\RJ	Proprietário e Diretor Técnico da SNA ; Eng. Agrônomo e Veterinário da Secretaria Municipal de Agricultura do município de Resende\RJ; técnico da DPDAG\SFA-RJ, entre outros
10\02\2012	Reunião sobre o Plano ABC – Recuperação de Pastagem Degradada	Análise da implantação de Projeto de Pesquisa em Manejo Agroecológico de pastagem	PESAGRO-RIO, Niterói\RJo	Pesquisador da PESAGRO-RIO e Técnico da DPDAG\SFA-RJ
14\06\2012	Rio + 20, Conferências das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável. Plano ABC – ILPF	Palestra sobre - ILPF – Integração Lavoura Pecuária Floresta.	Pier da Praça Mauá, Pavilhão Agro Brasil, da CNA, Rio de Janeiro\RJ.	Palestrantes: Proprietária da Fazenda Santa Brígida, pesquisador da Embrapa Solos. Participantes: Aberto ao Público.
16\06\2012	Rio + 20, Conferências das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável. Palestra sobre o Plano ABC	Plano ABC – Agricultura e Baixa Emissão de Carbono.	Pier da Praça Mauá, Pavilhão Agro Brasil, da CNA, Rio de Janeiro\RJ.	Palestrantes: Técnico da DPDAG\SFA-RJ. Participantes: Secretário da SDC\MAPA; Pres. do Sistema OCB \ SESCOOP\RJ; técnicos da DPDAG\SFA-RJ, entre outros.
20\06\2012	Rio + 20, Conferências das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável. Plano ABC	Painel sobre o Plano ABC, Agricultura de Baixa Emissão de Carbono	Embrapa Solos, Rio de Janeiro\RJ	Técnicos da DPDAG\SFA-RJ, da SDC\MAPA, do Programa ABC do Banco do Brasil, entre outros.
28\06\2012	Plano ABC – Fixação Biológica de Nitrogênio. Dia de Campo	Uso de Bactérias Fixadoras de Nitrogênio como Inoculante para Aplicação em Milho”. FBN MILHO.	Embrapa Agrobiologia Seropéca\RJ.	Palestrante: Pesquisadora da Embrapa Agrobiologia. Participantes: Técnicos da Emater\Rio, da DPDAG\SFA-RJ, entre outros.
28\06\2012	Plano ABC – Recuperação de Pastagens Degradadas.	Reunião sobre Besouros Coprófagos na (re)ciclagem de Nutrientes em Pastagens.	Embrapa Agrobiologia - Seropédica\RJ	Pesquisador do setor de Ciclagem de Nutrientes e técnico da DPDAG\SFA-RJ
12\07\2012	Plano ABC.	Reunião sobre, Programa ABC e o Rio Rural. Apresentação por técnico da DPDAG\SFA-RJ sobre o Programa ABC e o Plano Agrícola e Pecuário 2012\2013.	SEAPEC\RJ, no Rio de Janeiro\RJ.	Coordenadora Técnica da Superintendência de Desenvolvimento Sustentável da Secretaria de Agricultura e Pecuária do Estado do RJ - SEAPEC\RJ; Economista da FAO – Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação e técnico da DPDAG\SFA-RJ.

27/07/2012	Reunião sobre Programa ABC no Estado do Rio de Janeiro	Ações para incrementar o Programa ABC no Estado do Rio de Janeiro	Banco do Brasil, rua Senador Dantas, 39º andar, Rio de Janeiro\RJ.	técnicos do Banco do Brasil e da DPDAG\SFA-RJ.
23/08/2012	Plano ABC – Fixação Biológica de Nitrogênio.	2º Dia de Campo sobre “Uso de inoculantes na cultura do milho – visualização de unidade demonstrativa na fase de produção de espigas”.	Embrapa Agrobiologia – Fazendinha Km 47 e “Terraço” - Seropédica\RJ	Palestrantes: pesquisadores da Embrapa Agrobiologia e da Embrapa Milho e Sorgo. Participantes: técnicos da DPDAG \ SFA – RJ; da Embrapa Agrobiologia, entre outros,
04/09/2012	Plano ABC	1ª Reunião para Criação do Grupo Gestor Estadual no Rio de Janeiro, do Plano: Agricultura de Baixa Emissão de Carbono	Auditório da SFA.RJ.	Palestrante: Coordenador Nacional do Plano ABC – Depros \ SDC \ Mapa. Participantes: Pres. da PESAGRO-RIO; técnicos da Embrapa Solos; do Banco do Brasil; da SEAPEC\RJ; da EMATER.RIO; da OCB \ SESCOOP \ RJ; DFDA\MDA; do INEA\RJ; Diretor-Pres. da FETAG\RJ; do SEBRAE\RJ e Chefes e Técnicos da SFA\RJ.
06/11/2012	Plano ABC. Recuperação de Pastagens Degradadas	Seminário – Balanço de Carbono no Processo de Recuperação de Pastagens Degradadas.	Auditório da Embrapa Solos, Rio de Janeiro\RJ.	Palestrantes: Técnico do Rio Rural\SEAPEC\RJ; da Embrapa Solos; da Pesagro.Rio; da FAO; Participantes: Rio Rural\SEAPEC; Embrapa Agrossilvipastoril; Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de SP; Emater.Rio; Pesagro.Rio; DPDAG\SFA-RJ, entre outros.
12/12/2012	Plano ABC	Reunião Interna SEAPEC\RJ e DPDAG\SFA-RJ para Criação do Grupo Gestor Estadual no RJ, do Plano ABC.	Superintendência de Desenvolvimento Sustentável da SEAPEC\RJ, Niterói\RJ.	SEAPEC\RJ e DPDAG\SFA-RJ.
17/12/2012	Plano ABC e Cooperativismo.	Reunião sobre Cooperativismo no Estado do RJ. Promoção SNA, OCB \ SESCOOP \ RJ. Pauta: Plano ABC; Ações Frente Parlamentar da Agricultura, da ALERJ, Ações OCB\SESCOOP na Agropecuária RJ.	SNA – Sociedade Nacional de Agricultura, Rio de Janeiro\RJ.	Pres. SNA; Diretor SNA; Deputados Estaduais da Frente Parlamentar do Cooperativismo, da ALERJ; OCB \ SESCOOP - RJ e Representante Estadual Ramo Agropecuário OCB \ RJ; Chefe DPDAG\SFA-RJ; técnico da DPDAG\SFA-RJ, entre outros.

Quadro 11 – Atividades realizadas pelo PI DEHEFLOR13, constante no item 4.1.4 deste relatório.

Data	Evento	Descrição	Local	Participantes
12/07/2012	Plano ABC – Florestas Plantadas.	13º Encontro do Fórum Florestal Fluminense	Clube de Engenharia, Rio de Janeiro\RJ	Mesa: Pres. APEFERJ e Pres. AEARJ. Participantes: Técnicos do Banco do Brasil, da Emater-Rio, da DPDAG\SFA-RJ, entre outros.
08/10/2012	Plano ABC – Florestas Plantadas.	I Encontro Anual de Produtores de Sementes e Mudas Florestais do Estado do RJ. Apresentação sobre a Associação de Produtores – Pró-Mudas Rio e sobre o RENASEM.	Auditório Gustavo Dutra – UFRRJ, Seropédica\RJ.	Palestrantes: Pres. da Pró-Mudas Rio; e Mestrando da UFRRJ. Participantes: Técnicos do INEA\RJ; da DPDAG\SFA-RJ; da Embrapa Agrobiologia; da Emater-Rio; responsáveis técnicos e produtores de mudas; professores da UFRRJ; entre outros.

Quadro 12 – Atividades realizadas pelo PI DESENORG, constante no item 4.1.4 deste relatório.

DATA	LOCAL	ATIVIDADE	DESCRIÇÃO
9-fev	RIO DE JANEIRO	Reunião preparatória para a Conferência Estadual de Assistência Técnica e Extensão Rural - 1ª CEATER	Participação na reunião com outras instituições afins ao tema a convite da Delegacia Federal do MDA no RJ.
14 a 15-fev	RIO DE JANEIRO	Reunião ampliada da Articulação de Agroecologia no Rio de Janeiro (AARJ)	Apoio a realização da reunião ampliada da Articulação de Agroecologia no Rio de Janeiro.
15 a 16-fev	SETE LAGOAS/MG	Reunião Técnica - Programa Bancos Comunitários de Sementes de Adubos Verdes	Participar de reunião para elaborar metodologia adequada a formação dos bancos de sementes de adubos verdes. Reunião em Sete Lagoas/MG.
5 a 6-mar	RIO DE JANEIRO	Oficina de capacitação - Programa Bancos Comunitários de Sementes de Adubos Verdes	Realização da II Oficina do Programa Bancos Comunitários de Sementes de Adubos Verdes para uso e manejo de adubos verdes e organização e gestão dos bancos comunitários.
26-mar	RIO DE JANEIRO	1ª Reunião CPOrg-RJ	Pauta: 1. Eleição do representante das ONGs da região sudeste na CNPOrg; 2. Proposta de alteração dos textos da Política e do Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica
2-abr	RIO DE JANEIRO	Reunião técnica do GT Segurança Alimentar e Acesso a mercados (AARJ)	Reunião de articulação para diagnóstico do mercado de venda direta com vistas a discussão no Encontro Metropolitano e organização para participação dos agricultores na FENAFRA.
15-abr	RIO DE JANEIRO	Reunião Orgânicos na Rio+20	Reunião sobre a participação do setor de orgânicos no Rio+20. Estande de gastronomia no Riocentro.
24-abr	RIO DE JANEIRO	Projeto Brasil Orgânico e Sustentável -Copa 2014	“Reunião do Núcleo Temático de Projetos – Copa Orgânica e Sustentável da Câmara Regional de Meio Ambiente e Sustentabilidade”
17 a 19-mai	PARATY	Reunião com produtores em transição agroecológica e vistoria em suas propriedades	Participação na Feira Agroecológica de Paraty, e visitas técnicas aos sítios dos agricultores locais para a verificação da produção orgânica.
22-mai	SAPUCAIA	Implantação de unidade demonstrativa em produção animal orgânica Estação Experimental Arca de Noé / SAPUCAIA.	Participar de reunião técnica de gestores do projeto FAPERJ/Difusão de modelos agroecológicos de produção no centro sul fluminense a ocorrer na Estação Experimental em agroecologia animal da Fazenda Arca de Noé. Na reunião houve vistoria de campo para definição da área a ser implantado o projeto.

23 e 24-mai	NOVA FRIBURGO	Reunião Técnica para formação de rede estadual de agroecologia - Rio Rural	1º Encontro para estruturação da rede de pesquisa, inovação, tecnologia e serviços sustentáveis - Rio Rural. Participaram representantes da SEAPEC, Emater-Rio, UFRRJ, Embrapa Agrobiologia, Embrapa Solos, ABIO, Pesagro e alguns produtores orgânicos.
30/mai	PINHEIRAL	VIII Semana do Alimento Orgânico	VII SEMANA DOS ALIMENTOS ORGÂNICOS NO IFRJ – Campus Nilo Peçanha Pinheiral Apresentação de palestra "O papel do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento no desenvolvimento da Agroecologia e dos Sistemas Orgânicos de Produção”.
4 e 5-jun	VISCONDE DE MAUÁ	Reunião com produtores orgânicos e vistoria a unidades de produção	Reunião com produtores orgânicos de Visconde de Mauá, no município de Resende/RJ, e regularização do grupo via Sistema Participativo de Garantia (SPG)/ABIO, frente à legislação da produção orgânica. Com participação da ABIO. Visita técnica e vistoria a unidades de produção orgânicas e em transição agroecológica com produção animal e vegetal. Entrega dos Cadernos do Plano de Manejo Orgânico.
4 a 6-jun	SEROPÉDICA	VIII Semana do Alimento Orgânico	Oficina de capacitação dos técnicos da Emater e alunos da Escolinha de Agroecologia de Nova Iguaçu na Fazendinha Agroecológica km47/Seropédica.
11 a 22-jun	RIO DE JANEIRO	RIO +20	Participação nos eventos na Embrapa Solos, Visitas a Fazendinha Agroecológica km47, participação nos eventos no Parque dos Atletas/Espaço Brasil, Green Rio, Seminário de Agroecologia promovido pela ANA.
24-jun	SÃO JOSÉ DO VALE DO RIO PRETO	1º Encontro Serrano do SPG ABIO	Participação no encontro serrano do SPG ABIO, onde estiveram presentes os associados da região serrana. Esclarecimento de dúvidas, críticas e sugestões ao aprimoramento do funcionamento do SPG.
25-jun	RIO DE JANEIRO	Reunião técnica do GT Segurança Alimentar e Acesso a mercados (AARJ)	Reunião do GT Segurança Alimentar e Acesso a mercados da Articulação de Agroecologia no Rio de Janeiro.
24 a 26-jul	PARATY	II Semana da Agricultura Familiar de Paraty	Participação na organização da agenda de eventos onde promovemos a participação de técnicos e de um produtor para palestrarem sobre os temas "Acesso aos mercados locais", "Planejamento para produção e comercialização" e "Intercâmbio de experiências em comercialização".
4-jul	MAGÉ	Reunião para organização do Encontro Metropolitano de Agroecologia	Reunião com a Secretaria de Agricultura de Magé para organização do Encontro Metropolitano de Agroecologia realizado de 31/8 a 2/9, em parceria com a ASPTA. Distribuição de 10 cadernos do Plano de Manejo Orgânico a produtores de Magé
4-jul	MAGÉ	Dia de campo sobre Adubação Verde	Participação em dia de campo sobre Adubação Verde em Magé na propriedade do Sr. Elias em parceria com a Embrapa Agrobiologia, ASPTA e PESAGRO-RIO. Distribuição de sementes de feijão de porco,

6-jul	NOVA IGUAÇU	Reunião com produtores em transição agroecológica	Distribuição de 15 cadernos do plano de manejo orgânico a agricultores familiares da UNIVERDE - Nova Iguaçu/RJ, em parceria com a ASPTA.
9 a 13-jul	PORTO ALEGRE/RS	Seminário Produção animal Orgânica; Reunião GT Produção Animal Orgânica; Treinamento em Biossegurança e Sanidade Avícola aplicada a produção orgânica	Reunião do GT de Produção Animal Orgânica COAGRE/SDC/MAPA, participação como palestrante e técnico no Treinamento em Biossegurança e Sanidade Avícola Aplicadas à Produção Orgânica para servidores indicados da região sul e sudeste. Instrutor do mini-curso sobre a Legislação de Orgânicos no Seminário Produção Animal Orgânica promovido pelo MAPA/UFRGS. (http://www.ufrgs.br/producaoanimalorganica/index.php/programa/cursos).
31-ago a 2-set	MAGÉ	Encontro Metropolitano da Articulação de Agroecologia no Rio de Janeiro (AARJ)	Encontro de técnicos e produtores da região metropolitana do estado do RJ com debates sobre temas que ameaçam a agricultura familiar da região metropolitana, exposições de agricultores sobre suas experiências com vistas ao fortalecimento, feira de troca de sementes, apresentação sobre as feiras da agricultura familiar do estado, realização de visitas de intercâmbios em experiências locais e elaboração de uma carta política do encontro.
10-set	RIO DE JANEIRO	Participação em reunião grupo de trabalho de AGROECOLOGIA do FECIA na SUBVISA	Apresentação das ações do setor de orgânicos da DPDAG/SFA-RJ ao grupo de trabalho de AGROECOLOGIA do FECIA (Fórum estadual de controle de impactos dos agrotóxicos)
11 a 13-set	PORCIÚNCULA	Apoio ao uso de produtos e processos adequados a AO, em parceria com a Embrapa Agrobiologia e PESAGRO-Rio.	Visita a produtores de café para orientar ações e delinear a instalação de uma unidade de observação sobre o uso de caldas e biofertilizantes na cultura do cafeeiro, afim de subsidiar ações futuras de pesquisa e transferência de conhecimentos na região, no sentido de promover a adoção de produtos e processos adequados a agricultura orgânica.
14-set	SEROPÉDICA	Acompanhamento de delegação do Vietnam	Acompanhamento de delegação do governo do Vietnam à Fazendinha Agroecológica km 47.
16/set	NOVA FRIBURGO	2º Encontro Serrano do SPG ABIO	Participação no encontro serrano do SPG ABIO, onde estiveram presentes os associados da região serrana. Esclarecimento de dúvidas e críticas e sugestões ao aprimoramento do funcionamento do SPG.
18/set	RIO DE JANEIRO	Reunião técnica do GT Segurança Alimentar e Acesso a mercados (AARJ)	Reunião do GT Segurança Alimentar e Acesso a mercados da Articulação de Agroecologia no Rio de Janeiro.
19/set	SEROPÉDICA	Reunião Técnica para formação de rede estadual de agroecologia - Rio Rural	Reunião Técnica para estruturação da rede de pesquisa, inovação, tecnologia e serviços sustentáveis - Rio Rural. Participaram do evento representantes da SEAPEC, Emater-Rio, UFRRJ, Embrapa Agrobiologia, ABIO, Pesagro, Agribio, CTUR e alguns produtores orgânicos
20 a 21-set	MANGARATI BA	I Conferência Estadual sobre abelhas.	Proferida a palestra sobre as exigências para a certificação de mel orgânico para cerca de 70 presentes entre apicultores, técnicos, professores e alunos universitários na I Conferência Estadual sobre abelhas.

10/out	RIO DE JANEIRO	2ª Reunião CPOrg-RJ	<ol style="list-style-type: none"> 1. Revisão da IN19 – apresentação de propostas; 2. Atualização da composição da CPOrg-RJ visto que o mandato expira em 12/11/12; 3. Proposta para comercialização de produtos orgânicos, por Newton Novo; 4. Apresentação das ações do programa Rio Rural e empresas da SEAPEC em parceria com a ABIO; informes sobre os dois Encontros serranos dos SPGs ABIO, inauguração da Feira Orgânica em Nova Friburgo, por Maria Fernanda Fonseca; 5. Apresentação das atividades realizadas pelo Centro de Inteligência em Orgânicos no RJ, por Sylvia Wachsner; 6. Informes: <ol style="list-style-type: none"> a. Convite a CPOrg para compor Grupo Gestor Estadual no RJ do Plano ABC (Agricultura de baixa emissão de carbono);
30/out	RIO DE JANEIRO	Reunião preparatória para a Feira Nacional Brasil Rural Contemporâneo - FENAFRA	Reunião com agricultores familiares para participação na FENAFRA. Em parceria com o MDA, ABIO, AARJ e AAT. Realizada na sede da UNACOOP no CEASA/RJ.
30 e 31/out	NITERÓI	Reunião da SEAPEC e vinculadas	Participação como parceiro no Seminário promovido pela Secretaria Estadual de Agricultura e Pecuária do RJ/ SEAPEC e vinculadas para desenvolvimento do Plano de Sustentabilidade Institucional da entidade.
12/Nov	RIO DE JANEIRO	Reunião técnica do GT Segurança Alimentar e Acesso a mercados (AARJ)	Reunião do GT Segurança Alimentar e Acesso a mercados. Participação na reunião onde a pauta principal foi a participação dos agricultores orgânicos e em transição agroecológica em estande na Feira Nacional da Agricultura Familiar e Reforma Agrária- Brasil Rural Contemporâneo
21 a 25/11	RIO DE JANEIRO	Feira Nacional Brasil Rural Contemporâneo - FENAFRA - Marina da Glória	Participação na coordenação estadual da Feira Nacional da Agricultura Familiar e Reforma Agrária
3 e 4/dez	NOVA FRIBURGO	Encontro Ampliado da Rede Estadual de Agroecologia - Programa Rio Rural	Participação do GT SPG e Agricultura Orgânica no Encontro Ampliado da Região Serrana do ano de 2012 onde foi apresentado o trabalho da Rede no ano de 2012, seus avanços e entraves, a sua estrutura construída além de uma síntese do andamento dos Grupos de Trabalho. Evento coordenado pela SEAPEC e vinculadas - Programa Rio Rural.
5 –dez	RIO DE JANEIRO	Reunião Técnica sobre insumos agrícolas para produção orgânica	Realizamos uma “REUNIÃO TÉCNICA SOBRE INSUMOS AGRÍCOLAS PARA PRODUÇÃO ORGÂNICA”, com o intuito de dirimir dúvidas dos setores de pesquisa, extensão e produção quanto à regularização para a comercialização de insumos agrícolas, com a participação de técnicos, pesquisadores e produtores de insumos para comercialização (sementes, mudas, caldas ...).
6-dez	RIO DE JANEIRO	Projeto Brasil Orgânico e Sustentável -Copa 2014	Reunião com o coordenador estadual do Projeto Brasil Orgânico e Sustentável -Copa 2014. Participação do coordenador de Agroecologia COAGRE/SDC/MAPA, Rogério Pereira Dias.
6-dez	RIO DE JANEIRO	Reunião FertBrasil na Embrapa Solos	Reunião com pesquisadores da Embrapa Solos sobre o Programa FertBrasil. Participação do coordenador de Agroecologia COAGRE/SDC/MAPA, Rogério Pereira Dias.